



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT**  
**CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**CARINA GÉSSIKA IRINEU DO MONTE**

**ECONOMIA DOMÉSTICA:**  
**ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA**  
**PERSPECTIVA DE GÊNERO**

**PALMAS (TO)**

**2019**

CARINA GÉSSIKA IRINEU DO MONTE

**ECONOMIA DOMÉSTICA:**  
ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA  
PERSPECTIVA DE GÊNERO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional. Orientadora: Dr.<sup>a</sup> Temis Gomes Parente.

PALMAS (TO)

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

M772e Monte, Carina Géssika Irineu do.  
Economia doméstica: atuação profissional em assistência técnica e extensão rural na perspectiva de gênero. / Carina Géssika Irineu do Monte. – Palmas, TO, 2019.

144 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Desenvolvimento Regional, 2019.

Orientador: Temis Gomes Parente

1. Economia doméstica. 2. Assistência técnica e extensão rural. 3. Atuação profissional. 4. Perspectiva de gênero. I. Título

**CDD 338.9**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

CARINA GÉSSIKA IRINEU DO MONTE

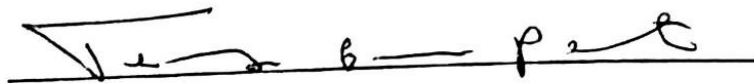
**"ECONOMIA DOMÉSTICA: ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM ASSISTÊNCIA  
TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA PERSPECTIVA DE GÊNERO"**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Desenvolvimento Regional da  
Universidade Federal do Tocantins para obtenção do  
título de Mestre.

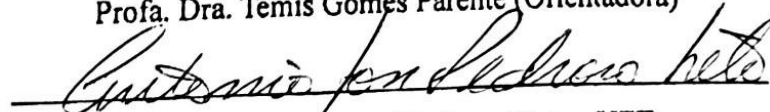
Orientadora: Profa. Dra. Temis Gomes Parente

Aprovada em 17/05/2019.

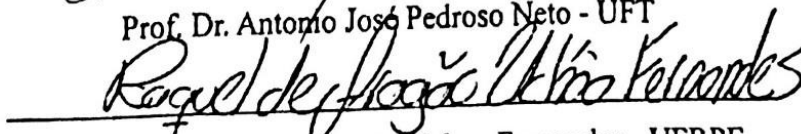
BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Temis Gomes Parente (Orientadora)



Prof. Dr. Antonio José Pedroso Neto - UFT



Profa. Dra. Raquel de Aragão Uchoa Fernandes - UFRPE

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de concretizar esta etapa de aprendizagens constantes.

Agradeço à minha orientadora com a qual tive o privilégio de aprender e crescer como pesquisadora, pelos cafés, incentivos a viagens e congressos, e pelo incentivo necessário para a conclusão desta pesquisa. Sem sombras de dúvidas, foi um prazer dialogar com Temis Gomes Parente.

À Raquel de Aragão Uchôa Fernandes e Antônio José Pedroso Neto pelas valorosas contribuições na banca de qualificação e defesa desta pesquisa, permitindo um amadurecimento e aprofundamento das discussões realizadas.

Agradeço pelo estímulo e incentivo da professora Dr<sup>a</sup> Cynthia Mara Miranda. Ela foi fundamental para a decisão da escolha deste programa (PPGDR). Agradeço, também, à Gleys Ially Ramos pelos estímulos, apoio, preocupação e discussões trocadas cada vez que nós encontrávamos.

Sou grata aos/às professores/as do mestrado pelas trocas e ensinamentos em sala de aula. Agradeço também aos/às profissionais da secretaria, em especial Michele Sousa, que tem o maior prazer de atender e resolver as diversas situações dos/as discentes, realizando um excelente trabalho.

Agradeço à Patrícia Tavares, Cássia Braga, Nailde Gonçalves e Antônia Saraiva pela amizade construída ao longo dos dois anos de mestrado. Sem dúvidas o caminho se tornou muito mais prazeroso na companhia de vocês.

Às amigas de profissão Elisangela Pereira, Rynelands Silvestre, Nailde Gonçalves, Jaqueline Ferreira, Silvana Luna, Micheline Maciel, Jaqueline Ferreira e Hortência Albuquerque, grata pela atenção, escuta, disponibilidade de pesquisas e o carinho de sempre; o meu muito obrigada!

À minha família (Solange Irineu, Pamella Suelen, Rogério Monte, Glauber Monte, Karoline Monte, Miguel Monte, Lucinalva Santiago, Claudionor Neto) mesmo distante fisicamente souberam me dar palavras de apoio, estímulo e confiança, meus profundos agradecimentos. Obrigada pelas horas no telefone, pela atenção e preocupação a mim doada sempre que necessário.

Agradeço à Vanessa Anelise (*In memoriam*), Mirelle Carmem e Nathália Taís pela amizade, conexões, incentivo e dicas ofertadas para a minha entrada no programa e para a concretização dessa etapa.

Agradeço ao José Carlos do Amaral Júnior pelas inúmeras trocas de mensagens, textos, experiências e perspectivas direcionadas a Economia Doméstica, por vezes gerando horas de reflexões ao telefone. Assim como, agradeço as valorosas contribuições e diálogos realizados com José Fernando Patino Torres.

Agradeço a Ana Lúcia pelas palavras de estímulo, carinho, amizade e pelas correções do texto, meus profundos agradecimentos.

Às/aos amigas/os que construí na Universidade Federal do Tocantins, no Câmpus de Miracema do Tocantins, se tornando uma forte rede de apoio durante o processo da pesquisa, os meus sinceros agradecimentos especiais à: Fernanda Reis; Arthur Sousa; Bianca Pereira; Aline Sampaio, Wanessa Sampaio, Rayene Larissa e Lizi Cruz.

À Secretaria de Estado do Tocantins e ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado pelas licenças concedidas para a realização deste mestrado.

Aos/às colegas de trabalho, em especial Ana Caren Mendes Souto e Jamilla Marques por apoiar a concretização desta etapa.

Ao companheiro Gyllhemberg Santiago por me incentivar, apoiar, contribuir na concretização deste sonho. Sou grata ao colo, carinho, paciência, pelos compartilhamentos de sentimentos diversos que este processo ocasionou.

## RESUMO

Esta pesquisa propôs analisar as práticas desempenhadas por profissionais de Economia Doméstica atuantes na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Tocantins, na perspectiva de gênero, a fim de analisar se há ou não um reforço das relações de gênero em suas atividades desempenhadas. Este estudo partiu da hipótese de que: a atuação profissional nos dias atuais perpassa por questões estruturais do gênero, enfatizando-se a mulher enquanto ser social que trabalha com temáticas voltadas aos serviços domésticos, às crianças e à família, ideias essas difundidas como característica a partir da criação do curso no Brasil, não sendo possível sua ruptura no contexto atual. Bem como, considera-se que a trajetória durante a graduação e experiências profissionais antes da inserção das profissionais no Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (Ruraltins), iria moldar as práticas das economistas domésticas entrevistadas. Para isso, utilizou-se da metodologia da história oral, na qual foram registradas narrativas, memórias e subjetividades de quatro profissionais com cargo de extensionista rural, formadas em Economia Doméstica, atuantes no Ruraltins. Para além das entrevistas, o estudo contou com fontes documentais escritas, envio de questionários via e-mails às empresas de ATER pública do Brasil e para as coordenações dos cursos de Economia Doméstica que ainda disponibilizavam o curso de graduação, objetivando realizar um pano de fundo sobre o tema. Diante das narrativas, percebeu-se que as economistas domésticas se colocavam em constantes comparações com outros/as profissionais, de modo a perceber que, por mais que estejam no espaço público/no mercado de trabalho, representações de gênero ainda permeiam o que homens e mulheres “devem” fazer, bem como, os lugares sociais de cada um/a; geralmente, remetendo-as ao espaço interno, fechado, vigiado do órgão, executando atividades administrativas, enquanto que os homens tendem a participar e representar os espaços externos e abertos, de visibilidade. Desse modo, análises das narrativas indicaram que a escolha da formação, sua trajetória profissional e do próprio ambiente de trabalho tiveram influências marcadas pelas questões de gênero, resultando numa desigualdade de relação de poder entre os gêneros. Nota-se, então a necessidade de visibilizar, valorizar e reconhecer os trabalhos realizados pelas profissionais, já que as necessidades do público atendido, bem como, para o funcionamento do Instituto não se reduzem a bens e serviços, apenas, mas também às questões administrativas, de bem-estar, cuidados, afetos, relações sociais, acesso a informações e políticas públicas. Bem como, contribuições para o processo de auto-organização dos grupos/associações, incentivo como sujeitos políticos, fortalecimento da autonomia dos sujeitos, dentre outros aspectos nem sempre possíveis de

quantificar. Assim, a perspectiva de gênero, neste estudo, permitiu analisar e compreender as características que as economistas domésticas têm vivenciado de maneiras específicas, semelhantes e diferentes, a partir das complexas e diversas relações sociais que ocorrem entre os gêneros, nos conflitos institucionais e cotidianos que enfrentam em seus locais de trabalho.

**Palavras- Chaves:** Economia Doméstica, assistência técnica e extensão rural, gênero.



## ABSTRACT

This research had as a goal to analyze the practices performed by Home Economics professionals working in Technical Assistance and Rural Extension (TARE) in Tocantins, from a gender perspective, in order to analyze whether or not there is a reinforcement of gender relations in their activities. This study has started from the hypothesis of that: the professional activity nowadays is going through an structural issues of the gender, emphasizing the woman as a social being who works with themes related to household chores, to children and to family, ideas which are widespread as a characteristic from the course creation in Brazil, not being possible to stop it in the current context. As well, it is considered that the trajectory during the graduation and professional experiences before the insertion of the professionals in the Rural Development Institute of the State of Tocantins (Ruraltins), it will shape the practices of the home economists interviewed. For this, it was used the methodology of oral history, in which recorded were narratives, memories and subjectivities of four professionals with a rural extensionist position, graduated in Home Economics, working at Ruraltins. In addition to the interviews, the study counted on written documentary sources, sending questionnaires via e-mails to the public TARE companies in Brazil and to coordinations of the courses of Home Economics that still provided the undergraduate course, aiming to make a background on the theme. In the face of the narratives, it has been observed that home economists have been in constant comparisons with other professionals, in order to realize that even though they are in the public space/the labor market, gender representations still permeate what men and women "must" do, as well as, the social places of each ones; usually, by sending them to the internal, closed, monitored space of the institution, performing administrative activities, while men tend to participate and represent outer and open spaces of visibility. Thus, analyzes of the narratives indicated that the choice of the graduation, its professional trajectory and the work environment itself were influenced by the gender issues, resulting in an unequal power of relationship between the genders. It is therefore necessary to make visible, value and recognize the work done by the professionals, since the needs of the public served, as well as for the operation of the Institute, are not limited to goods and services, only, but also the administrative issues, well-being, care, affection, social relations, access to information and public policies. As well as, contribution to the process of self-organization of groups/associations, encouragement as political subjects, the strengthening of the autonomy of the subjects, among other aspects not always possible to quantify. The gender perspective in this study allowed us to analyze and

understand the characteristics that home economists have experienced in specific ways, similar and different, from the complex and diverse social relations that occur between the genders, in the institutional and daily conflicts that they face in their work places.

**Keywords:** Home Economics, technical assistance and rural extension, gender.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Empresas associadas à Asbraer.....	36
Figura 2 - Abrangência do Ruraltins .....	77

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Áreas e atribuições conforme o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) do Quadro de Profissionais de Extensão Rural do Estado do Tocantins.....	24
Quadro 2- Quantidade de vagas disponibilizadas para Extensionistas Rurais .....	25
Quadro 3- Jurisdição dos Conselhos Regionais de Economia Doméstica .....	38
Quadro 4- Relação dos cursos .....	63
Quadro 5- Áreas de conhecimentos.....	68
Quadro 6- Experiências durante a graduação .....	70
Quadro 7- Experiências depois formada em Economia Doméstica .....	73
Quadro 8- Experiências depois formada em Economia Doméstica .....	78

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR	Associações de Crédito e Assistência Rural
ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
AIA	Associação Internacional Americana
Asbraer	Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
Ceste	Consórcio Estreito Energia
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DATER	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ETA	Escritório Técnico de Agricultura
<i>FSA</i>	<i>Farmers Security Administrations</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM/AM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
OGU	Orçamento Geral da União
ONG's	Organizações Não Governamentais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pnater	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Ruraltins	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário
Secad	Secretaria da Administração do Tocantins
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UAN	Unidade de Alimentação e Nutrição

UFC	Universidade Federal do Ceará
Ufrpe	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFV	Universidade Federal de Viçosa
Unioeste	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
ULES	Unidades Locais de Execução de Serviços
Uremg	Universidade Rural de Minas Gerais

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 Procedimentos da metodologia da pesquisa .....</b>	<b>28</b>
1.1.1 História oral como metodologia da pesquisa .....	28
<b>2 A COMPREENSÃO DA CATEGORIA GÊNERO E SUAS INTERFACES COM A ECONOMIA DOMÉSTICA E A EXTENSÃO RURAL .....</b>	<b>41</b>
<b>2.1 O termo histórico do gênero e a categoria de gênero como análise .....</b>	<b>41</b>
<b>2.2 A divisão sexual do trabalho e elementos da sociologia econômica na compreensão da Economia Doméstica e da extensão rural.....</b>	<b>46</b>
<b>3 O CURSO DE ECONOMIA DOMÉSTICA E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO BRASIL .....</b>	<b>54</b>
<b>3.1 Contextualização do curso de Economia Doméstica atrelada à extensão rural .....</b>	<b>54</b>
<b>3.2 Panorama sobre a formação e o Curso de Economia Doméstica: questões necessárias para compreensão da atuação profissional .....</b>	<b>62</b>
<b>3.3 Competências e atribuições do/a profissional de Economia Doméstica nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural: o caso do Tocantins .....</b>	<b>68</b>
3.3.1 O caso em estudo: Atuação das Economistas Domésticas no Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (Ruraltins) .....	75
<b>3.4 A área social e os desafios no Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins: as percepções das economistas domésticas.....</b>	<b>88</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>102</b>
<b>FONTES ORAIS.....</b>	<b>107</b>
<b>FONTES ESCRITAS (OFICIAIS) .....</b>	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>110</b>
<b>APÊNDICES- ELEMENTOS PRÉ- TEXTUAIS.....</b>	<b>123</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa propôs analisar as atividades desempenhadas pelos/as profissionais de Economia Doméstica atuantes na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)<sup>1</sup> no Tocantins, na perspectiva de gênero.

Antes de iniciar a explanação que este estudo propõe, faz-se importante pontuar meu lugar de fala. Sou Economista Doméstica há 06 (seis) anos, formada pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), e uma forte marca dessa formação na respectiva instituição é a ênfase nas discussões de gênero. Sendo assim, foi sob essa influência que construí minha carreira acadêmica ligada às pesquisas e projetos de extensão focados sob a ótica do gênero numa perspectiva feminista.

Como momento marcante dessa trajetória, em 2010, fui premiada com apresentação de pôster em um dos maiores eventos sobre o tema: “Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos”; e, em 2011, obtive outra premiação, na modalidade de Artigo Científico de Graduação do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero em Pernambuco<sup>2</sup>, trabalhos esses que tinham a categoria de gênero como o cerne das pesquisas e extensão realizadas.

Depois de formada, de imediato, ocorreu a minha inserção no Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (RURALTINS)<sup>3</sup>, na qual pude atuar na realização de diagnósticos rurais participativos (DRPs), enfatizando-se sempre diversas reflexões sobre as relações de gênero, bem como, pude participar como técnica responsável por uma Chamada Pública de Agroecologia durante três anos, permitindo o acompanhamento de 40 (quarenta) famílias de agricultores/as familiares no município de Miracema do Tocantins, ressaltando sempre o olhar feminista.

Foi a partir desse contexto que surgiu o desejo por esta pesquisa, de modo a compreender, conhecer e registrar a atuação do/a profissional de Economia Doméstica atuante

---

<sup>1</sup> Conforme Lei de N° 12.188, de 11 de janeiro de 2010: Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER são “serviços de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais”.

<sup>2</sup> Seleção pública destinada a premiar estudos de gênero, observando as dimensões de raça/etnia, classe social e geração das mulheres em Pernambuco, nas seguintes modalidades: artigos científicos, relatos ou projetos de experiência pedagógica, redações e roteiro para documentário de curtametragem digital, conforme disposto no Edital N° 08/2011. Disponível em: <[http://www.facepe.br/wp-content/uploads/2011/10/EDITAL\\_PNT\\_-ANO\\_IV\\_ResultadoFinal.pdf](http://www.facepe.br/wp-content/uploads/2011/10/EDITAL_PNT_-ANO_IV_ResultadoFinal.pdf)> Acesso em 17 de junho de 2019>

<sup>3</sup> Autarquia criada pela Lei n.º 20/89, de 21 de abril de 1989, atrelada à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, que tem como missão: “Contribuir de forma participativa para o desenvolvimento rural sustentável, centrado no fortalecimento da agricultura familiar, por meio de processos educativos que assegurem a construção do pleno exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida” (RURALTINS, 2018).



no Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (Ruraltins)- órgão público estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Tocantins<sup>4</sup>.

Somam-se a isto, os levantamentos bibliográficos realizados, notando-se que o curso de Economia Doméstica vem sendo investigado por estudiosos/as da história, pedagogia e economistas domésticos/as, todavia, os estudos acabam por aprofundar os aspectos históricos da criação e desenvolvimento do mesmo, assim como investigam profissionais apenas no âmbito acadêmico (AMARAL JUNIOR, 2017; PINHEIRO, 2016a; SIMÃO, 2016), sem problematizar e questionar aos/as profissionais formados/as fora desse espaço, principalmente, levando-se em consideração as narrativas, memórias e subjetividades de Economistas Domésticos/as no exercício de seu trabalho.

Desta forma, enfatiza-se nesta pesquisa, a atuação de profissionais de economistas domésticos/as em uma empresa estadual de assistência técnica e extensão rural numa perspectiva<sup>5</sup> de gênero.

Cabe destacar que, a formação em Bacharel em Economia Doméstica permite que os/as profissionais possam atuar em diversos espaços, como: creches, lavanderias, restaurantes, hotéis, empresas de assistências técnica e extensão rural (ATER), dentre outros (BRASIL, 1985); no entanto, apesar dessa pesquisa contextualizar a formação e as áreas de atuação, este estudo enfatizou, especificamente, análises sobre a atuação do/a economista doméstico/a na execução dos serviços na Empresa de ATER e seus principais desafios. Além disso, buscou-se também analisar se há ou não um reforço das relações de gênero em suas atividades desempenhadas.

Para iniciar a compreensão dessa investigação, cabe esclarecer o que se entende por Economia Doméstica. Amaral Junior (2013) explica haver duas abordagens: a primeira refere-se à “economia do lar”, praticada na vida cotidiana (WEBER, 2006; HIRATA, KERGOAT, 1994 apud AMARAL JUNIOR, 2013), e a segunda ao campo de atuação profissional, com conhecimentos específicos de uma profissão- o da Economia Doméstica. Contudo, conforme o referido autor, estas duas abordagens não estão totalmente separadas, já que os defensores

---

<sup>4</sup> Autarquia criada pela Lei n.º 20/89, de 21 de abril de 1989, atrelada à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, que tem como missão: “Contribuir de forma participativa para o desenvolvimento rural sustentável, centrado no fortalecimento da agricultura familiar, por meio de processos educativos que assegurem a construção do pleno exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida” (RURALTINS, 2018).

<sup>5</sup> Saliencia-se que, para não ficar repetitivo ao mencionar a perspectiva de gênero, o termo perspectiva poderá ser substituído por enfoque ou ótica, levando em consideração seus sinônimos na língua portuguesa. Todavia, a perspectiva de gênero se apoia na compreensão e discussões antropológicas de Marcela Lagarde (1996), no qual se considera uma concepção de mundo a partir da ressignificação da história, da sociedade, da cultura e da política. Este assunto será mais explicitado no decorrer da pesquisa.

da segunda compreensão iniciaram suas fundamentações enquanto ciência a partir de elementos da primeira<sup>6</sup>.

Para Oliveira (2006), a Economia Doméstica lida com conhecimentos científicos teóricos práticos que se relacionam com a esfera reprodutiva, na qual ocorre a reprodução social por meio da socialização, cuidados com a saúde, higiene, habitação e alimentação.

A introdução da Economia Doméstica como curso no ensino superior<sup>7</sup>, no Brasil, teve sua gênese definida como “ciência de e para mulheres”, implantado em 1948 na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (e a partir de 1969 denominou-se Universidade Federal de Viçosa- UFV) (LOPES, 2012, p. 3), no mesmo ano em que foi implementada oficialmente a ATER em Minas Gerais- MG.

A ATER era exercida com intenção de compartilhamento de conhecimentos tecnológicos, difusão de técnicas agropecuárias, apoio a financiamentos de crédito para investimento e aumento da produção, bem como, para “melhorias nas condições de vida” para as famílias rurais (ANDRADE, JESUS, 2016, grifo meu).

Destaca-se a diferença entre os termos Assistência Técnica e Extensão Rural: o primeiro refere-se à resolução de problemas pontuais, específicos, relacionados ao desenvolvimento das atividades no campo (agropecuária, florestal, pesqueira), sem ter, necessariamente, passar por formações e ações que demandam tempo, sem um caráter educativo (PEIXOTO, 2008).

Enquanto a extensão rural, do ponto de vista de processo<sup>8</sup>, no sentido literal, refere-se ao ato de transmitir/repassar conhecimentos ao público rural<sup>9</sup>; em um sentido mais amplo, e atualmente mais aceita, a extensão rural concerne como processo educativo de comunicação de conhecimentos sejam eles técnicos, científicos ou não (PEIXOTO, 2008)<sup>10</sup>.

---

<sup>6</sup> Reflexões a serem aprofundadas no decorrer da pesquisa.

<sup>7</sup> Cabe destacar a existência da Economia Doméstica como disciplina integrante à educação formal direcionada às mulheres nas escolas de ensino fundamental e médio a partir de 1909. Para tanto, nesta pesquisa será aprofundado apenas a formação de ensino superior por formar profissionais em Economia Doméstica que, dentre suas diversas áreas de atuação, podem trabalhar como- extensionistas rurais em: Organizações Não Governamentais (ONG's), empresas privadas e públicas de prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural.

<sup>8</sup> Existem três diferentes abordagens de compreensão da extensão rural: como processo, como instituição e como política (PEIXOTO, 2008), no qual vamos discutir no segundo capítulo.

<sup>9</sup> Essa abordagem, conhecida como a teoria difusionista, vem sendo criticada na literatura (CAPORAL, 1991), como processo de “repassar” de informações/ inovações, sem construir e debater, com o público alvo (agricultores familiares, médios e grandes produtores rurais).

<sup>10</sup> Por vezes, contemplaremos o termo Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para dar ênfase a existência e distinção entre os termos, necessário para realização das discussões. Contudo, ao abordar o termo Extensão Rural, considera-se que, as ações de assistência técnica (ou seja, ações localizadas e breves, sem formações e aprendizagens) podem estar presentes nas ações complexas, mais amplas e de construção com as pessoas, famílias e comunidades, ocasionada pelas atividades de Extensão Rural. Ou seja, nem toda ação/atividade de

Por vezes, contemplaremos o termo Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para dar ênfase a existência e distinção entre os termos, necessário para realização das discussões. Contudo, ao abordar o termo Extensão Rural, considera-se que, as ações de assistência técnica (ou seja, ações localizadas e breves, sem formações e aprendizagens) podem estar presentes nas ações complexas, mais amplas e de construção com as pessoas, famílias e comunidades, ocasionada pelas atividades de extensão rural. Ou seja, nem toda ação/atividade de Assistência técnica existe o enfoque/execução da extensão rural, mas geralmente a extensão rural conta com ações pontuais sobre algum determinado assunto.

A extensão rural pode ainda ser compreendida como uma política pública de atividade “educacional” complementar<sup>11</sup> do Ministério da Agricultura voltada ao pequeno agricultor (PINHEIRO, 2015).

Quanto à concepção de políticas públicas, Souza (2006, p. 26) define e aponta alguns elementos essenciais: é um campo de conhecimentos que objetiva “colocar o governo em ação”, analisa as ações, e quando necessárias, propõe alterações no decorrer de sua execução; permite identificar os planos do governo e o que foi realizado de fato; é uma ação proposital, com objetivos a serem atingidos. Silva (2001) classifica o processo de políticas públicas como: constituição do problema ou da agenda governamental; formulação de alternativas de política; adoção da política, e implementação ou execução de programas sociais. Este último é compreendido pela execução de serviços a fim de cumprir objetivos e metas a serem alcançadas antes estabelecidas.

Retomando a compreensão sobre a extensão rural, do ponto de vista institucional ou organizacional, Caporal (1991, p.10) considera como entidade jurídica da esfera pública, as organizações de extensão rural (independentemente de ser chamada de instituto, empresa brasileira de assistência técnica e extensão rural (Embrater) ou empresa de assistência técnica e extensão rural (Emater)), que atuam com a sociedade civil e possuem ações no âmbito das relações sociais, interferindo diretamente no modo de produção, na “política agrícola” e até mesmo na reprodução das relações de produção capitalista<sup>12</sup>. Não obstante, destaca-se a existência de empresas privadas de ATER, Organizações Não Governamentais (ONGS) e de cooperativas que executam estes serviços.

---

assistência técnica existe o enfoque/execução da extensão rural, mas geralmente a extensão rural conta com ações pontuais sobre algum determinado assunto, desse modo o da assistência técnica.

<sup>11</sup> A educação rural perderia a dimensão escolar direcionada para crianças e jovens, visando efetivar práticas extraescolares que qualificavam o trabalhador adulto e analfabeto, como é o caso da Extensão Rural (PINHEIRO, 2016, p. 158).

<sup>12</sup> Para aprofundar esta discussão, ver: Caporal (1991) e Polanyi (2012).

No entanto, esta pesquisa enfatizará as instituições públicas de ATER, em especial, o Ruraltins<sup>13</sup>, como órgão público estadual responsável pela execução da política pública de prestação de serviços de ATER no Estado do Tocantins, Brasil.

A ATER no Brasil iniciou-se como uma política de governo, intitulada como Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)<sup>14</sup>, elaborada em 2003, mas substituída pela Lei nº 12.188/2010 instituída como Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, atualmente como política de Estado (ANDRADE, 2015).

A referida lei compreende a ATER como: “serviços de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais” (BRASIL, 2010).

Neste sentido, a partir da Lei de nº 2.806, de 12 de dezembro de 2013 do Tocantins, são considerados extensionistas rurais, pessoas que realizam essas e outras atividades, formadas em nível superior, em diversas áreas como: Agronomia, Biologia, Geografia, Engenharias (Agrícola, Ambiental, Florestal, de Alimentos, de Pesca), Zootecnia, Medicina Veterinária, Pedagogia, Psicologia, ou Serviço Social, Nutrição, Economia Doméstica, dentre outros.

Como o foco dessa pesquisa são os/as profissionais de Economia Doméstica, questionou-se: como têm sido desenvolvidas as práticas profissionais desempenhadas por Economistas Domésticos/as<sup>15</sup> nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado do Tocantins, numa perspectiva de gênero<sup>16</sup>? Procurou-se responder a essa indagação, expondo um panorama acerca da criação do curso de Economia Doméstica no ensino superior e suas dinâmicas (constituição de uma associação, conselhos regionais e federal, e de uma

---

<sup>13</sup> Considera-se nesta pesquisa, instituição- neste caso o Ruraltins, mais do que seu organograma, estrutura burocrática e objetivos; caracteriza-se também como o conjunto de normas e valores de cada indivíduo atuante, e como eles/as se relacionam (ABRAMOVAY, 1998).

<sup>14</sup> Lei de Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010- Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.

<sup>15</sup> Esta pesquisa irá considerar Economista Doméstico/a, variando o sexo na última palavra. Contudo, existem profissionais que chamam de Economista Doméstico (homens ou mulheres) por entender que o doméstico são as atividades referentes aos espaços do lar. Essa questão nunca foi consenso entre a categoria.

<sup>16</sup> Sem hierarquizar a importância das categorias classe, gênero, raça/etnia (sabendo que estas estruturam nossa sociedade e estão intimamente relacionadas), este estudo dará ênfase as discussões de gênero apenas.

revista<sup>17</sup>), levando em consideração que a compreensão desse contexto dará um pano de fundo ao entendimento sobre as atribuições e competências de profissionais formados/as em Economia Doméstica, para, posteriormente, analisar as suas ações/práticas nos serviços de ATER, com o enfoque de gênero. A isto, pode-se acrescentar a importância de se compreender esse contexto, de modo a perceber que a formação durante a graduação poderá “moldar” o/a profissional no campo de atuação.

Este estudo partiu da hipótese de que: a atuação profissional nos dias atuais perpassa por questões estruturais do gênero, enfatizando-se a mulher enquanto ser social que trabalha com temáticas voltadas aos serviços domésticos, às crianças e à família, ideias essas difundidas como característica a partir da criação do curso no Brasil, não sendo possível sua ruptura no contexto atual. Bem como, considera-se que, a trajetória durante a graduação e as experiências profissionais, antes da inserção no Ruraltins, iriam moldar as práticas das economistas domésticas entrevistadas.

Diante desse contexto, a partir das narrativas, memórias<sup>18</sup> e subjetividades<sup>19</sup> de Economistas Domésticos/as atuantes no Ruraltins, analisaremos as atividades desempenhadas e desafios percebidos por cada um/a delas na execução de suas funções, levando em consideração a perspectiva de gênero.

Considera-se nesta pesquisa, a perspectiva de gênero entendida por Lagarde (1996), por permitir analisar e compreender as características que definem homens e mulheres de maneira específica, semelhantes e diferentes, bem como analisa as possibilidades de vida das mulheres e dos homens, expectativas e oportunidades nas complexas e diversas relações sociais que ocorrem entre os gêneros, nos conflitos institucionais, na maneira como agem e no cotidiano que enfrentam.

O estudo realizado por Pinheiro (2016a), sobre Estado, Extensão Rural e Economia Doméstica no Brasil, a partir da análise das categorias de gênero e classe, permitiu perceber a modelação do conceito de família e da divisão sexual do trabalho<sup>20</sup>, na qual os homens eram

---

<sup>17</sup> Revista “Oikos: Família e Sociedade em debate” do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa.

<sup>18</sup> Para Pollak (1992, p.2), as memórias são acontecimentos vividos individualmente e socialmente; que podem ser “vividos por tabela”; é constituído por personagens, pessoas e lugares da memória; é um fenômeno construído socialmente, e é seletiva.

<sup>19</sup> “O campo da subjetividade encontra-se recortado pela historicidade, pelos objetos da cultura, pelas relações sociais, tensões, contradições, paradoxos, afetos” (NÓBREGA, 2008), ou seja, é um conjunto de evidências, representações, valores criados e vividos por cada ser pessoa.

<sup>20</sup> Entende-se por divisão sexual do trabalho: “forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos.” (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 599). Essa discussão será realizada no primeiro capítulo.

os chefes de famílias e as mulheres responsáveis pelas atividades do lar, do trabalho da lavoura, além de exercerem o papel de esposa e mãe.

Desde os anos 1920 e 1930, os ensinamentos direcionados às mulheres na Universidade Federal de Viçosa (UFV), acompanharam os discursos norte americano, sendo alguns deles visando conter o processo do êxodo rural; inserir outras culturas e agroindústrias aos cuidados das mulheres, mais especificamente nas áreas da gestão da economia familiar, como na floricultura, criação de galinhas, classificação e beneficiamento do café, habitação, enfermagem, puericultura, entre outros (LOPES, *et al.*, 2017). Nesse sentido, nota-se uma delimitação de um campo institucional de atuação das mulheres com recortes de lugares, no caso o da esfera doméstica e de representações de gênero; além de haver acúmulo das funções na lavoura e do trabalho doméstico (PINHEIRO, 2016a; 2016b).

É por isto que se faz importante contextualizar a implementação e dinâmicas que têm ocorrido nos cursos de Economia Doméstica- em nível superior. Diante disto questiona-se: Quais as atribuições competências do/a profissional de Economia Doméstica? Quais as interpretações que os/as economistas domésticos/as fazem acerca da sua atuação nas atividades de assistência técnica e extensão rural e dos principais desafios? E se há ou não reforço das relações de gênero na execução desses serviços?

Para isso, a perspectiva de gênero para Lagarde (1996) está baseada na teoria de gênero e no paradigma da cultura feminista e teórico crítico- histórico, fundamentada a partir da crítica ao mundo androcêntrico. Esta perspectiva permite analisar homens e mulheres como sujeitos históricos, construídos socialmente, resultado das relações produzidas na sociedade, e visa a construção social e subjetiva a partir das ressignificações da cultura, sociedade, história e política das mulheres e com as mulheres (LAGARDE, 1996).

Dessa maneira, a perspectiva de gênero feminista está baseada em uma teoria complexa e útil na análise de qualquer sociedade, propõe conceitos, categorias e interpretações em movimento; e possui um processo aberto de criação teórica metodológica de construção de conhecimentos, interpretações, práticas sociais e políticas (LAGARDE, 1996).

Por ser a teoria de gênero que dá embasamento a perspectiva de gênero, esta pesquisa traz contribuições de autoras que discutem as relações, conceitos e categoria de gênero, ou seja, a centralidade teórica do gênero se baseia neste estudo.

Dessa forma, considera-se gênero um espaço de luta política, conflitos, busca de conhecimento e interesses de poder (SCOTT, 2012). Por isso, esta pesquisa coaduna com a colocação de Scott (2012), por pretender analisar se na atuação dos/as profissionais de

Economia Doméstica há um reforço das relações de gênero? Como eles/as se percebem em suas atuações e quais os principais desafios na execução de suas atividades?

A importância dessa investigação numa perspectiva de gênero se dá por constituir um compromisso crítico e revelador de contradições e instabilidades na vida desses/as profissionais; trata-se de uma posição política contra a opressão de gênero (LAGARDE, 1996). Para Lagarde (1996), é uma denúncia de seus danos e sua destruição e, ao mesmo tempo, é um conjunto de ações e alternativas para erradicá-las.

Neste sentido, invisibilizar o histórico da origem das desigualdades entre os gêneros, omite e é coadjuvante da opressão das mulheres, por não contabilizar sua existência, assim como não as considerar parte do desenvolvimento, da sociedade e da democracia (LAGARDE, 1996). Por isso, faz-se fundamental a perspectiva de gênero na compreensão do contexto histórico do curso de Economia Doméstica, nas análises das percepções e atuações dos/as profissionais no órgão público de Assistência Técnica e Extensão Rural do Tocantins.

Dessa maneira, é interessante esclarecer que, todas as vezes que esta pesquisa tratar de gênero, este termo se caracteriza como categoria operadora das diferenças (TEDESCHI, 2014).

Assim, as conotações relativas ao gênero fazem com que diversas visões e perspectivas sejam experimentadas e vivenciadas de formas diferentes por homens e mulheres; seja nas atividades domésticas, na responsabilidade de cuidar e educar crianças, no mercado de trabalho, no acesso ao ensino superior ou em diversos outros campos.

Sardenberg e Macedo (2008) argumentam que o gênero além de legitimar e organizar a divisão sexual do trabalho, também estabelece:

[...] a divisão sexual de direitos e responsabilidades, o acesso e controle sexualmente diferenciado a oportunidades de trabalho, bem como a instrumentos e meios de produção, recursos e fontes de renda e crédito, capital, conhecimentos, educação, instâncias decisórias, etc. (SARDENBERG, MACEDO, 2008, p.4).

É com base nessa divisão sexual do trabalho, e dos padrões de gênero e profissional que esta pesquisa discutirá a atuação de profissionais de Economia Doméstica a partir da inserção deste curso no Brasil, juntamente a Extensão Rural.

Dessa maneira, torna-se relevante analisar uma profissão que foi pensada e destinada para mulheres; onde teve sua implementação enquanto ensino superior no Brasil atrelada aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural e aos discursos desenvolvimentistas da época (década de 40). Acrescenta-se a isso, a ausência de estudos que incorporem os registros

de memórias dos/as profissionais de Economia Doméstica no exercício de sua profissão nos dias atuais, atrelada a uma ótica de gênero.

Considerando um campo de atuação, o da ATER, leva-se em consideração que nas últimas décadas houve um aumento de políticas públicas direcionadas aos/as agricultores familiares (público alvo de sua atuação), bem como, ocorreu a elaboração e implementação da PNATER<sup>21</sup>, que enfatiza a importância do trabalho em equipes diversificadas e utilização de metodologias participativas<sup>22</sup>, como temas importantes que se relacionam com as práticas profissionais dos/as extensionistas rurais, neste caso, formados/as em Economia Doméstica.

Visando explicar as áreas de formações que constituem a ATER no Ruraltins e para compreender a área social a partir da formação da Economia Doméstica, utilizou-se como base a Lei de nº 2.806, de 12 de dezembro de 2013, no qual dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e remuneração - PCCR do Quadro de Profissionais de Extensão Rural do Estado do Tocantins. A referida Lei discorre sobre o quadro de profissionais que podem ser lotados no órgão e expõe que a Extensão Rural é compreendida numa divisão de áreas Social, Ambiental e Econômica, sendo cada área constituída das seguintes profissões:

- **Área Econômica:** Curso Superior em Agronomia; Engenharias: Agrícola, de Alimentos e de Pesca; Medicina Veterinária ou Zootecnia;
- **Área Ambiental:** Curso Superior em Agronomia; Biologia; Geografia; Engenharias: Agrícola, Ambiental ou Florestal;
- **Área Social:** Curso Superior em Economia Doméstica; Nutrição; Pedagogia; Psicologia ou Serviço Social;

Ainda conforme a referida Lei, as atribuições se dão conforme as áreas de atuação, como apresenta o quadro a seguir:

---

<sup>21</sup> Lei instituída em 2004, contudo, após sofrer adequações e alterações a Lei de nº12.188, de 11 de janeiro de 2010 da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) definem as competências administrativas das diferentes instâncias de governo, bem como a destinação e gestão dos recursos financeiros (SILVA, 2017). Assunto a ser discutido no segundo capítulo.

<sup>22</sup> São instrumentos metodológicos que focam na construção de conhecimento e estratégias de soluções, incentivando um olhar crítico da realidade, além de valorizar os diferentes saberes, experiências e culturas.



Quadro 1- Áreas e atribuições conforme o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) do Quadro de Profissionais de Extensão Rural do Estado do Tocantins

Área	Atribuições
Econômica	Executar as atividades de assistência técnica e extensão rural nas comunidades rurais, de acordo com a Política Nacional de Assistência Técnica de Extensão Rural – PNATER; coordenar e/ou executar treinamentos visando à profissionalização dos agricultores familiares; aplicar métodos, técnicas e prover meios para transferência de tecnologias na área de competência; elaborar e acompanhar a implantação e execução de projetos e planos de crédito rural de financiamento das atividades agropecuárias; executar atividades de educação ambiental; realizar estudo de realidade e diagnóstico das comunidades rurais trabalhadas e outras atividades correlatas;
Ambiental	Executar atividades de educação ambiental nas comunidades rurais; elaborar projetos ambientais, agroindustriais, para outorga d'água e irrigação, de tecnologia agroecológica de produção sustentável; realizar projetos de licenciamento ambiental e florestal da propriedade rural, Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA e outras atividades correlatas.
Social	Elaborar, coordenar e executar ações nas áreas de assistência, previdência e educação; estudar a realidade social dos agricultores familiares e propor medidas que visem o benefício destes; coordenar e/ou executar treinamentos que profissionalizem os agricultores familiares, na respectiva área de competência; organizar e apoiar eventos que potencializem o desenvolvimento pleno das atividades rurais; orientar e assessorar as ações de desenvolvimento humano, economia solidária, educação, alimentação e educação ambiental e realizar outras atividades correlatas, conforme a Lei de nº2.806 de 12 de dezembro de 2013.

Fonte: Lei de nº 2.806 de 12 de dezembro de 2013. Disponível em: <[http://sistemas2.secad.to.gov.br/gcs/export/sites/default/portal\\_secad/pccr/suacarreira/lei\\_2806-2013\\_ruraltins.pdf](http://sistemas2.secad.to.gov.br/gcs/export/sites/default/portal_secad/pccr/suacarreira/lei_2806-2013_ruraltins.pdf)> Acesso em: 20 de abril de 2019.

Nota-se no quadro acima, conforme o Edital de nº 001/Quadro-geral/2012, de 04 de maio de 2012, todas as profissões destinadas as áreas ambiental, econômica e social tinham as

mesmas atribuições, mesmo que descrevesse com precisão a quantidade de vagas específicas para cada categoria profissional, não havendo distinção entre as atividades a serem desempenhadas entre as profissões citadas.

Geralmente, a contratação dos/as extensionistas rurais, ocorre mediante contratos ou concursos públicos estaduais. Conforme o último concurso público ocorrido no Tocantins - Edital de nº 001/Quadro-geral/2012, de 04 de maior de 2012, por meio da Secretaria da Administração do Estado, foram disponibilizadas 187 (cento e oitenta e sete) vagas para o cargo de extensionistas rurais, variando em suas formações, a saber:

Quadro 2- Quantidade de vagas disponibilizadas para Extensionistas Rurais

Cargo	Área	Formação de Nível Superior	Quant. total	Vagas	Cadastro de reserva
Extensionista Rural	Ambiental	Biólogo	1	1	0
Extensionista Rural	Ambiental	Engenheiro Ambiental	19	19	0
Extensionista Rural	Ambiental	Engenheiro Florestal	7	7	0
Extensionista Rural	Ambiental	Geógrafo	1	1	0
Extensionista Rural	Econômica	Engenheiro Agrícola	5	5	0
Extensionista Rural	Econômica	Engenheiro Agrônomo	53	53	0
Extensionista Rural	Econômica	Engenheiro de Alimentos	10	9	1
Extensionista Rural	Econômica	Engenheiro de Pesca	8	8	0
Extensionista Rural	Econômica	Médico Veterinário	21	21	0
Extensionista Rural	Econômica	Zootecnista	25	25	0

Extensionista Rural	Social	Assistente Social	23	23	0
Extensionista Rural	Social	Nutricionista	1	1	0
Extensionista Rural	Social	Pedagogo	5	5	0
Extensionista Rural	Social	Economista Doméstico	8	8	0

Fonte: Anexo I ao edital nº 001/quadro-geral/2012, de 04 de maio de 2012. Disponível em: < [https://s.concursosnobrasil.net/media/editais/2300/anexo\\_I\\_edital\\_abertura\\_secad.pdf](https://s.concursosnobrasil.net/media/editais/2300/anexo_I_edital_abertura_secad.pdf) > Acesso em: 20 de abril de 2019.

O quadro acima contribui para explicar e compreender a quantidade de vagas por formação<sup>23</sup>, sendo então disponibilizadas 8 (oito) vagas para os/as profissionais de Economia Doméstica, foco desta pesquisa, para atuarem como extensionistas rurais no Ruraltins.

Ainda conforme o Edital de nº 001/Quadro-geral/2012, de 04 de maio de 2012, todas as profissões destinadas as áreas ambiental, econômica e social tinham as mesmas atribuições, mesmo que descrevesse com precisão a quantidade de vagas específicas para cada categoria profissional, não havendo distinção entre as atividades a serem desempenhadas entre as profissões citadas.

Como o foco desta pesquisa se refere a uma categoria profissional que está relacionada a área social, e para compreender algumas temáticas trabalhadas pelos/as profissionais desta, Siliprandi (2002, grifo meu) apontou algumas questões que podem ser trabalhadas por diversos profissionais desta: promoção da cidadania e organização social; educação e promoção da saúde; segurança e soberania alimentar, geração de renda, gestão ambiental, são discussões que devem estar presentes em cada planejamento, diagnóstico, construção e execução de políticas públicas no cotidiano da extensão rural juntamente com seus públicos alvos e instituições (SILIPRANDI, 2002).

Neste sentido, buscou-se investigar quais atividades, temáticas, ações e políticas públicas trabalhadas pelos/as profissionais de Economia Doméstica, bem como verificar se existe algum documento que exponha práticas/atividades desempenhadas por estes/as profissionais por parte do órgão de ATER- Ruraltins, levando em consideração que esta

<sup>23</sup> Vale ressaltar que, a soma dos/as profissionais para atuar na área considerada ambiental foi: 28 (vinte e oito) vagas, na área considerada econômica 122 (cento e vinte e dois) e social 37 (trinta e sete), aspectos esses que serão discutidos no decorrer da pesquisa.

prática ocorreu em algumas instituições públicas de ATER (WOLTMANN, 2017; SILIPRANDI, 2002)<sup>24</sup>.

Os serviços de ATER, de modo geral, são destinados aos/as produtores/as rurais, especialmente agricultores/as familiares e empreendedor/a familiar rural. São considerados/as agricultores/as familiares e empreendedor/a familiar rural aqueles/as que: não detenha área maior do que 4 módulos fiscais; que se utilize da mão de obra predominantemente familiar na gestão de seu estabelecimento rural; dirija seu estabelecimento com sua família e possua um percentual mínimo a partir de suas atividades econômicas, estabelecida pelo Poder Executivo (BRASIL, 2006). Dentre eles estão os: assentados da reforma agrária, quilombolas, pescadores/as artesanais, extrativistas e povos indígenas (ANDRADE, 2015).

Desse modo, cabe explicitar que, o Ruraltins é o órgão estadual prestador de serviços de extensão rural ao público da agricultura familiar, pequenos e médios produtores, e pelo apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário do Tocantins. É uma autarquia criada pela Lei nº 20/89, de 21 de abril de 1989, atrelada à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, e tem como missão:

Contribuir de forma participativa para o desenvolvimento rural sustentável, centrado no fortalecimento da agricultura familiar, por meio de processos educativos que assegurem a construção do pleno exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida (RURALTINS, 2018).

Localizado na Região Norte do Brasil, o Tocantins é o mais novo estado do Brasil, sendo sua capital a cidade de Palmas. Desmembrado do Goiás, e criado por determinação da Constituição Federal em 1988, instituído pelo artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Segundo os dados do IBGE (2019) o estado conta com uma população estimada de 1.555.229 pessoas, área de 277.720,412 km<sup>2</sup> e possui 139 municípios. Faz limite com os Estados do Pará, Maranhão, Piauí, Bahia, Mato Grosso e Goiás.

Neste sentido, diante das mudanças que vêm ocorrendo na sociedade, nas transformações da própria estrutura e organização na formação dos/as Economistas Domésticos (AMARAL JUNIOR, 2013; LOPES, *et al.* 2017), que se inicia na graduação e com as experiências individuais e coletivas, questiona-se como têm sido desenvolvidas às

---

<sup>24</sup> Conforme explana Woltmann (2017) e Siliprandi (2002). Outros estudos, como o de Woltmann (2017), afirma que um “guia prático para as ações sociais” foi realizado pela Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) no Rio Grande do Sul. Ou seja, documentos com o objetivo de esclarecer a atuação dos profissionais na área “social” são geralmente solicitados/produzidos por instituições de ATER a fim de compreender as práticas a serem desenvolvidas.

práticas profissionais desempenhadas por Economistas Domésticos/as na Extensão Rural no Estado do Tocantins, numa perspectiva de gênero?

## 1.1 Procedimentos da metodologia da pesquisa

Neste item, apresenta-se os procedimentos e instrumentos metodológicos utilizados, visando alcançar os objetivos propostos.

Para elaboração dessa pesquisa, utilizou-se de fontes orais, escritas e documentos oficiais, como leis, decretos e arquivos disponíveis em sites públicos, levantamentos de dados em *sites* oficiais e envio de *e-mails*<sup>25</sup>. A seguir, descreve-se e detalha-se cada uma delas, ressaltando que as mesmas não ocorreram de forma isolada, mas simultaneamente.

### 1.1.1 História oral como metodologia da pesquisa

A história oral apresentou-se como possibilidade de metodologia qualitativa, por ser compreendida como um método que se utiliza da técnica da entrevista, por meio de registros de relatos de experiências vividas pelas economistas domésticas. Essa metodologia ocorre a partir de uma investigação participativa, na intenção de descobrir “novos” olhares, suas ações e interpretações atuais, com base na consciência do passado (TEDESCHI, 2015, p. 332). A história oral tem como objetivo criar fontes históricas e conhecer outras versões além dos documentos escritos a respeito da área da atuação profissional em Economia Doméstica no exercício das práticas da assistência técnica e extensão rural (FREITAS, 2006; LANG, 2001).

Com base nisso, esta pesquisa registrou as narrativas de quatro profissionais com cargo de extensionista rural, formadas em Economia Doméstica, atuantes desde 2013 no Ruraltins, sendo todas mulheres. Entretanto, vale ressaltar que, o registro das narrativas apenas de mulheres, não ocorreu por critério da pesquisa, mas por atualmente terem apenas cinco mulheres extensionistas rurais, formadas em Economia Doméstica, atuantes no Ruraltins, sendo uma delas a pesquisadora.

Durante as entrevistas, foram levadas em consideração suas vivências e percepções referentes à atuação profissional; desafios enfrentados enquanto extensionistas rurais; e como sujeitos que constroem e reconstroem suas atuações e percepções profissionais e de gênero,

---

<sup>25</sup> *E-mails* foram enviados para: a coordenação de cursos de Economia Doméstica; às 27 (cinte e sete) empresas de Assistência Técnicas e Extensão Rural do Brasil, entre outros a serem descritos mais detalhadamente no decorrer deste tópico.

no cotidiano de suas funções nas prestações de serviços de assistência técnica e extensão rural.

A utilização dessa metodologia torna-se relevante por: a) ouvir, registrar e trazer para o debate memórias das Economistas Domésticas, referente às suas atividades como extensionistas rurais (PORTELLI, 2001); b) identificar e apresentar as diversas possibilidades de atuação e interpretações que cada profissional possui durante as prestações de serviços realizadas em seu município (PORTELLI, 1996); c) e por não ter identificado pesquisas que investigassem a percepção, olhar, compreensão por parte desses/as profissionais.

Trata-se de apresentar e trazer para a discussão vivências e visões de uma complexidade de símbolos (comportamentos, gestos, falas, atitudes), valores e representações inerentes aos serviços de ATER exercidos por um grupo de economistas domésticas no exercício de sua função no Ruraltins. Dessa forma, captar esses tipos de informações propiciará num aprofundamento de uma compreensão que não podem ser explicada/reduzidas a números.

A história oral se inicia pela entrevista e segue com a finalidade do texto escrito (PORTELLI, 2001), tendo a pesquisadora que selecionar e ressaltar a parte que será relevante para a pesquisa, de acordo com os objetivos propostos. Neste sentido, os principais instrumentos de trabalho da história oral são as memórias, que são as fontes pessoais e não documentais (PORTELLI, 1996).

Considera-se memória um processo individual e dinâmico; no qual o ato de narrar expõe os significados e experiências através de fatos, colocando em pauta o elemento mais precioso das narrativas- a subjetividade do expositor/a; onde lembrar e falar já é interpretar (PORTELLI, 1996,1997b; THOMSON, 1997).

Para Tedeschi (2014), as memórias são construídas e organizadas com o intuito de dar sentido às vivências do passado, expondo-as de maneira seletiva, pública e coerentemente narradas. Desse modo, trabalhar com história oral é dar espaço a sujeitos anônimos da história na produção e divulgação, visando relacionar suas narrativas aos contextos e elementos da pesquisa.

As possibilidades de interpretações das narrativas, a partir de suas subjetividades, ocorreram com a proposta de compreender como têm sido desenvolvidas as práticas profissionais desempenhadas por Economistas Domésticas nos serviços de ATER no Estado do Tocantins, na perspectiva de gênero. Sendo assim, a subjetividade é uma riqueza que deverá ser identificada nas memórias, a fim de compreender as experiências vividas e influenciadas por questões culturais, econômicas, políticas e sociais.

Dessa forma, é por meio das entrevistas que poderão ser colocadas em evidência a autoridade e a autoconsciência de quem narra, podendo ser levantadas questões que nunca foram refletidas pela relatora (PORTELLI, 2001), o que dificilmente uma fonte oficial, documental irá transmitir: sentimentos, dúvidas, contradições de um determinado contexto (TEDEDSCHI, 2014). Porém, é papel da pesquisadora identificar nas entrevistas as relações de gênero contidas nas narrativas.

Dessa maneira, o compromisso com a honestidade significa, para Portelli (1997b), respeito com os/as entrevistados/as e com o material produzido, ao considerar múltiplas as narrativas existentes, destacando que não existem verdades, mas representações do passado.

Com base nisso, as perguntas que nortearam o roteiro de entrevistas estavam atreladas aos motivos que levaram esses/as profissionais a escolherem esse curso; quais atividades executam em suas atuações nos serviços de ATER? Como percebem suas atuações e quais os principais desafios? Como se relacionam com os/as outros/as profissionais? Estas perguntas contribuíram para analisar se as atuações profissionais reforçam ou não as atividades desempenhadas tradicionalmente por mulheres e se as relações de gênero influenciam na atuação destes/as profissionais nas atividades de ATER (APÊNDICE I).

Salienta-se também que, a história oral possui três características quanto às narrativas: o de depoimento oral, história de vida e relato de vida (LANG, 2001). Nesta pesquisa utilizou-se, especialmente, do relato de vida, com vistas a abordar determinados aspectos da vida relacionados à formação acadêmica e atuação profissional. Embora, a entrevistada tenha a total liberdade de expor questões de interesse, contudo, saiba do interesse da pesquisadora em tender a direcionar para os tópicos de interesse (LANG, 2001). A esta característica, Freitas (2006) chama de História Temática, por focar grupos específicos que também discutem temas específicos, tornando a entrevista com caráter de depoimento, permitindo comparações entre os/as entrevistados/as, apontando divergência, convergências e evidências de uma memória coletiva.

### 1.2.2 Seleção das entrevistadas e *locus* da pesquisa

Para identificar quais economistas domésticos/as seriam entrevistados/as, e a fim de elaborar um perfil dos/as Economistas Domésticos/as aprovados no último concurso da Secretaria da Administração do Tocantins<sup>26</sup> (SECAD), elaborou-se um questionário, o qual

---

<sup>26</sup> De acordo com o edital de nº 001/Quadro-geral/2012, de 04 de maior de 2012.

foi encaminhado via *e-mail* a todos/as economistas domésticos/as que passaram nessa seleção<sup>27</sup> (APÊNDICE II).

Com base no concurso do Edital de Nº 001/Quadro-geral/2012, de 04 de maio de 2012, foram destinadas oito (8) vagas para esses/as profissionais<sup>28</sup>, sendo a primeira seleção de ATER no Tocantins a incluir o/a referido/a profissional.

De modo geral, a partir de 2013, no decorrer do exercício desses/as profissionais no Ruraltins, transferências e exonerações ocorreram. Atualmente, o Instituto conta com cinco economistas domésticas, todas mulheres. Os municípios em que tais servidoras atuam são: Miracema do Tocantins<sup>29</sup> (1), Araguaína (1), Palmas (2) e Brejinho de Nazaré (1), conforme levantamento realizado em novembro de 2018 através dos questionários enviados.

Com base no resultado do edital nº 017/quadro-geral/2012<sup>30</sup> (resultado e classificação - Nível Superior), verificou-se que, dessas oito pessoas apenas uma era do sexo masculino. Contudo, após o exercício de cinco anos, em julho de 2018, o servidor solicitou exoneração por ter passado em um novo concurso público da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (EMATER/PR), conforme resultados do questionário.

Uma das profissionais, após estágio probatório (3 anos), foi cedida para outra instituição, mudando-se para seu estado de origem, argumentando não ter se adaptado a cidade, conforme resultados da pesquisa, assim como, informação exposta no site portal transparência do estado do Tocantins<sup>31</sup>.

Dentre as oito pessoas, apenas uma não tomou posse, não sendo possível contatá-la, tampouco se soube o motivo pelo qual a selecionada não iniciou seu trabalho no Instituto.

Cabe destacar que, as quatro Economistas Domésticas ainda atuantes no Ruraltins, se dispuserem a participar da pesquisa<sup>32</sup>. E com o objetivo de manter suas identidades, denominou-se as siglas da Economia Doméstica (ED) seguido por números, ficando da seguinte forma: ED1<sup>33</sup>; ED2<sup>34</sup>, ED3<sup>35</sup> e ED4<sup>36</sup> as quatro Economistas Domésticas atuantes no Ruraltins.

<sup>27</sup> Foi enviado um questionário aos seis economistas domésticos/as que tomaram posse no instituto, já que uma pessoa não tomou posse, e a outra é a própria pesquisadora.

<sup>28</sup> As vagas foram direcionadas aos municípios de: Araguaína, Araguatins, Augustinópolis, Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré, Gurupi e Miracema do Tocantins. Sendo este último ocupado pela pesquisadora deste estudo.

<sup>29</sup> Local de atuação da pesquisadora.

<sup>30</sup> Disponível em: < <https://central3.to.gov.br/arquivo/269098/> > Acesso em: 20 de nov. de 2018.

<sup>31</sup> Disponível em: < [www.transparencia.to.gov.br/#!servidores](http://www.transparencia.to.gov.br/#!servidores) > Acesso em 21 de novembro de 2018

<sup>32</sup> As entrevistas tiveram duração de uma a quatro horas; ocorreram em novembro e dezembro de 2018 e todas foram realizadas pela pesquisadora.

<sup>33</sup> Entrevista realizada pela pesquisadora, no dia 30 de novembro de 2018, em Palmas- Tocantins.

<sup>34</sup> Entrevista realizada pela pesquisadora, no dia 29 de novembro de 2018, em Palmas- Tocantins.



A partir de suas disponibilidades, as mesmas leram e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)<sup>37</sup> (APÊNDICE III), no qual concordaram voluntariamente em participar do estudo, bem como, autorizaram a utilização dos dados obtidos para a construção desta pesquisa. Cabendo ressaltar que as mesmas se mostraram à vontade e interessadas em participar da pesquisa. Outro documento que se fez necessário foi a leitura, assinatura e registro do termo de autorização do uso da entrevista (APÊNDICE IV).

Convém ressaltar que, o TCLE e o termo de uso da entrevista também foram assinados pela pesquisadora e entrevistadas, ficando cada uma com uma via original dos documentos, conforme recomendado pelos/as pesquisadores/as da História Oral (LANG,2001; PORTELLI, 1997b).

Sobre a escolha do local da entrevista com as participantes da pesquisa, esta se deu de acordo com a preferência das entrevistadas, de modo individual (na própria residência, parque público e universidade), de modo que as mesmas se sentissem à vontade para expor os assuntos a serem tratados (DAVID, 2013).

Conforme levantamento realizado pelos questionários complementados pelas entrevistas, as idades entre as entrevistadas variaram de 36 a 44 anos; duas estudaram o Curso de Bacharelado em Economia Doméstica na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e duas na Universidade Federal de Viçosa (UFV). O período de graduação também variou entre as quatro profissionais, sendo cursadas em: 1994 a 2000; 2000-2004; 2005 a 2010; 2005-2009. Dentre os períodos aqui expostos, o primeiro ainda disponibilizava a modalidade de licenciatura, assim, uma delas possui o diploma como Bacharela e licenciada em Economia Doméstica<sup>38</sup>. Três delas possuem pós-graduação: uma concluiu Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco; outra está cursando Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins; e outra cursou Especialização em Gestão Pública na Universidade Federal do Tocantins<sup>39</sup>.

---

<sup>35</sup> Entrevista realizada pela pesquisadora, no dia 06 de dezembro de 2018, em Palmas- Tocantins.

<sup>36</sup> Entrevista realizada pela pesquisadora, no dia 30 de novembro e 01 de dezembro de 2018, em Palmas – Tocantins.

<sup>37</sup> Conforme a Resolução 466/2012, entende-se por Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE – “documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar”.

<sup>38</sup> No decorrer da pesquisa, essa diferença será explicitada.

<sup>39</sup> Essas características não foram explicitadas de modo particular no esforço de manter em sigilo suas identidades.

### 1.2.3 A importância da história oral e mulheres

Como mencionado, apenas mulheres formadas em Economia Doméstica atuantes no Ruraltins foram entrevistadas (não por exclusão dos homens na pesquisa, mas por ter apenas mulheres formadas nesta área no campo pesquisado). Desse modo, a história oral se apresenta como uma metodologia significativa para as mulheres e os estudos de gênero, em que resgata o cotidiano das mesmas, a partir de suas experiências, situações, expectativas e relações de gênero; além de significar elemento de libertação frente à negação de sua identidade imposta historicamente pelo discurso universalizante e patriarcal (TEDESCHI, 2015; 2014).

Ao destacar a perspectiva de gênero nas pesquisas históricas, com o enfoque da memória, constrói-se uma síntese dinâmica das relações simbólicas, materiais, culturais e subjetivas, na qual se pode extrair das fontes relações de gênero, econômicas, sociais, culturais atuais, possibilitando a construção e visibilidade das mulheres nos diversos estudos e temas (TEDESCHI, 2014).

Neste sentido, as situações e experiências investigadas, permearam discussões sobre a escolha do curso de Economia Doméstica, da opção em trabalhar com extensão rural, discutir as atividades desempenhadas pelos/as economistas domésticas na extensão rural, dos desafios vivenciados, todos esses elementos analisados numa perspectiva de gênero.

A esse respeito, Gluck (1977) apud Salvatici (2005) pondera que o interesse pelas mulheres e o uso das fontes orais têm permitido ampliar a pesquisa histórica de forma positiva, usando suas próprias vozes e experiências. Em suas palavras:

A história oral de mulheres é um encontro feminista, mesmo se a entrevistada não for ela própria uma feminista. É a criação de um novo tipo de material sobre mulheres; é a validação de experiências femininas; é a descoberta de nossas próprias raízes e o desenvolvimento de uma continuidade que nos tem sido negada nos relatórios tradicionais. (GLUCK, 1977 apud SALVATICI, 2005, p. 31).

Para tal efeito, a utilização da categoria de análise gênero nas narrativas históricas tem permitido que pesquisadores/as analisem e foquem nas relações entre mulheres e homens, em distintos momentos, conflitos e tensões do passado, a ser construído, narrado e escrito, dando visibilidade a novos sujeitos históricos (TEDESCHI, 2015). Todavia, mesmo que não haja homens na pesquisa, as narrativas das profissionais, retomam as relações das mesmas com outras mulheres e com os homens no ambiente de trabalho e fora dele.

Pelo fato de os estudos e da história tradicional sobre a extensão rural não incorporarem essas profissionais como sujeitos da pesquisa, este estudo buscou romper com

as narrativas hegemônicas que ditam suas identidades, a partir do registro de memórias até então reprimidas, neste caso, o das mulheres/extenionistas rurais formadas em Economia Doméstica, o que contribuiu para a construção de representações de gênero de uma determinada formação profissional (TEDESCHI, 2014; PORTELLI, 1997a).

Desse modo, como parte de um processo histórico, a partir da história oral das mulheres entrevistadas, lidando com elementos mutáveis da memória, subjetividade e narrativas históricas (PORTELLI, 1997a), esta pesquisa também pretendeu evidenciar, por meio das memórias, as potencialidades e dificuldades vivenciadas por estes/as profissionais<sup>40</sup>, que permearam: o social, o político, o trabalho, o poder, as crenças do senso comum e as representações (TEDESCHI, 2015) analisadas por um viés de gênero.

Diante disso, é possível perceber a complexidade das representações de determinados grupos e valores, não só enquanto categoria profissional, mas também as de representações de gênero, que são socialmente construídos. Por isso, a importância de se compreender alguns elementos dessa categoria profissional enquanto a sua forma de atuação.

Ao refletirem sobre seus trabalhos no Ruraltins, as economistas domésticas selecionaram certas lembranças e as colocaram em relação com as de outros/as profissionais. Desse modo, compreender a relação entre a memória criada e as práticas desenvolvidas nos desafiam a pensar pela perspectiva de gênero, pondo em questionamento essa relação de prática e os discursos que essas memórias legitimaram sobre os sexos (TEDESCHI, 2015).

Dessa forma, o que buscamos construir é um texto dialógico de vozes de mulheres, com várias possibilidades de interpretações dos fatos, as quais essas possibilidades de interpretações relacionam com as das entrevistadas, da pesquisadora e dos/as leitores/as.

#### 1.2.4 Sobre as análises dos documentos transcritos e incorporação de outros documentos na pesquisa

Destaca-se que a etapa de análise permeia toda a construção deste estudo, já que o delineamento da pesquisa, procedimentos da metodologia, seleção das entrevistadas, estudos, roteiros e contatos, estruturam e orientam este estudo (LANG, 2001).

Acrescenta-se a essas análises, os documentos elaborados mediante as transcrições das fontes orais acessadas pelas entrevistas (LANG, 2001). Sendo assim, essa documentação constituiu um dos instrumentos da pesquisa, até porque, as transcrições, por si só, dificilmente

---

<sup>40</sup> Geralmente visto como uma profissão de “menor” valor simbólico, hierarquizado (WOLTANN, 2017) a ser debatido mais adiante.

seriam suficientes para responder aos problemas e objetivos propostos (LANG, 2001). Ou seja, eles precisaram ser analisados de acordo com as possibilidades de interpretações<sup>41</sup>.

Os estudos de Lang (2001) orientam as análises conforme as observações realizadas no decorrer das entrevistas; das análises da forma e conteúdo de cada entrevista; e da análise do conjunto das entrevistas.

Desse modo, as trajetórias de vidas das economistas domésticas foram exploradas, perpassando pelas experiências vivenciadas durante e após a graduação, destacando-se que, tais experiências podem (ou não) influenciar nas suas formas de atuação.

Além de investigar e analisar os principais desafios dessas profissionais atuantes na ATER do Tocantins, notou-se a existência de diferença em suas formas de atuação, conforme os diferentes municípios. No entanto, a complementariedade da utilização de outras fontes documentais escritas e orais foram necessárias, com vistas a confrontar e complementar informações, diante das limitações e vantagens encontradas nas fontes/documentos escritos<sup>42</sup> e orais (entrevista).

Desse modo, as fontes documentais escritas, utilizadas na elaboração desta pesquisa, disponíveis via *internet* e *sites* oficiais foram: código de ética dos/as profissionais de Economia Doméstica; a Lei de nº 7.387 de 21 de outubro de 1985, que dispõe sobre o exercício da profissão de Economia Doméstica; Lei de nº 8.042 de 13 de junho de 1990 que dispõe da criação dos Conselhos Federal e Regionais de Economistas Domésticos, o qual regula seu funcionamento e dá outras providências; Edital de concurso público de nº001/2012 do Quadro-Geral, de 04 de maio de 2012, destinado ao provimento de cargos públicos, dentre eles os dos Extensionistas Rurais/Economistas Domésticos/as; Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural; a Lei de nº 2.806, de 12 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do quadro de Extensionistas Rurais do estado do Tocantins.

Com a intenção de contextualizar e identificar a presença ou não de economistas domésticos/as nas empresas públicas de ATER do Brasil, foram levantados os contatos de *e-mails* das 27 (vinte e sete) entidades públicas estaduais que atuam com os serviços de extensão rural. O *site* oficial da Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer) serviu de base para acessar os sites das empresas públicas estaduais do Brasil.

---

<sup>41</sup> Como já mencionado, tanto por quem narra, quem escreve e de quem interpreta a leitura.

<sup>42</sup> O conteúdo da fonte escrita é estável e independe do objeto de estudo. Enquanto que as fontes orais dependem das questões diálogos e relações pessoais dos/as entrevistadores/as (PORTELLI, 1997).

A figura a seguir apresenta de forma ilustrativa as siglas das instituições públicas de ATER existentes no Brasil. O levantamento foi realizado por regiões, constando os nomes das instituições, endereços e *e-mails* das 27 (vinte e sete instituições) cadastradas na Asbraer, constam no apêndice V.

Figura 1 - Empresas associadas à Asbraer



Fonte: Asbraer/2018. Disponível em: <<https://www.asbraer.org.br/index.php/institucional/associadas>> Acesso em: 20 de dezembro de 2018.

Após a realização desse levantamento, um questionário foi enviado, via *e mail*, as vinte e seis (26)<sup>43</sup> empresas de ATER, através da ferramenta *google forms* (formulários) do *google* (APÊNDICE VI), visando identificar a existência de profissionais formados/as em Economia Doméstica, atuando nas empresas. Contudo, apenas a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER/MG) e o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM/AM) responderam.

Representante da EMATER/MG, informou existir tais profissionais desde a implementação dos serviços de extensão rural no Brasil, contudo, não especificou a quantidade de Economistas Domésticos/as que atualmente atuavam na instituição; já o IDAM/AM encaminhou um ofício informando não haver tais profissionais. Dessa forma, não foi possível fazer uma contextualização em nível de Brasil, de modo a aprofundar o caso em estudo, neste caso, o Tocantins.

Vale salientar que todos os *e-mails* enviados constam no “Apêndice V- Levantamentos: contatos e *e-mails* das Instituições Públicas de ATER”, enviados nos dias 02 de dezembro de 2018, e reenviados no dia 10 de dezembro de 2018<sup>44</sup>.

Outra contextualização necessária para a compreensão das dinâmicas referentes à implementação e extinção do curso de Economia Doméstica no Brasil, foi encontrada no *site* do Ministério da Educação, na aba referente ao Cadastro da Educação Superior<sup>45</sup>. Foi necessário também, o envio de *e-mails*, através da ferramenta *google forms* (formulários), para as coordenações de cursos que ainda disponibilizavam o Curso de Economia Doméstica, sendo elas: Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Universidade Federal Rural de Pernambuco (Ufrpe)<sup>46</sup>. Porém, apenas a Ufrpe respondeu. Contudo, ressalta-se que, esse panorama foi viabilizado por meio de outras pesquisas bibliográficas de Amaral Júnior (2014, 2016, 2017) e pelo site do e-MEC.

Outros questionários também foram enviados aos *e-mails* dos Conselhos Regionais de Economia Doméstica (CRED I, CRED II e CRED III) e Conselho Federal de Economia Doméstica (CFED) (Apêndice VII), também visando contextualizar a quantidade de economistas domésticas/os, sexo, áreas e local de atuação. Os respectivos questionários foram

<sup>43</sup> Apenas não foi enviado e mail ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins, já que as fontes orais e documentais desta pesquisa focaram nesta instituição (estado do Tocantins).

<sup>44</sup> O envio de *e-mails* durante o mês de dezembro, pode ter sido um fator preponderante para a não disponibilização de envio de respostas dos referidos órgãos, já que este período geralmente ocorre uma diminuição de funcionários devido férias e festividades da época.

<sup>45</sup> Site: <http://emec.mec.gov.br/>

<sup>46</sup> Os *e-mails* enviados foram: [coordenacao.bed@ufrpe.br](mailto:coordenacao.bed@ufrpe.br); [ded@ufv.br](mailto:ded@ufv.br); [coordenacaocurso.ecd@ufv.br](mailto:coordenacaocurso.ecd@ufv.br); [faleconoscodeg@ufrj.br](mailto:faleconoscodeg@ufrj.br) e [degrad@ufrj.br](mailto:degrad@ufrj.br).

enviados aos *e-mails*: cred1@cred1.org.br; cred2@cred2.org.br; cred3@cred3.org.br e cfed@cfed.org.br, no dia 02 dezembro de 2018, sendo reenviados uma semana depois (10 de dezembro do mesmo ano), contudo, também não objetivamos respostas até a conclusão deste estudo.

Visando esclarecer a jurisdição dos conselhos regionais de Economia Doméstica I, II e III, notou-se que existem representações de estados diferentes, conforme quadro a seguir:

Quadro 3- Jurisdição dos Conselhos Regionais de Economia Doméstica

<b>JURISDIÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE ECONOMIA DOMÉSTICA</b>	
<b>CONSELHO REGIONAL</b>	<b>ESTADOS</b>
O Conselho Regional de Economistas Domésticos (CRED) da 1ª Região compreende os Estados das Regiões Norte e do Nordeste, exceto a Bahia que faz parte da jurisdição do CRED da 2ª Região- CRED I.	Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe, Tocantins. Com sede em Fortaleza- CE.
Conselho Regional de Economistas Domésticos II – CRED II	Abrange os Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e Bahia. Com sede em Vitória – ES.
Conselho Regional de Economistas Domésticos III – CRED III	Abrange os Estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal, com sede em Belo Horizonte – MG

Fonte:<<http://www.cfed.org.br/conselhos-regionais/>> Acesso em: 20 de dezembro de 2018.

O quadro acima traz uma explanação sobre os conselhos e suas abrangências contribuindo com um pano de fundo sobre a formação/atuação profissional. Dessa maneira, ressalta-se que, para a construção desse estudo, fontes oficiais e escritas foram utilizadas, visando complementar e interagir com os documentos orais construídos através das narrativas das Economistas Domésticas.

As fontes escritas, comumente chamadas de pesquisas documentais, se caracterizam por realizar tratamentos analíticos em documentos e materiais que podem ser reelaborados de

acordo com a finalidade de cada pesquisa (PRODANOV, FREITAS, 2013). Ou seja, cada documento foi analisado de acordo com suas propostas, conceituando, caracterizando e discutindo de acordo com cada objetivo proposto neste estudo.

Esta dissertação está organizada por esta introdução, que visou explanar e contextualizar o objeto desta pesquisa, bem como, apresentar os procedimentos e instrumentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos propostos.

O primeiro capítulo, intitulado de: *A compreensão da categoria gênero e suas interfaces com a Economia Doméstica e a extensão rural*, objetiva compreender e trazer reflexões acerca do gênero, perpassando pelos movimentos feministas, divisão sexual do trabalho, e alguns elementos da sociologia econômica que ajudam a compreender as atividades realizadas pelas mulheres, o trabalho do *care*, relacionados às atividades e ao contexto da Economia Doméstica e da extensão rural.

No segundo capítulo, faz um resgate histórico sobre o curso de Economia Doméstica, a nível superior no Brasil, de modo a contribuir para uma melhor compreensão desta formação, perpassando pela explanação de seus Conselhos Regionais e Federal, da associação, da revista e pós-graduações em Economia Doméstica. A historicidade da Extensão Rural foi abordada, permeando a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), relacionando com a inclusão dos/as profissionais de Economia Doméstica. Posteriormente, buscou-se apresentar as competências e atribuições que o/a profissional de Economia Doméstica pode executar, diante sua formação. Por conseguinte, buscou-se, também, analisar as atividades e práticas desenvolvidas por economistas domésticas atuantes no Ruraltins, bem como, os principais desafios expostos em suas narrativas, expondo memórias e subjetividades, com base perspectiva de gênero.

Ainda neste capítulo foram apresentadas as experiências durante e após a graduação, visando comparar e identificar a relação com a atuação profissional na execução de serviços no Ruraltins. As discussões também perpassaram pelas divisões de áreas constituídas dentro da extensão rural (sendo elas: social, ambiental e econômica) e os desafios vivenciados, com olhar para a perspectiva de gênero.

Por último, pontuam-se as considerações finais dessa pesquisa, nas quais podem-se perceber, a partir das análises das narrativas das economistas domésticas participantes da pesquisa, que suas escolhas de formação, trajetórias profissionais e suas atuações na extensão rural, no Tocantins, tiveram influências marcadas pelas questões de gênero, resultando numa desigualdade nas relações de poder entre os gêneros. A perspectiva de gênero, neste estudo, permitiu analisar e compreender as características que as economistas domésticas vivenciadas



pelas participantes da pesquisa, de maneiras específicas, semelhantes e diferentes, nas complexas e diversas relações sociais que ocorrem entre os gêneros, nos conflitos institucionais e cotidianos nos seus locais de trabalho.

## **2 A COMPREENSÃO DA CATEGORIA GÊNERO E SUAS INTERFACES COM A ECONOMIA DOMÉSTICA E A EXTENSÃO RURAL**

Antes de contextualizar historicamente a implementação do Curso de Economia Doméstica e da extensão rural no Brasil, se faz necessária a compreensão do gênero como uma categoria analítica para a discussão da atuação desses/as profissionais nos dias atuais.

### **2.1 O termo histórico do gênero e a categoria de gênero como análise**

Ao considerar que as palavras têm histórias, gênero não é diferente (PEDRO, 2005; SCOTT, 1995), o uso desse termo possui um caminho de luta por direitos civis e humanos, de igualdade e respeito (PEDRO, 2005).

As discussões históricas sobre gênero perpassaram pela compreensão para além da anatomia; dos papéis socialmente construídos; de análises sobre homens e mulheres nas relações de poder e de desigualdade em todas as esferas, a partir de um sistema binário (SCOTT, 2012).

Como exemplo, Scott (1995, 2012) aponta algumas considerações sobre as mudanças ocorridas nas interpretações sobre gênero, como: estudos das relações entre mulheres e homens, entre mulheres e mulheres, e entre homens e homens. Na década de 70, previam, geralmente, questões fixas, sem investigar as variações das situações e contextos específicos, dando ênfase a um caráter puramente descritivo, e em alguns casos, fatos atrelados apenas às mulheres, em sua maioria, atrelados a reprodução (SCOTT, 1995; 2012).

Essa reprodução, muitas vezes, foi atribuída ao prolongamento da “natureza feminina”. Scott (2012, p. 336), interpretando Denise Riley, pondera que: “(...) em alguns períodos da história, as mulheres eram primariamente definidas como agentes reprodutivas, em outros, como educadoras das crianças da nação, e até como as executoras da moralidade, e novamente como subversoras da razão”. Diante disto, movimentos feministas e de mulheres buscaram reforçar a diferença de comportamentos para além da condição biológica, “do sexo”, definindo que as questões de gênero estavam ligadas à cultura.

Para compreender como as interpretações de gênero ocorreram, Pedro (2005) esclarece um pouco da trajetória dos movimentos de mulheres e feministas; na qual, este último, como um movimento social, vivenciou algumas “ondas”.

Antes de abordar as ondas vivenciadas pelos feminismos, é necessário ressaltar que esta pesquisa traz o enfoque de gênero atrelado aos feminismos e aos movimentos feministas.

Considera-se feminismo movimentos que atravessaram várias décadas, transformando relações entre homens e mulheres, tornando possível a entrada das mulheres nas universidades, receber salários, escolher a profissão, entre outros (PINTO, 2010). Duarte (2003) acrescenta a essa compreensão como qualquer ato, ação ou protesto contra a opressão e discriminação da mulher, com exigência da ampliação de seus direitos civis e políticos, de forma individual ou coletiva.

No entanto, os movimentos antifeministas desencadearam uma forte reação contra o termo “feminista”, relacionando a imagem da mulher mal-amada, feia, oposto da representação “feminina” (DUARTE, 2003, grifo da autora).

A “primeira onda”, ocorrida no final do século XIX, centrou-se nas reivindicações dos direitos políticos, sem aprofundar nas discussões da mulher dentro do seio familiar. Os direitos políticos, mais especificamente, o direito ao voto, iniciou com a organização de mulheres na Inglaterra, conhecida como as *sufragetes* (PINTO, 2010).

No Brasil, na “primeira onda” do feminismo, se fez presente a luta pelo direito básico de ler e escrever, antes só reservado aos homens; a autorização da primeira escola pública para as mulheres datada em 1827 (DUARTE, 2003); também contou com a luta pelo voto em 1910, liderada por Bertha Lutz, bióloga e cientista, cujo direito foi alcançado em 1932, após a promulgação do Novo Código Eleitoral Brasileiro (PINTO, 2010). Todavia, o presidente Getúlio Vargas logo suspendeu esse direito, só sendo possível concretizá-lo na disputa das eleições de 1945 (DUARTE, 2003).

A “segunda onda” ocorreu após a Segunda Guerra Mundial<sup>47</sup> e suas principais batalhas referiam-se ao direito pelo corpo, prazer e contra o patriarcado. Neste momento, a frase de ordem era: “o privado é político” (PEDRO, 2005, p.79).

A partir da década de 60, a pílula anticoncepcional foi lançada nos Estados Unidos e depois na Alemanha. Na Europa e nos EUA, nesta mesma década, os movimentos feministas surgem com toda força, abordando espaços para as mulheres no trabalho, na vida pública e na educação de forma direta (PINTO, 2010). Além disso, discutiam-se as relações de poder entre homens e mulheres, lutando pela autonomia e liberdade de decidir sobre sua vida e seu corpo (PINTO, 2010).

No Brasil, diferenciava-se do que ocorria no resto do mundo, devido à forte repressão da luta política legal, resultando no golpe militar (em 1964). Durante o regime militar, quaisquer movimentações feministas eram vistas como políticas e moralmente perigosas

---

<sup>47</sup> Compreendido entre 1939 a 1945.

(PINTO, 2010). Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU), em sua I Conferência Internacional da Mulher, no México, declarou os dez (10) próximos anos como a década da mulher (BURGINSKI, 2011; PINTO, 2010; DUARTE, 2003).

Conforme Burginski (2011), a entrada do feminismo no Brasil ocorreu, decisivamente, em 1979, a partir do retorno de mulheres exiladas da França e de outros países da Europa, opondo-se a ditadura e rompendo com os estereótipos que atrelam a mulher ao espaço doméstico.

A partir de 1980 houve uma efervescência na luta por direitos das mulheres com os temas da sexualidade, opções sexuais, violência, direito ao trabalho, direito à terra, igualdade no casamento, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo (PINTO, 2010). Em 1984, houve uma significativa vitória dos movimentos feministas com a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher, contribuindo para que a Constituição de 1988 fosse a que mais expusesse direito para as mulheres no mundo (PINTO, 2010). Entretanto, ainda conforme a referida autora: “No Brasil, não existem instâncias que tornem todos os seus cidadãos e cidadãs iguais em direitos e deveres de fato” (PINTO, 2010, p. 20).

Foi a partir da “segunda onda” que o termo “gênero” foi incluído no debate. Até então se utilizava a palavra “Mulher” como contraposição ao termo “homem” (PEDRO, 2005, p. 80, grifo da autora). Outra questão levantada pela autora, concerne à universalidade (como masculino), em que as feministas iniciaram suas críticas ao apontar que “o Homem Universal” não incluía questões específicas das mulheres, como por exemplo, a luta contra a violência doméstica, o direito de ter ou não ter filhos, divisão das tarefas do lar, dentre outras.

Com isso, fez-se referência aos movimentos de mulheres, no plural, ou seja, houve a incorporação de outra categoria, o de “mulheres”; por considerar que a identidade de sexo não era suficiente para juntar as mulheres com o objetivo de alcançar as mesmas lutas (PEDRO, 2005). O que havia eram mulheres de diferentes classes, raça, etnia, região, com múltiplas diferenças e objetivos de lutas. Contudo, com algo em comum, desigualdades nas relações de poder entre os sexos.

A partir de então, pesquisadoras e pesquisadores buscaram dar destaque às histórias das mulheres “comuns” no seu cotidiano, trabalho, lutas, resistências e sobrevivências (PEDRO, 2005; TEDESCHI, 2014). E foi dentro do movimento feminista que, historiadoras escrevendo sobre as histórias de mulheres, surgiu o termo “gênero” inspirado principalmente pela Joan Wallach Scott em seu texto “Gênero: uma categoria de análise histórica”, publicado no Brasil em 1990 (PEDRO, 2005), cujo estudo se reportará diversas vezes visando esclarecer e discutir com esta pesquisa.

A pauta da terceira onda permeia debates sobre gênero com recorte de classe e raça, a partir das diversidades de mulheres de distintas regiões- incorporando temas como sexualidade, violência contra as mulheres e trabalho doméstico (LEITE, 2016).

Dessa forma, apresentar a história das mulheres demanda redefinir e alargar as noções tradicionais do que historicamente vem sendo posta, sendo importante inserir as experiências pessoais e subjetivas, bem como as atividades públicas e políticas (SCOTT, 1995). E é baseada na teoria de gênero que a perspectiva de gênero permite analisar homens e mulheres como sujeitos históricos, construídos socialmente, resultado das relações produzidas na sociedade.

Neste sentido, percebe-se que regulações normativas impostas são tentativas de estabelecer papéis sociais de gênero<sup>48</sup> difíceis de serem questionados. O que faz necessário rejeitar o caráter binário das relações entre masculino e feminino, renegando uma visão natural das coisas, além de considerar o contexto histórico como elemento fundamental para análise (SCOTT, 1995).

Para Okin (2008), algumas feministas apontam para além das abordagens que naturalizam as atividades para homens e mulheres, em que a divisão sexual do trabalho é socialmente construída e, no entanto, de importância política.

A partir de estudos, historiadoras e historiadores contextualizam e historicizam as discussões de mulher, mulheres, gênero e sexo, dialogando com as histórias de movimentos sociais para afirmar a importância e necessidade de desmistificar e questionar como universal as formas que são reforçadas as diferenças entre os gêneros, a partir das instituições, trabalhos, formas de sociabilidade (PEDRO, 2005). Por isso, a abordagem historista e historicizante é útil por considerar as mudanças e a transição de conhecimentos e valores a serem transformados no tempo (DIAS, 1992).

Ressalta-se então, gênero um espaço de luta política, conflitos, busca de conhecimento e interesses de poder (SCOTT, 2012). Em outras palavras, não há como negar que discutir gênero perpassa pelas construções sociais do “ser mulher”, em que é difícil separar o biológico do sociológico, mas que estes estão intrinsecamente relacionados. Conforme Scott (1990, p. 21):

O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas

---

<sup>48</sup> Considera-se papéis de gênero padrões, regras, costumes, comportamentos criados para homens e mulheres em uma determinada sociedade. É a definição de comportamentos e formas das pessoas se relacionarem (PARENTE, 2007).

diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1990, p.21).

Portanto, pode-se dizer que os corpos não são suficientes para trazer uma definição segura acerca das identidades, papéis e orientação sexual. Desse modo, o gênero a partir da compreensão das várias concepções de ser homem/mulher, masculino/feminino, na sua complexidade e instabilidade, refere-se às lutas para manter os significados (do fazer e cumprir as normas), resistir ou vencer (SCOTT, 2012,1995).

Neste sentido, gênero como uma categoria de análise parece estar diretamente relacionada ao que se considera social, contudo, seu objeto analítico são as construções sociais, culturais e históricas das relações entre os sexos, conectados à esfera psico-sexual, e por isso não tem como gênero estar livre das discussões sobre sexo e diferença sexual (SCOTT, 2012).

Por isso, analisar a Economia Doméstica e a extensão rural sob a ótica de gênero, se constitui como um compromisso crítico e revelador de contradições e instabilidades na vida desses/as profissionais, torna-se uma questão política e histórica.

E é com base nas reflexões de Scott (1995) que se considera o desafio posto em articular a história das mulheres do passado com o presente, neste caso, o das profissionais de Economia Doméstica. Diante disso, questiona-se como o gênero funciona nas relações cotidianas em suas atividades no exercício de sua atuação? Como o gênero orienta a organização social e a percepção do conhecimento histórico nas práticas desenvolvidas na atuação da assistência técnica e extensão rural (perpassando por discussões sobre divisão sexual do trabalho, trabalho reprodutivo e produtivo, e as divisões de áreas existentes nas atividades de ATER)? Essa compreensão ocorre a partir da perspectiva de gênero, tendo a centralidade teórica de gênero.

Dentre as questões a serem analisadas e investigadas nesta pesquisa, a divisão sexual do trabalho é um tema chave para discutir constatações de desigualdades por refletir hierarquizações. O próximo item apresentará discussões atreladas ao mercado de trabalho, trabalho doméstico, o trabalho de cuidados e dicotomias entre o social e o econômico, com ênfase nas relações de gênero.

## **2.2 A divisão sexual do trabalho e elementos da sociologia econômica na compreensão da Economia Doméstica e da extensão rural**

A gênese do conceito da divisão sexual do trabalho surgiu na França, nos anos 70, sob o impulsionamento do movimento feminista acerca do trabalho doméstico realizado pelas mulheres de forma gratuita, invisível, sem reconhecimento, dado como natural, sempre em prol do amor e do dever materno (HIRATA, KERGOAT, 2007). Dessa forma:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA, KERGOAT, 2007, p.599).

Foi a partir dessa racionalidade diferenciada para o trabalho das mulheres e dos homens na extensão rural, em que eram consideradas as atividades das mulheres complementares as dos homens (WOLTMANN, 2017), que Hirata e Kergoat (2007) explicam esta visão sobre complementariedade. Para as autoras, esta visão está pautada na abordagem funcionalista, em que a divisão de papéis entre os sexos no trabalho profissional e doméstico possibilitam a reprodução dos papéis sexuais e tomam aqui o modelo “tradicional”, no qual cabiam às mulheres assumir as responsabilidades da família e do espaço doméstico, enquanto aos homens cabia o papel de provedor. Portanto, percebe-se que essa divisão sexual do trabalho gera significados a partir das práticas desenvolvidas dentro de cada esfera.

Sobre essa questão, Bourdieu (2012) aponta que a ordem masculina e as diferenças sociais parecem estar fundamentadas nas diferenças biológicas, estando presente nas estruturas sociais, nos corpos, na divisão sexual de produção, reprodução biológica e social, e nos rituais (sejam eles coletivos ou individuais), atribuindo às mulheres espaços considerados de “menor valor”, atividades penosas e baixas, excluindo as mulheres das tarefas consideradas nobres.

A divisão sexual do trabalho tem delimitado, a partir de relações sociais de sexo/gênero, a participação de homens e mulheres na esfera da produção e reprodução. Para Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho deve ir além da constatação das desigualdades, mas também mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e refletir sobre os processos utilizados pela sociedade nessa diferenciação para hierarquizar as atividades

(sejam elas no mercado de trabalho, no trabalho doméstico, nas profissões e nos ofícios), e por conseguinte os sexos, ou seja, num sistema de gênero.

Além disso, pesquisadoras feministas consideraram importante relacionar as categorias: gênero, classe e raça, além de incluir narrativas dos/as oprimidos/as, na análise do sentido e da natureza de sua opressão; bem como, a desigualdade de poder, que se organiza a partir dessas categorias a fim de abordar uma “nova história” (SCOTT, 1995, p.73).

Neste contexto, cabe salientar a importância da teoria e dos métodos dos estudos feministas apontados por Dias (1992) em que é fundamental historicizar os próprios conceitos para além do gênero, como os de reprodução, família, público, sociabilidade, objetivando ultrapassar definições sem movimento e valores culturais herdados como inerente ao ser feminino.

Corroborando com os estudos de Dias (1992), Okin (2008) chama atenção para a ausência da reflexão da dicotomia do público/doméstico e que os estudos de gênero afetam esta dicotomia, e considera gênero uma categoria importante nas análises das políticas sociais, fato este já ressaltado nesta pesquisa.

Sobre o público e o privado, Okin (2008, p.309) considerou que a maioria dos estudos tende a focar o privado ao contexto da esfera familiar, mas ressalta que “o pessoal é político”. Em suas palavras:

[...] o que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não é imune em relação à dinâmica de poder, que tem tipicamente sido vista como a face distintiva do político. E nós também queremos dizer que nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não-doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro (OKIN, 2008, p.314)

Nesse contexto, é necessário pensar em todos esses processos interconectados, sem isolamentos, explicados na fundamentação de seus significados. Segundo Scott (1995, p.86): “Para buscar o significado, precisamos lidar com o sujeito individual, bem como com a organização social, e articular a natureza de suas inter-relações, pois ambos são cruciais para compreender como funciona o gênero, como ocorre à mudança”.

É por este motivo, e por considerar que as relações de gênero são construídas em todas as ações do nosso cotidiano, seja na construção das ciências, das profissões e do trabalho, que gênero não pode ficar de lado nessas discussões.

No âmbito da extensão rural, durante sua introdução no Brasil, técnicas agrícolas e insumos, visando aumentar a produtividade, eram desempenhadas por extensionistas – homens, em geral, veterinários ou agrônomos; enquanto as extensionistas – mulheres, as



economistas domésticas direcionavam seus conhecimentos e orientações às famílias rurais nas respectivas áreas: alimentação, higiene e habitação, consideradas assim o viés social (PINHEIRO, 2016a; 2016b); portanto, o emprego remunerado também ocupou espaços distintos a depender do sexo, estruturada numa lógica de gênero.

A própria institucionalização da Economia Doméstica também introduziu a partir da reprodução o modelo de feminilidade relacionada ao doméstico, ao modelo de família nuclear, divisão social de papéis sexuais<sup>49</sup> (LOPES, 2012), características essas que também reforçaram a divisão sexual do trabalho.

Justificados pelo discurso desenvolvimentista da época<sup>50</sup>, o Estado e os apoiadores da implementação da Extensão Rural e da Economia Doméstica atribuíram às mulheres rurais como responsáveis pela manutenção da vida, moral, civilidade, e por manter a saúde da população rural. De tal forma, associando à função da reprodução (WOLTMANN, 2017), instituída com a implantação do curso de Ensino Superior de Economia Doméstica definida como “ciência de e para mulheres” (LOPES, 2012, p. 3).

Por isso, extrapolar as categorias fixas e universais herdadas do contexto cultural e a polaridade das posições masculino/feminina resulta em trabalhar com mudanças teóricas, rompimentos e descontinuidades históricas que permitem reconstituir processos sociais fora do enquadramento normativo (DIAS, 1992; SCOTT, 1995).

Acerca de algumas polarizações, Siliprandi (2002, p. 42, grifo da autora) ao discutir o “social” numa Empresa Municipal de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER/RS), pontua a existência de uma forte divisão de tarefas nesta instituição, reproduzindo uma fictícia separação entre o “social” x “econômico”. Contexto este, em que os economistas frequentemente dicotomizaram o mundo em: mercado e não mercado, racional e pessoal, eficiente e sentimental, macho e fêmea. Com essas divisões se torna mais fácil desvalorizar a atenção dada aos cuidados, à produção doméstica e ao trabalho das mulheres de modo geral (ZELIZER, 2009).

Sobre a relação bem delimitada entre economia, numa perspectiva formal, e intimidade relacionada à vida pessoal é discutida por Zelizer (2009), ao criticar a teoria dos mundos hostis e das esferas separas<sup>51</sup>. A autora demonstra como essas teorias definem

---

<sup>49</sup> A divisão do trabalho, segundo a teoria patriarcal, os homens são vistos como provedores, ocupando espaços nas esferas econômicas e políticas, enquanto as mulheres ocupam espaços das esferas privadas, como os da domesticidade e da reprodução, sendo dependente dos homens e subordinadas à família (OKIN, 2008, p.308).

<sup>50</sup> Por volta da década de 40.

<sup>51</sup> A teoria do mundo hostis é entendida como a contaminação das esferas quando uma entra em contato com a outra, existindo uma divisão clara entre as relações sociais íntimas e transações econômicas, mantendo a ideia da

fronteiras políticas, morais e sociais, bem como injustiças e desigualdades envolvem questões de gênero. A suposta divisão dual entre mundo do sentimento e da racionalidade, do mercado e da esfera doméstica, do masculino e do feminino fomenta um trabalho de poder e de exclusão, que não acrescenta nada à análise dos processos econômicos (ZELIZER, 2009). Portanto, pode-se afirmar que normas sociais, resultado do ambiente social, influenciam no comportamento econômico, o que corrobora com a afirmação de Siliprandi (2002, p.39) ao afirmar:

O "social" de que tratamos aqui certamente abrange a dimensão produtiva e econômica, não só na preocupação com os resultados físicos ou financeiros, ou no entendimento do porquê se adota ou não uma certa tecnologia; mas na forma como se organiza essa produção, nas relações de poder que estruturam a ação das pessoas, nas implicações que os processos de organização social trazem para as mudanças concretas na vida de todos (SILIPRANDI, 2002, p.39)

Neste mesmo sentido, Zelizer (2009) pondera que essas dualidades entre o econômico e social, privado e público, ajudam a compreender que essas dicotomias existentes não são uma divisão nítida entre as esferas econômicas e não econômicas, mas de combinações de diversas formas de relações sociais, com diferentes transações econômicas. Desse modo, a autora explica que a teoria das esferas separadas, em que existe dois domínios diferentes com princípios antagônicos, são interpretações errôneas.

Ainda conforme Zelizer (2010), questões a respeito das relações íntimas nos processos econômicos são levantadas, trazendo uma crítica à visão dos *mundos hostis* por considerar o amor, atenção, cuidado degradado pela monetarização, o que pode fundamentar políticas injustas e causar discriminações econômicas em relação às atividades do *care*. Desse modo, entende-se por *care* os cuidados e atenções dadas às pessoas de forma constante e/ou intensa, de modo a melhorar a situação de bem-estar do indivíduo.

Entender essa questão apontada por Zelizer, dialoga com os estudos de Siliprandi (2002) ao apontar que, um diagnóstico realizado em 2000 e 2001<sup>52</sup> a respeito dos trabalhos desenvolvidos por extensionistas de bem-estar social realizado nas EMATER (tanto a nível regional e estadual no Rio Grande do Sul), que não recebiam destaque, havia pouco integração dentro das equipes nos trabalhos cotidianos e existia a divisão rígida de tarefas.

Ainda sobre essa lógica dual, a ocupação das economistas domésticas no mercado de trabalho, consiste em um campo voltado para o emprego remunerado com ocupações

---

separação; enquanto que as esferas separadas operam de formas distintas, sem relacionar-se uma com a outra (racionalidade x solidariedade; eficiência x sentimento; planejamento x impulso) (ZELIZER, 2009).

<sup>52</sup> A autora não deixa claro quem fez esse diagnóstico.

predominantemente femininas, incentivado e apoiado pela justificativa do desenvolvimento econômico e social por parte do Estado.

Sobre essa segregação por sexo no ambiente de trabalho, England e Folbre (2005, p. 643) explicam que estudos da sociologia econômica apontam que uma das causas e a perpetuação disto dependerão da oferta *versus* demanda. As demandas ocorrem de dois tipos:

- 1) que os empregadores se envolvam em discriminação no sentido de (consciente ou inconsciente) tratamento de homens e mulheres na contratação e colocação, ou (2) que eles usem critérios para seleção que tenham uma intenção não intencional, mas um impacto diferente por sexo (ENGLAND, FOLBRE, 2005, p.643).

E a terceira, ocorre pela oferta de trabalho das escolhas ocupacionais dos homens e mulheres. Essas são as três formas de analisar o aspecto da segregação ocupacional do sexo a partir da perspectiva da sociologia econômica (ENGLAND, FOLBRE, 2005), que lançam luz de uma perspectiva de separação. Então, pode-se afirmar que o Estado, no momento do incentivo e da abertura dos cursos de Economia Doméstica e da implantação dos serviços de Extensão Rural, agia no sentido consciente de contratar mulheres e homens para atuarem de forma diferenciada conforme seus sexos<sup>53</sup>.

Diante disto, percebe-se como as crenças a respeito das normas de gênero afetam os comportamentos na tomada de decisões que controlam a contratação de trabalhadores/as que buscam empregos. Esse entendimento dialoga com a contribuição de Bourdieu (2012), cuja reprodução é intensamente reproduzida pelas instituições, igrejas, família, escola e Estado, fazendo parecer “natural”.

Neste sentido, Polanyi (2000), ao discutir os mercados, afirma não só existir mercados para bens, mas também para terra, dinheiro e trabalho, sendo este último, um dos elementos que mais modificou a organização da própria sociedade - a mão de obra, se tornando um acessório do sistema econômico (POLANYI, 2000), que não pode ser deixado de levar em consideração ao se tratar da sociologia econômica, bem como as normas relacionadas ao sexo que podem contribuir extremamente com a segregação (ENGLAND, FOLBRE, 2005).

England e Folbre (2005), ao discutirem gênero e sociologia econômica, trazem à contribuição de Milkman e Townsley (1994) ao apontar que as análises econômicas

---

<sup>53</sup> Apesar das questões sobre o Estado não ter sido o foco desta pesquisa, considera-se um elemento importante de análise para a compreensão do tema, por se referir aos processos históricos de implantação, mudanças e fechamento do Curso de Ensino Superior de Economia Doméstica, além da implantação e mudanças da Extensão Rural no Brasil. No entanto, este foco poderá ser aprofundado em futuros estudos.

convencionais (ou chamada de *mainstream*)<sup>54</sup> tendem a desconsiderar as mulheres e suas atividades desenvolvidas, mesmo que as construções culturais e sociais de gênero, sua reprodução social, processos psicológicos e dinâmicas sexuais sejam fundamentais nos processos econômicos mais abrangentes.

A conceitualização da economia no século XIX tem prestado pouca atenção a temas considerados de uma economia doméstica<sup>55</sup>, como: o papel da mulher, da família e do consumo, questões que parecem não ter relevância para a economia *mainstream* (formal, racional, com suas próprias teorias), conforme Leite (2016). Neste sentido, ainda para esta estudiosa, uma das críticas feministas ocorre para a ciência econômica *mainstream*, ao questionar o modo de produção de conhecimento e a sua racionalidade universal. Por isto, nota-se a importância deste estudo por tratar de uma profissão voltada para mulheres, enfatizando o espaço doméstico como atividades produtivas e reprodutivas.

Sobre a concepção de economia, Polanyi (2012) explica possuir dois significados: a formal e a substantiva. A primeira refere-se ao modo em que os economistas clássicos consideram ser, proveniente da relação lógica meios- fins/ lógica de mercado, enquanto que a segunda requer uma compreensão da relação ser humano e natureza- o da subsistência humana (POLANYI, 2012).

Em seu texto “Sociedades e sistemas econômicos”, Polanyi (2000) faz uma crítica ao mercado visto como um sistema autoregulável, ou seja, sem a interferência de fatores externos, uma economia conduzida apenas pelos preços do mercado. Explica:

A divisão do trabalho, um fenômeno tão antigo como a sociedade, origina-se de diferenças inerentes a fatos como sexo, geografia, capacidade individual [...] A história e a etnografia conhecem várias espécies de economia, a maioria delas incluindo a instituição do mercado, mas elas não conhecem nenhuma economia anterior à nossa que seja controlada e regulada por mercados [...] (POLANYI, 2000, p.63).

Pode-se afirmar que a economia, numa perspectiva formal, como regra, está inserida nas relações sociais, ou seja, o indivíduo não age com interesse de fins econômicos apenas, mas de proteger seu *status*, seu patrimônio social (POLANYI, 2000).

E é a partir da compreensão da economia no seu sentido substantivo, contrapondo a ideia de sujeito universal, o do homem racional, e tendo em consideração que qualquer

---

<sup>54</sup> A economia contemporânea é descrita por modelos baseados em argumentos fortes, rígidos, tornando a realidade simples e muito abstrata para as ciências sociais. Além de possuir caráter essencialista, características racionais, de aplicabilidade universal, consistente e elegante (HIRSCH, MICHAELS, FRIEDMAN, 2003).

<sup>55</sup> No sentido da “economia do lar”, que se relaciona diretamente com o Curso de Economia Doméstica.

processo econômico é resultado de interações sociais complexas, que esta pesquisa foi pensada.

Para entender melhor como estes assuntos dialogam com a profissão de Economia Doméstica, conforme a Lei nº 7.387 de 21 de outubro de 1985, algumas das competências dos/as Economistas Domésticos/as se referem a: planejamentos, elaborações, implantações, coordenação, controle, execução de estudos, trabalhos, planos, projeto de pesquisas em Economia Doméstica e educação familiar ou a temas referentes a atendimentos às necessidades básicas da família, grupos, comunidades e instituições, sejam elas públicas ou privadas; bem como planejar, elaborar, implantar, dirigir, coordenar, orientar, supervisionar, executar, analisar e avaliar estudos, trabalhos, programas, planos, projetos e pesquisas de educação e orientação do consumidor para aquisição e uso de bens de consumo e serviços utilizados pelas famílias e outros grupos nas instituições públicas e privadas.

Mais uma vez se percebe a necessidade de considerar o sentido substantivo do econômico apontado por Polanyi (2012), por meio dos estudos de Parpet (2003), por considerar os fatores sociais extremamente importantes para a construção dos mercados e por mostrar como eles são percebidos nas práticas consideradas econômicas. Dessa forma, Parpet (2003) traz reflexões para além das questões econômicas envolvidas na comercialização de produtos, mas também das relações que estão sendo construídas; dos espaços sociais existentes; da geração; das dificuldades enfrentadas; das características do público, estratégias, reconhecimento e valorização da produção; do valor simbólico; da identidade cultural e das práticas cotidianas quanto ao trabalho, lazer, entre outras.

E para concluir este tópico, ainda pensando em transformações e nas complexidades dessas discussões, um balanço histórico sobre a prática da extensão de Economia Doméstica afirma que, em sua gênese, compôs um quadro técnico evolucionista, etnocêntrico, racional e economicista, mas que nos dias atuais, o campo de conhecimento da Economia Doméstica tem permitido:

[...] discutir possibilidades de uma economia solidária e de uma extensão propositivamente envolvidas com as políticas públicas de combate às desigualdades, à marginalidade, e à exclusão social tão urgente à realidade brasileira contemporânea em ‘tempos bichudos’ de ameaças a Democracia e aos Direitos. Mais ainda, a perspectiva feminista contemporânea denuncia e supera narrativas sobre o papel de vítima e subserviência intelectual, afetiva, psicológica da mulher em muitas esferas. Algo que nos faz desconfiar de fortes dicotomias- como público x doméstico, tradicional x moderno-, alertando para a dimensão performativa e relacional dos discursos e posicionamentos das mulheres no mundo (LOPES, *et al.* 2017, p. 126,127).

Diante disto, percebe-se um repensar acerca da atuação dos/as profissionais de Economia Doméstica, inclusive da sua participação enquanto mediador/a das ações e políticas públicas no âmbito da extensão rural, o que retoma e justifica os questionamentos desta pesquisa: Quais as percepções e interpretações que os/as profissionais de Economia Doméstica fazem acerca da sua atuação profissional nos serviços de ATER, numa ótica das relações de gênero?

Desse modo, o próximo capítulo contextualizará a Extensão Rural e o curso de Economia Doméstica no Brasil, buscando investigar a situação atual do curso, bem como, discutirá as percepções e análises das narrativas, memórias e subjetividades das entrevistadas sobre a formação e a atuação profissional na extensão rural na perspectiva de gênero.

### **3 O CURSO DE ECONOMIA DOMÉSTICA E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO BRASIL**

O objetivo deste capítulo é trazer um resgate histórico acerca da criação do Curso de Economia Doméstica no Ensino Superior e da Extensão Rural no Brasil, com o enfoque de gênero. Busca-se também apresentar e contextualizar alguns elementos sobre a formação, enquanto categoria profissional. E, posteriormente, buscou-se evidenciar as competências e atribuições que os/as profissionais em Economia Doméstica podem executar diante de sua formação, de modo a situar, compreender e analisar os trabalhos executados e desafios vivenciados pelas Economistas Domésticas atuantes no Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins nos dias atuais, através de suas narrativas, memórias e subjetividades.

#### **3.1 Contextualização do curso de Economia Doméstica atrelada à extensão rural**

Foi em 1865, na Noruega, que a primeira notícia concreta sobre *educação para o lar* na forma de Economia Doméstica foi organizada em escola criada pelo Ministério de Agricultura (VOGEL, 1974, p.113). E a partir de 1874 na Islândia. O surgimento desse curso no âmbito internacional e no Brasil, direcionavam as mulheres à educação para o lar, tanto no plano do ensino médio, quanto do superior (VOGEL, 1974).

Outros dados apontam que, nos Estados Unidos, em 1862, o curso de Economia Doméstica se iniciou como curso universitário após a Lei Morrill, no qual estabeleceu doações de terras para construção de universidades, com recursos direcionados aos ensinamentos voltados à agricultura, à ciência e à engenharia (FERREIRA, 2013). Os ensinamentos eram direcionados às mulheres, com vistas a ensinar questões sobre administração da casa, da família e gestão financeira.

E em 1909, ainda nos Estados Unidos, uma Associação Americana de Economia Doméstica foi organizada, visando aperfeiçoar as condições de vida no lar, fortalecer a instituição familiar e “contribuir para o bem-estar” da comunidade (VOGEL, 1974, grifo meu).

Contudo, cabe esclarecer que, antes da sua implementação nas universidades do Brasil, existia o curso profissionalizante de Economia Doméstica, instalado, em 1909, pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, sendo apenas, em 1942, ampliado pela Lei Orgânica do Ensino Secundário a todas as séries dos cursos ginasiais, clássicos e científicos (AMARAL JUNIOR, 2013).

Os estudos de Ferreira (2013) pontuam que, os primeiros cursos de Economia Doméstica foram criados no Brasil por volta de 1937, no Instituto Familiar e Social: Educação Familiar e Serviço Social, correspondendo na tentativa de normatizar a responsabilidade das famílias à educação da mulher. Intitulado como *Educação Familiar*, este se relacionava a uma iniciativa da Igreja católica dirigida à população feminina. Assim, este curso foi ponto de partida para a criação da Economia Doméstica no Brasil.

O primeiro curso de Ensino Superior em Economia Doméstica implantado, em 1948, na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (passando, posteriormente, a se chamar Universidade Federal de Viçosa, em 1969), teve sua origem definida como “ciência de e para mulheres”, objetivando dar cientificidade ao trabalho realizado por mulheres no espaço doméstico (LOPES, 2012, p. 3).

Os ensinamentos direcionados às mulheres, nos anos de 1920 e 1930, acompanharam os discursos norte americanos, sendo alguns deles: o de conter o processo do êxodo rural, a inserção de outras culturas e agroindústrias aos cuidados das mulheres, mais, especificamente, nas áreas da gestão da economia familiar, como: floricultura, criação de galinhas, classificação e beneficiamento do café, habitação, enfermagem, puericultura, entre outros (LOPES, *et al.*, 2017). Dessa forma, os discursos permeavam a promoção de desenvolvimento econômico e social, com atividades das mulheres complementares às dos homens, enfatizando delimitações bem definidas no campo institucional e de representações de gênero.

Durante a implementação da Economia Doméstica no Brasil, permearam dois momentos históricos, o Estado Novo e o Golpe de 64, no qual, ocorreram momentos de difusão dos valores americanos na economia e na política, com a crise da monocultura cafeeira que potencializava um conjunto de forças pela modernização do país, manifestando valores do patriarcado, em particular a “honra” masculina e “vergonha” feminina (LOPES, 2012; LOPES, SILVA, SOUSA, 2017, p.108, grifo das autoras).

Os valores patriarcais legitimam uma desigualdade inaceitável entre os gêneros, principalmente como um sistema de opressão da mulher. O patriarcado, como uma categoria que alimenta, afirma e legitima a desigualdade de relações entre mulheres e homens em todos os espaços, não dá espaço para alterações nas posições de dominador e dominado, diferentes das relações de gênero (OLIVEIRA, CAVALCANTE, 2007).

Diante desses valores do patriarcado, em que os homens detinham o poder sobre as mulheres e as crianças, cabiam às mulheres executar as atividades do lar, cuidar e educar os/as filhos/as. E além disso, essas mulheres não tinham acesso à universidade. Ellen Richard foi a primeira a se formar em *Home Economics*, no qual só foi aceita por defender que sua intenção



era estudar química aplicada à situação de poluição do ambiente doméstico (LOPES, 2012). Neste sentido, percebe-se que o ensino superior foi possível por remetê-las às atividades que tinham relação ao espaço doméstico (LOPES, 2012; LOPES, *et al.*, 2017).

É nesse contexto que a institucionalização da Economia Doméstica foi introduzida, reproduzindo o modelo de feminilidade relacionada ao doméstico, ao modelo de família nuclear e à divisão social de papéis sexuais (LOPES, 2012), resultado de um sistema patriarcal. Para além das categorias de gênero e classe, nessa contextualização de implementação do curso, a de religiosidade também se fez presente nas representações da atuação das economistas domésticas, seja pela sua figura de salvadora ou pecadora que foram se constituindo as imagens da mulher (LOPES *et al.*, 2017).

A normatização da Escola Superior de Ciências Domésticas em 1948 foi efetivada pelo Governador do Estado de Minas Gerais, Milton Soares, cuja instituição só se tornaria Universidade se outros locais também implementassem Escolas de Ciências Domésticas. Contudo, salienta-se, alguns desafios enfrentados para sua regulamentação, principalmente devido à intolerância patriarcal vivida, tendo em vista que, mesmo sendo o espaço doméstico um local atribuído às mulheres, ainda assim, as estudantes/profissionais teriam que se deslocar para os espaços públicos, tornando esse aspecto como uma dificuldade apontada nos referidos estudos de Lopes *et al.* (2017).

De forma geral, a questão de classe<sup>56</sup> também é importante para a compreensão histórica da introdução deste curso no Brasil. Durante os primeiros anos do curso, a maioria das estudantes pertencia às elites rurais<sup>57</sup>, filhas de fazendeiros ou noiva dos futuros agrônomos, o que gerou capital simbólico<sup>58</sup>, material e gerou “bons” casamentos (LOPES, *et al.*, 2017, grifo meu, p. 124; PINHEIRO, 2016a).

Em 1950, houve a vinda das primeiras técnicas em Economia Doméstica dos Estados Unidos para ministrar cursos na Universidade Rural de Minas Gerais (Uremg). Em 1953 houve a criação do Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro- Americano (ETA), no Rio de

---

<sup>56</sup> “A condição de classe que a estatística social apreende por meio de diferentes indicadores materiais da posição nas relações de produção, ou, mais precisamente, das capacidades de apropriação material dos instrumentos de produção material ou cultural (capital econômico) e das capacidades de apropriação simbólica desses instrumentos (capital cultural), determina direta e indiretamente, conforme a posição a ela conferida pela classificação coletiva, as representações de cada agente de sua posição e as estratégias de “apresentação de si” de que fala Goffman, ou seja, sua encenação de sua própria posição.” (BOURDIEU, 2013).

<sup>57</sup> Aspecto que contrasta com dados atuais, já que pesquisas apontam que as economistas domésticas/os vêm, geralmente, de grupos populares e resultados de políticas públicas inclusivas (SOUZA, 2015 apud LOPES, *et al.* 2017, p. 123)

<sup>58</sup> “Competências, poderes, influência são parte do capital simbólico cujo efeito pode ser observado e sentido no plano concreto das ações; esse baluarte é negociado entre os membros de um campo, sendo parte integrante das regras do jogo ali estabelecido” (SIMÃO, 2016, p. 43).

Janeiro, subordinado ao Ministério da Agricultura e ao *Foreign Office* dos Estados Unidos da América, destinado a redefinir o ensino técnico agrícola, contudo, terminou se distanciando do âmbito escolar e tomando um cunho de práticas extensionistas, extremamente relacionadas às questões do desenvolvimento nos anos de 1953 a 1964 (MENDONÇA, 2009; PINHEIRO, 2017).

Desse modo, o objetivo do Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro- Americano (ETA) era: “*contribuir para o avanço econômico dos países subdesenvolvidos*”, através do financiamento a projetos específicos junto a áreas como a Extensão Rural e o Crédito Supervisionado (MENDONÇA, 2009, p.140,141, grifo da autora)<sup>59</sup>.

Ainda sobre a vinda das técnicas em Economia Doméstica dos Estados Unidos ao Brasil, Pinheiro (2016b, p. 5,6) explica:

[...] articulado pelo ETA, que a UREMG firmou contrato com a Universidade de Purdue, em 1951, para a criação de um centro piloto de educação agrícola superior, patrocinado pelo Instituto de Ensino Agrícola de Washington, visando aproximar professores americanos e brasileiros e estes dos agricultores. [...] Dentre as ações do ETA sediadas no Brasil, estava a Economia Doméstica da UREMG, para a qual indicava alunas e concedia bolsas de estudo. Tal contrato estabelecia o fornecimento de assistência técnica em Economia Doméstica e Extensão Rural para Viçosa, por parte da Universidade de Purdue, o que seria determinante na trajetória do curso em, pelo menos, dois aspectos. Primeiramente, pela vinda de técnicas norte-americanas para fundar e dirigir o curso, em segundo lugar, pela estreita ligação estabelecida com o Extensionismo brasileiro. Desta maneira, Viçosa era escolhida como a instituição aonde seria implantado o modelo estadunidense, com a Extensão como meio de difundir técnicas agrícolas (PINHEIRO, 2016b, p.5,6)

E foi devido à resistência de agricultores em adotar as “inovações tecnológicas” que, em dezembro de 1948, o Governo de Minas Gerais realizou convênio com *American International Association- AIA*<sup>60</sup> (ligada à fundação Rockefeller)<sup>61</sup>, criando posteriormente Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR, objetivando propagar o modelo de Serviço de Extensão Norte Americano visando desenvolver o país economicamente e socialmente (LOPES, *et al.*, 2017; PINHEIRO, 2016b).

<sup>59</sup> Para aprofundar, ver: MENDONÇA, Sônia Regina. Ensino Agrícola e Influência Norte Americana no Brasil (1945-1961). Revista: **Tempo**, 2009. P.139-165.

<sup>60</sup> Órgão criado para captar recursos e financiar difusão e modelos integrados de crédito e assistência técnica na América Latina. Assim, Rockefeller desenvolveu a ideia a partir de julho de 1946, visando propagar este órgão pelos Estados brasileiros e diversos países, objetivando promover mudanças para o desenvolvimento econômico e social (LIMA, 2017, p. 94).

<sup>61</sup> Nelson A. Rockefeller, consta nos relatórios da ACAR, como assistente do Presidente Roosevelt durante a Segunda Guerra mundial. Foi também coordenador dos Assuntos Interamericanos e Assistente do Secretário de Estado, e enfatizou a necessidade e potencial em melhorar as condições de vida da população rural no Brasil (LIMA, 2017).

A ideias da *American International Association*- AIA acerca da promoção de bem-estar da população latino-americana se dava a partir do aumento sucessivo de produção dos principais cereais, trigos, milho e arroz, atingidos pelo uso intenso de tecnologias consumidoras de petróleo, ou seja, agricultura à base de fertilizantes químicos, agrotóxicos, e máquinas de grande escala (LIMA, 2017).

Lima (2017) aponta que essa expansão dos modelos da AIA, se deu majoritariamente, por interesses de empresários americanos na instalação de modelos capazes de serem reproduzidos e expandidos no Brasil, visando expandir seu capital, além de interesses de líderes religiosos, políticos e técnicos que visitavam os Estados Unidos.

O que corrobora com os estudos de Mendonça (2010) ao afirmar a organização da cultura resulta num conjunto de agências da sociedade civil objetivando efetivar seu papel na transformação ou na reprodução da sociedade. Sob treinamento e assessoria de técnicos norte-americanos atuantes no Brasil, implementou-se práticas e agências ditas educacionais voltadas às técnicas de cultivo, máquinas, hábitos de higiene e economia doméstica, como por exemplo: Semanas ruralistas, Missões rurais, Centro de Treinamento, geralmente realizadas em forma de parceira com órgãos de assistência técnico financeira, órgãos públicos e privados de crédito rural.

Esse corpo de formação de especialistas nestas questões foram se multiplicando e se firmando como Extensionismo Rural, como “novo tipo de ação educativa”, bem mais amplo que as escolas (MENDONÇA, 2010, p. 3, grifo da autora).

Desse modo, a partir de 1940, o modelo cooperativo de extensão rural da *American International Association*- AIA se difundiu por quase toda América Latina, representando um sistema de associação de alta eficiência no mundo capitalista.

Foi com o apoio e investimento diretos ou indiretos da AIA que foram constituídas as Associações de Crédito e Assistência Rural, sendo a primeira delas em Minas Gerais (1948), posteriormente, em outros estados; sob o governo de Juscelino Kubitschek, em 1956, foi criado um órgão nacional atrelado ao Ministério da Agricultura com o intuito de coordenar todas as entidades estaduais – a *Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural* (ABCAR)- como entidade se tornou responsável pelos trabalhos de Extensão e pelo crédito Rural Supervisionado<sup>62</sup> (PINHEIRO, 2016b; DINIZ, HESPANHOL, 2014; LIMA, 2017);

---

<sup>62</sup> Segundo Pinheiro (2016, p.3): “O Crédito Rural Supervisionado consistia em linhas de crédito concedidas ao pequeno agricultor, ou a cooperativa agrícola de uma determinada comunidade, com propósito de desenvolvimento da produção. Todavia, nesse regime havia um direcionamento na forma de destinar os recursos ganhos, para garantir a “correta” eficácia do crédito. Os extensionistas faziam a análise de crédito, e

além do Escritório Técnico da Agricultura Brasil-Estados Unidos (ETA) que deram origem aos Centros de Ensino de Extensão em Viçosa, Recife, Pelotas, e em outros locais, além da criação da Escola Superior de Ciências Domésticas (para dar suporte ao trabalho da extensão rural) (LIMA, 2017).

Ainda sobre o Crédito Supervisionado, uma organização especial foi formada com o objetivo de realizar empréstimos aos agricultores que tinham tido suas propostas recusadas (por organizações bancárias “comuns”), chamadas de *Farmers Security Administrations- FSA*. E cabia ao agrônomo e à economista doméstica ir até a propriedade do/a agricultor/a compreender os problemas enfrentados pela família, e estudar a melhor forma de emprego do recurso. Assim, mesmo após a concessão do empréstimo, o técnico e a técnica continuavam a visitar as famílias a fim de fiscalizar a sua aplicação (LIMA, 2017).

Cabe salientar que, a justificativa para inserção de projetos extensionistas para o Brasil surgiu através de estudos encomendado pelo Estado que identificou que as péssimas condições de vidas no meio rural estavam atreladas à falta de conhecimento dos pequenos produtores, baixa incorporação tecnológica, que impossibilitava o desenvolvimento da agricultura e da indústria brasileira (PINHEIRO, 2016b; DINIZ, HESPANHOL, 2014).

Dessa maneira, brasileiros e americanos formados nos EUA- chamados técnicos extensionistas, exerciam dois papéis: “promover o disciplinamento coletivo, através de códigos e visões de mundo transmitidos e consagrar a assistência técnico-financeira como “ação educativa” destinada a superar o atraso, maximizando a produtividade do trabalho agrícola (MENDONÇA, 2010, p. 3, grifo da autora). Essa atuação “especializada”, além de desqualificar os conhecimentos dos/as trabalhadores/as rurais, tornou-se reprodutora da disciplinarização do capital e fortaleceu a função dos extensionistas enquanto organizadores da cultura, em busca do desenvolvimento e no incentivo ao acesso à captação de recursos, visando aumentar a renda das famílias (MENDONÇA, 2010, p. 7).

Estes “especialistas”, geralmente eram homens- agrônomos e mulheres- economistas domésticas (nova disciplina a ser instaurada), da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) que teve em *slogan* a partir de um modelo americano: “um agrônomo, uma professora e um jipe”, no qual cada escritório da ACAR possuía um supervisor agrícola, uma professora para assuntos administrativos e um jipe que seria o meio de transporte, para atender às respectivas áreas, visitando comunidades e famílias rurais (PINHEIRO, 2017, grifo da autora).

---

recomendavam aos bancos os candidatos capazes de obterem esse empréstimo. A supervisão ficava, ou a cargo do extensionista, ou mesmo por um funcionário do banco treinado para tal”.

Neste sentido, foi na Uremg, posteriormente chamada de Universidade Federal de Viçosa- UFV, que um modelo de extensão da Universidade foi estruturado, denominado de: pacote tecnológico da Revolução Verde<sup>63</sup>; o qual priorizou treinamentos e capacitações a agrônomos, médicos veterinários, engenheiros florestais, técnicos agrícolas e economistas domésticas.

Após a criação da associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, em 1956, com o apoio de Juscelino Kubitschek, essa entidade de caráter privado reuniu todas as Associação de Crédito e Assistência Rural –ACARs, conforme modelo centralizado e vertical (BRASIL, 2004). A ABCAR deu ênfase à saúde da população rural associada diretamente à questão da produção e à produtividade, sendo a solução intervir no lar e nas famílias (WOLTMANN, 2017). Em suas palavras, Woltmann (2017, p. 47,48) afirma que a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) do Rio Grande do Sul e ABCAR:

[...] estavam preocupadas com a saúde da população rural trabalhadora, população cuja saúde está diretamente ligada à produção e à produtividade. Se o “problema”, ao fim, reflete um “problema de trabalho”, a solução seria intervir no lar e na família, e como a má saúde era, segundo raciocínio das associações, provocada por comportamentos e por hábitos ligados à “pobreza” e à “ignorância” dessas populações, era necessário intervir procurando “melhorar” suas condições físicas, seu modo de viver e seus valores (WOLTMANN, 2017, p.47,48).

Ainda conforme estudos de Woltmann (2017) sobre Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), atualmente chamada de Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural/ Rio Grande Do Sul (Emater/RS), por volta da década de 90, a empresa continuava a ter as mesmas preocupações e ênfases das décadas de 50 e 70, como se pode conferir:

[...] no ano de 1991, as preocupações biopolíticas da ASCAR, e já da EMATER/RS, seguem contendo conceitos semelhantes às décadas de 1950 e de 1970, como “subdesenvolvimento”, “pobreza”, agora associados à “fome” e à “marginalização social”, mantendo-se a correlação entre a boa saúde da população rural e a produtividade agrícola, entrelaçando a saúde dos assistidos para com sua eficiência como força de trabalho (WOLTMANN, 2017, p. 49).

Assim caberia às Economistas Domésticas ensinar os cuidados com a higiene, alimentação e saúde da família, fatos estes que seriam predominantemente importantes para a

---

<sup>63</sup> Modelo baseado na utilização de maquinários, sementes modificadas geneticamente, incentivo ao uso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos (ANDRADE, GANIMI, 2007). Ver mais: ANDRADE, Thiago Oliveira. GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução verde e a apropriação capitalista. 2007. Disponível em: < [https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao\\_verde.pdf](https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf)> Acesso em: 01 de março de 2018.

reprodução da força no trabalho do campo (PINHEIRO, 2016a). Foi neste contexto que as mulheres, geralmente pertencentes às elites rurais, filhas de fazendeiros e futuras esposas de agrônomos, que foram pensadas para atuar junto a mulheres no espaço rural na esfera doméstica, visando atuar na reprodução de informações e intervenções nos hábitos de saúde, higiene e de alimentação com as famílias rurais. Cabendo lembrar, como já mencionado, que essa intenção foi pensada desde a criação da Escola Superior de Economia Doméstica para atuar na Extensão Rural no Brasil.

Woltmann (2017, p. 45,46), a partir de análises de documentações da ASCAR do Rio Grande do Sul por volta dos anos 70, infere-se que a perspectiva de desenvolvimento da época<sup>64</sup> atrelava a um cenário de saúde, alimentação e higiene precário, causando impactos negativos na produção agrícola, sendo este, historicamente, o maior objetivo da associação.

Ainda em 1970, as Associações de Crédito e Assistência Rural- ASCAR passaram a se chamar Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ematers) condições exigidas para ter acesso à fonte de recurso da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) (DINIZ, HESPANHOL, 2014).

Tida como uma política pública de atividade “educacional” complementar do Ministério da Agricultura, a extensão rural era voltada ao pequeno agricultor (PINHEIRO, 2015), existente até os dias atuais. Como entidade jurídica da esfera pública, as organizações de extensão rural atuam com a sociedade civil e possuem ações no âmbito das relações sociais interferindo diretamente no modo de produção, “política agrícola” e até mesmo com a reprodução das relações de produção capitalista (CAPORAL, 1991, p.10).

Para Diniz e Hespanhol (2014, p.5):

Os agentes da extensão, neste contexto, atuavam como difusores das técnicas e conhecimentos hegemônicos, produzindo e reorganizando um novo e mais moderno espaço rural, onde as dinâmicas espaço-temporais das atividades produtivas se tornavam cada vez mais independentes dos fatores naturais e das normas tradicionais de sociabilidade rural, do saber-fazer camponês e das relações com os mercados locais. Com efeito, tais agentes contribuíram para a produção de espaços rurais mais tecnicizados, cientificados e dependentes da informação para a reprodução ampliada dos capitais urbano-industrial-financeiro nas atividades agropecuárias (DINIZ, HESPANHOL, 2014, p.5).

Diante disto, percebe-se uma concepção difusionista<sup>65</sup> por parte do Estado na prática dos/as extensionistas rurais, que possuíam o “conhecimento científico” e os/as agricultores/as apenas aprendiam com eles/as, num diálogo vertical, propagando, principalmente o viés da

---

<sup>64</sup> Ver mais: WOLTMANN (2017).

<sup>65</sup> Concepção de transferência tecnológica e de inovação visando o aumento da produção.

difusão tecnológica para a “modernidade” no campo. Assim, o que chegava às famílias rurais eram concepções persuasivas, sem considerar as diversas realidades geográficas, econômicas e culturais, além de não considerar as relações entre extensionistas e agricultores/as como uma construção de aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos (FERNANDES, BOTELHO, 2006).

Essa concepção gerou crises econômicas e socioambientais resultadas dessa *Teoria de Difusão de Inovações* e dos pacotes da Revolução Verde, frente aos desafios da incorporação do Desenvolvimento Sustentável, surge a “Nova” ATER (BRASIL, 2004, p.3), com a promulgação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão (PNATER), a partir de 2003, a ser discutida mais à frente.

Antes de continuarmos as discussões sobre Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão (PNATER) relacionando-as com as competências e atribuições dos/as Economistas Domésticos/as com o recorte de gênero, se faz importante contextualizar a formação e alguns elementos da Economia Doméstica, já que a atuação profissional está vinculada à formação na graduação, bem como, suas regulamentações.

### **3.2 Panorama sobre a formação e o Curso de Economia Doméstica: questões necessárias para compreensão da atuação profissional**

Após a consolidação do primeiro Curso de Economia Doméstica em Minas Gerais, houve um avanço significativo na implementação dos cursos em outros estados do Brasil. Principalmente, pelas condições agrárias do país e devido à aceitação nas equipes de extensão rural e no trabalho de campo desse profissional, o que facilitou a oferta e a consolidação do mesmo (AMARAL JUNIOR, 2013).

Vale ressaltar que, a introdução do curso no ensino superior tinha como modalidade à licenciatura, que visava formar profissionais para lecionarem conteúdos relacionados a Economia Doméstica, juntamente aos Ensinos Fundamentais, Médios, Superiores e cursos técnicos similares (UFRRJ, 2013; MAGALHÃES; GUEDES, 2009). Com o decorrer dos anos, mudanças curriculares foram elaboradas, visando acompanhar a competitividade no contexto de novas tendências sociais, econômicas e políticas, sendo assim, deixado de disponibilizar a modalidade de licenciatura para os cursos de Economia Doméstica, para formação em Bacharelado (UFRPE, 2018).

A formação em Bacharelado tem como objetivo propiciar o desenvolvimento de ações técnicas e educativas, planos, projetos e pesquisas referentes ao atendimento das necessidades

básicas da família, comunidade e outros grupos em instituições públicas, privadas e organizações não governamentais (UFRRJ, 2013).

As disciplinas que permeiam as grades curriculares variam de saberes gerais as mais específicas. As mais gerais são: química orgânica, estatística, economia, sociologia, psicologia, dentre outras; as mais específicas da formação são: Introdução à Economia Doméstica; Arte, Habitação, Têxteis, Tecnologia dos alimentos; Técnica Dietética, Educação do Consumidor, Extensão Rural, Mulher e Desenvolvimento, Métodos e técnicas de Pesquisa, de modo a caracterizar a formação do/a profissional em Economia Doméstica (UFRRJ, 2013; AMARAL JUNIOR, 2013; UFV, 2012). Em média, a duração do curso é de oito (8) semestres.

A partir da década de 80, buscou-se o reconhecimento da profissão a partir da Lei de nº 7.387 de 21 de outubro de 1985, que dispõe sobre o exercício da profissão de Economista Doméstico e dá outras providências; cria-se também os conselhos Regionais e Federal de Economia Doméstica, regulamentado pela Lei de nº 8.042 de 13 de junho de 1990.

No decorrer dos anos 80, iniciou-se o reconhecimento das universidades e faculdades que ainda disponibilizavam o curso de Economia Doméstica, em que se buscava evidenciar uma ruptura do caráter histórico do curso. Todavia, a desvinculação com esse histórico não foi totalmente possível, resultando em tentativas de adaptações dos currículos para além do espaço doméstico (AMARAL JUNIOR, 2013).

Pesquisas realizadas por Amaral Junior (2013) apontaram que, em 1986, foram reconhecidos onze (11) cursos no Brasil, conforme o quadro:

Quadro 4- Relação dos cursos

Relação dos cursos de Economia Doméstica regulamentados na década de 1980- 1990		
<b>Universidade</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Regulamentação</b>
UFC	Licenciatura	Portaria nº 118 de 15 de agosto de 1986
UFV	Licenciatura	Portaria nº 118 de 15 de agosto de 1986
UFRPE	Licenciatura	Portaria nº 118 de 15 de agosto de 1986



Universidade de Passo Fundo	Licenciatura	Portaria nº 118 de 15 de agosto de 1986
USP	Licenciatura	Portaria nº 118 de 15 de agosto de 1986
Faculdades Integradas Teresa D'ávila	Licenciatura	Portaria nº 118 de 15 de agosto de 1986
Faculdade de Ciências Exatas, Administrativas e Sociais	Licenciatura	Portaria nº 118 de 15 de agosto de 1986
UFRRJ	Licenciatura	Portaria nº 169 de 29 de outubro de 1986
UNIOESTE	Licenciatura	Portaria nº 182 de 19 de novembro de 1986
Universidade Federal de Pelotas	Licenciatura	Portaria nº 91 de 11 de maio de 1987
PUC- RJ	Licenciatura	Portaria nº 09 de 15 de fevereiro de 1991

Fonte: Amaral Júnior (2016, p.24).

Segundo o mencionado estudioso, em 2013, apenas cinco (5) Universidades disponibilizavam o curso, sendo elas: Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) (AMARAL JUNIOR, 2013, 2014; LEITE, 2016).

Diante disso, esta pesquisa buscou identificar quais dessas últimas universidades citadas ainda disponibilizam vagas para formação em Economia Doméstica. Para tanto, realizou-se pesquisas no site de *Cadastro e-MEC Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados* (colocando o nome do Curso de Economia Doméstica), visando verificar a situação de cadastro. Além dessa ferramenta de busca, um questionário foi enviado para os *e-mails* das coordenações de cursos de Ensino Superior, obtendo as seguintes constatações:

- A UFV não aparece mais como instituição que disponibilizou o curso de Economia Doméstica, subentendendo que não existe mais a disponibilidade do mesmo na referida instituição. Entretanto, ressalta-se o envio do questionário aos respectivos endereços de *e-mails*: ded@ufv.br; coordenacaocurso.ecd@ufv.br, mas não se obteve respostas.

- A Unioeste apresentou o número de processo de extinção<sup>66</sup> do curso, não sendo localizadas informações sobre o curso na referida instituição, por isso o questionário não foi enviado via *e-mail*.
- A UFC apresentou em seu site como curso em extinção<sup>67</sup>, ainda sim foi enviado um questionário para o endereço de *e-mail*: *cecdom@ufc.br*, mas não se obteve retorno.
- A UFRRJ consta em atividade no site do *e-MEC*, contudo, não houve resposta do *e-mail* enviado nos endereços eletrônicos: *faleconoscodeg@ufrj.br* e *degrad@ufrj.br*.
- A UFRPE apresentou-se como curso em atividade. No entanto, conforme resposta ao questionário enviado (*coordenacao.bed@ufrpe.br*), a coordenação explicou que o curso se encontra em atividade por ainda haver turmas matriculadas, ingressas em seu último ano em 2016.2, com 60 (sessenta) vagas, porém, a perspectiva atual do curso é de extinção. Enfatiza-se que, a UFRPE criou o curso Ciências do Consumo aproveitando o corpo docente e recursos disponíveis (AMARAL JUNIOR, 2016); bem como, a UFV e UFRRJ criaram o curso de Serviço Social (UFV, 2018; UFRRJ, 2018).

Ao refletir sobre a extinção desse curso no decorrer dos anos, faz-se relação com a influência dos movimentos feministas após a década de 70, quando ocorre a entrada de mulheres em outros cursos superiores, nos quais, anteriormente, só era possível a sua inserção neste espaço se as atividades fossem direcionadas aos espaços da casa, do lar, da família.

Lopes (2012) acrescenta que as primeiras economistas domésticas do Brasil acreditavam que a emancipação das mulheres ocorreria através da entrada das mulheres no ensino superior e no mercado de trabalho, bem como, por meio da qualificação do saber científico associado ao espaço doméstico. O que resultou numa desvalorização do saber empírico doméstico e numa valorização do fazer ciência de modo androcêntrico (LOPES, 2012), contribuindo para sua própria extinção.

Neste sentido, Leite (2016, p.275) chama atenção para essa “armadilha”, pois com a extinção da Economia Doméstica, restou exclusivamente a economia *mainstream* no Brasil, obstruindo os estudos sobre o espaço doméstico das relações de gênero, economia e intimidade, dando força à ideia característica da “racionalidade”.

---

<sup>66</sup> Número de processo: 23000.019371/2015-55, disponível no site do e-MEC, ao realizar a busca pelo nome do Curso de Economia Doméstica.

<sup>67</sup> Resolução de nº35/CONSUNI, de 13 de julho de 2015. Documento que aprova a extinção do Curso de Graduação em Economia Doméstica, bacharelado, na modalidade presencial, da Universidade Federal do Ceará. Disponível em: [http://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/consuni/resolucao\\_consuni\\_2015/resolucao35\\_consuni\\_2015.pdf](http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/consuni/resolucao_consuni_2015/resolucao35_consuni_2015.pdf) Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

Outras pesquisas apontam que o crescimento do número de mulheres na Economia Doméstica, desde a década de 50, contribuiu para a manutenção e racionalização do *status quo* patriarcal, mais do que estudos e críticas sobre mulheres (TEIXEIRA, 2018). Assim, o curso de Economia Doméstica passa a ser alvo de críticas a partir da terceira onda, principalmente pelo MEC; os argumentos que giraram em torno dessa extinção, basearam-se na ausência de uma estrutura curricular mais politizada que respondesse às questões da mulher moderna, ou seja, justificativa moral de cunho cultural (LEITE, 2016).

Relaciona-se a isso também, as transformações nos valores dos papéis atribuídos às mulheres, revelando simbolicamente uma transição das mulheres dos afazeres domésticos para suas conquistas no mercado de trabalho e de direitos (LEITE, 2016), havendo também mudanças na composição familiar, como por exemplo: a redução de número de filhos por mulher (BRUSCHUNI, LOMBARDI, 2002).

A ampliação da escolaridade e a entrada nas universidades tornou viável o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho. Esses fatores poderiam explicar não só o crescimento da atividade das mulheres no mercado de trabalho, mas também nas mudanças das concepções de famílias e no perfil da força de trabalho desse sexo, processo que vem sendo traçado desde a década de 80 (BRUSCHUNI, LOMBARDI, 2002).

Outro fator que compõe fundamentações para a compreensão da extinção desse curso no Brasil, está atrelado aos serviços de extensão rural, pelo fato desse/a profissional trabalhar/olhar o social, já que vem recebendo menores investimentos quando comparado à área “econômica” (atividades realizadas pelos veterinários e agrônomos), após as metas produtivistas dos governos militares após 1964 (PINHEIRO, 2017, grifo da autora).

Ainda como parte do esboço da estrutura e do entendimento o Curso de Economia Doméstica, destaca-se também a criação da Associação Brasileira de Economistas Domésticos- ABED, em 1969, em que membros da associação, durante o V Congresso de Economia Doméstica em Pelotas- RS, decidiram criar um meio de divulgação e publicação de pesquisas na área, sendo apresentada a proposta do primeiro volume, nº1, de 1981 a Revista Oikos – que significa lugar em que se vive (GUIMARÃES, 2001 apud OLIVEIRA, MELO, 2011)<sup>68</sup>.

Ressalta-se que, ao buscar informações no site da Revista Brasileira de Economia Doméstica- OIKOS, organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, percebeu-se descrições destinadas à divulgação de

---

<sup>68</sup> Para aprofundar o debate sobre a criação e os desafios vivenciado pela Associação Brasileira de Economistas Domésticos- ABED, ver os estudos de: OLIVEIRA, Rozilene; MELO, Maria de Fátima (2011).

pesquisas na área do Serviço Social e outras áreas afins de conhecimento (OIKOS, 2018). Subentendeu-se que, pela não disponibilidade de vagas para o curso de Economia Doméstica nessa instituição e abertura do curso de Serviço Social, em 2017, identifica-se um caminhar de mudanças, sendo uma delas o nome da revista: *Oikos: Família e sociedade em debate*.

Ainda nesse contexto de estrutura da Economia Doméstica no Brasil, apenas a Universidade Federal de Viçosa possui Mestrado (implementado em 1992, inicialmente com área de concentração em Economia Familiar) e Doutorado em Economia Doméstica. Atualmente, a área de concentração da pós-graduação é Família e Sociedade e tem como linhas de pesquisa: Trabalho, Consumo e Cultura; e Famílias, Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano e Social. Ressaltando-se que, houve seleção de novos alunos/as para o ano letivo de 2019, tanto em nível de mestrado, quanto de doutorado (UFV, 2018).

Diante dessas informações, pode-se compreender algumas dinâmicas sobre o curso, e, principalmente, sugerir e entender alguns elementos que contribuíram para que a Economia Doméstica venha se tornando extinta<sup>69</sup> das universidades brasileiras. Os estudos de Amaral Junior (2017) levantam outros aspectos importantes para essa análise para além das questões de gênero, como: o contexto histórico e socioeconômico, sobre a relação do curso com o ensino superior, as modificações curriculares, bem como a formação do sistema do ensino superior brasileiro e suas dinâmicas.

Para isso, cabe ressaltar que, mesmo não sendo objetivo desta pesquisa realizar este levantamento/panorama, o mesmo se fez necessário para contextualizar e trazer um pano de fundo acerca da formação desses/as profissionais, ao passo que se verifica haver diferenças no foco e escopo das matrizes curriculares de cada instituição, que varia segundo as demandas regionais da graduação e da trajetória social e histórica de cada curso nas respectivas universidades (AMARAL JUNIOR, 2013).

Após a realização dessa contextualização, a partir de dados secundários, o item a seguir abordará as competências e atribuições dos/as profissionais de economia doméstica, de modo geral<sup>70</sup>, para posteriormente, aprofundar, discutir e analisar as atividades prestadas nos serviços de ATER realizadas no Ruraltins (cenário da pesquisa), com o recorte de gênero.

---

<sup>69</sup> Como este não é o foco de nossa pesquisa, este dado demanda mais estudos mais sua compreensão. Para aprofundar, ver: AMARAL JUNIOR (2017, 2016).

<sup>70</sup> Visando ter a compreensão das áreas e atribuições gerais desses/as profissionais.

### 3.3 Competências e atribuições do/a profissional de Economia Doméstica nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural: o caso do Tocantins

A Economia Doméstica é compreendida por áreas de conhecimentos, que podem variar segundo cada universidade. De forma geral, pode-se apontar cinco áreas de estudo, aprendizagem e atuação profissional, sendo elas: Economia Familiar; Desenvolvimento Humano; Habitação e Planejamento de Interiores; Alimentação e Nutrição; Vestuário e Têxteis (AMARAL JUNIOR, 2013).

O curso de Economia Doméstica, oferecido pelo Departamento de Ciências Domésticas da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) está estruturada em três grandes áreas de conhecimentos. O quadro a seguir explana algumas temáticas que podem ser trabalhadas em cada área:

Quadro 5- Áreas de conhecimentos

ÁREAS DE CONHECIMENTOS	LINHAS DE PESQUISA, EXTENSÃO
Alimentos, Nutrição e Saúde:	Controle de qualidade em alimentos e alimentação; Educação Sanitária; Segurança Alimentar e Nutricional; Ciência e Tecnologia de alimentos de origem vegetal; Ciência e Tecnologia de alimentos de origem animal; Biotecnologia.
Arte, Habitação e Vestuário:	Indumentária, Consumo e Estilos de vida; Artesanato, Gênero e Inclusão Social; Meio Ambiente, Conservação e Tecnologia Têxtil; Ambiente Construído, Sociedade e Políticas Públicas; Trabalho, Ergonomia e Processos Produtivos; Moda, Cultura e Inovação no Vestuário e na Habitação.
Desenvolvimento Humano:	Desenvolvimento da Criança e do Adolescente; Administração de Serviços; Família, Geração e Sociedade; Políticas Públicas e Qualidade de Vida; Mulher, Gênero e Desenvolvimento; Cotidiano, Trabalho e Trabalho Doméstico; Consumo e Ecologia Humana; Segurança Alimentar e Nutricional.

Fonte: <http://www.ufrpe.br/br/content/economia-dom%C3%A9stica>. Acesso em: 20 de dezembro de 2018.

O quadro acima vislumbra algumas temáticas estudadas no Curso de Economia Doméstica da UFRPE, o que não diferencia muito das outras universidades. Entretanto, esse

quadro foi montado com as informações dessa instuição, por melhor disponibilizar as informações a respeito.

A Lei que legaliza a profissão de Economia Doméstica foi criada sob nº 7.387 de 21 de outubro de 1985, a qual dispõe sobre o exercício e as competências desse/a profissional:

I - planejar, elaborar, programar, implantar, dirigir, coordenar, orientar, controlar, supervisionar, executar, analisar e avaliar estudos, trabalhos, programas, planos, projetos e pesquisas em economia doméstica e educação familiar ou concernentes ao atendimento das necessidades básicas da família e outros grupos, na comunidade, nas instituições públicas e privadas;

II - planejar, elaborar, implantar, dirigir, coordenar, orientar, controlar, supervisionar, executar, analisar e avaliar estudos, trabalhos, programas, planos, projetos e pesquisas de educação e orientação do consumidor para aquisição e uso de bens de consumo e serviços utilizados pela família e outros grupos nas instituições públicas e privadas. (Lei nº 7.387 de 21 de outubro de 1985, Art. 2º).

Conforme a referida Lei, também é de competência do/a Economista Doméstico/a: planejar, programar, supervisionar, coordenar, implantar, executar, orientar, realizar estudos e avaliações de: atividades de extensão e desenvolvimento rural e urbano; Projetos nacionais, estaduais ou setorial que interfiram na qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades; e de programas de atendimento ao desenvolvimento integral da criança e assistência a outros grupos vulneráveis, em instituições públicas e privadas. Além disso, o/a referido/a profissional pode:

- ✓ Organizar, planejar e coordenar elaboração de cardápios balanceados e de custo mínimo para comunidades sadias;
- ✓ Assessorar projetos destinados ao desenvolvimento de produtos e serviços, estabelecimento de parâmetros de qualidade e controle de qualidade de produtos e serviços de consumo doméstico;
- ✓ Planejar, supervisionar e orientar serviços de modelagem e produção de vestuário;
- ✓ Administrar atividades de apoio às funções, de subsistência de família na comunidade;

Segundo informações do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2013)<sup>71</sup>, em deliberação de nº 45, de 13 de maio de 2013, os/as profissionais podem: Desenvolver, implantar e participar de programas de educação e segurança alimentar; desenvolver parcerias, programas de administração, assessorias e

71

Disponível

em:

<[http://www.ufrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/cepe/Deliberacoes\\_2013/Delib045CEPE2013.pdf](http://www.ufrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/cepe/Deliberacoes_2013/Delib045CEPE2013.pdf)> Acesso em 15 de dezembro de 2018.

capacitação de recursos humanos para serviços gerais; Planejar e coordenar Centros de Desenvolvimento; Participar de projetos educacionais relativos ao desenvolvimento humano.

Após apresentar as possibilidades de linhas de pesquisa e extensão, nas universidades, e de atuação profissional, conforme a lei que regulamenta a profissão e informações contidas em documento oficial de deliberação de nº 45, de 13 de maio de 2013 (da UFRRJ), buscou-se conhecer as experiências de cada entrevistada durante e depois da graduação, considerando que as vivências podem influenciar os trabalhos desenvolvidos no Ruraltins (discussões a serem realizadas mais a frente).

Para isso, durante as entrevistas, foram-lhes solicitadas que, as economistas domésticas explanassem suas experiências durante e após a conclusão do curso de Economia Doméstica. Com base em suas respostas, elaborou-se dois quadros: Quadro 6- Experiências durante a graduação e Quadro 7- Experiências depois de formada em Economia Doméstica.

Quadro 6- Experiências durante a graduação

ENTREVISTADAS	<u>Experiências durante a graduação</u>
ED 1 FORMADA PELA UFV	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Realizou acompanhamento de crianças no atendimento pediátrico em hospital universitário;</li> <li>✓ Executou um trabalho de decoração de interiores em uma sala de espera voltada para as crianças em consulta hospitalar;</li> <li>✓ Compôs uma equipe com diversos profissionais de diferentes formações, visando realizar um trabalho de orientação a famílias “carentes” sobre higiene, saúde, assistência, bem como, realizaram um diagnóstico anotando as demandas das famílias (escola, pavimentação, assistência médica).</li> <li>✓ Estagiou num Programa <i>Acompanha Nestlé</i> que visava acompanhar famílias rurais e trabalhar questões relacionadas a higiene, nutrição, economia familiar, educação do consumidor.</li> </ul>
ED 2 FORMADA PELA UFV	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Participou de projeto de iniciação científica na área de habitação, buscando investigar quais aspectos são considerados importantes pelas famílias na aquisição da casa própria.</li> <li>✓ Participou de um projeto de extensão na parte de plantas</li> </ul>

	<p>medicinais aromáticas, desde o cultivo até o preparo à comercialização;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estagiou em uma lavanderia doméstica;</li> <li>✓ Estagiou em Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN).</li> </ul>
ED 3 FORMADA PELA UFRPE	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Participou de projetos de extensão sobre: sexualidade e saúde reprodutiva; orçamento doméstico e consumo; integração família e escola; e orientação na utilização de tipos de roupas que melhor adequem aos vários tipos de corpos.</li> </ul>
ED 4  FORMADA PELA UFRPE	<p><u>No curso técnico em Economia Doméstica</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Acompanhou uma escola na área de Segurança Alimentar;</li> <li>✓ Acompanhou e elaborou um relatório técnico para adequações de um estabelecimento de produção de iogurte, picolé e sorvete.</li> <li>✓ Teve experiências com a extensão rural (em conhecer comunidades localizadas em áreas rurais, apresentar a escola para as famílias, realização de diagnósticos da comunidade, o que resultou num trabalho conjunto de mulheres que tinham interesse de aproveitar as safras de mamão. “A gente ensinava umas “tecnicazinhas” de conservação, higienização dos vidros. Era tudo de acordo com as normas (de higiene)”.</li> </ul> <p><u>Na graduação</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fez pesquisa sobre as representações das cores em roupas de idosos/as moradores/as de casas de longa permanência;</li> <li>✓ Articulou a realização de cursos de corte e costura para uma comunidade pesqueira com outras organizações (SENAC e SEBRAE) participando da parte mais logística e organizacional;</li> <li>✓ Realização de cursos e oficinas sobre sexualidade e saúde reprodutiva com jovens e adultos em escolas;</li> <li>✓ Atuou em lavanderias comunitárias;</li> <li>✓ Participou como monitora das Disciplinas de Artes e Habitação.</li> <li>✓ Estagiou no Instituto Agrônomo de Pernambuco (Empresa de Assistência Técnica Estadual de Pernambuco) como pesquisadora (elaborando e aplicando questionários, entrevistas e relatórios).</li> </ul>

Fonte: Quadro elaborado pela autora através de entrevistas realizadas em novembro e dezembro de 2018.



Nota-se que, as experiências apresentadas são diversificadas, considerando as amplas áreas de conhecimentos, o que corrobora com o objetivo do curso em: formar profissionais com visão generalista, humanística e crítica, com formação multidisciplinar; de modo a possibilitar o desenvolvimento do bem-estar físico e social do indivíduo, família e comunidade, referente aos temas da alimentação e nutrição, educação do consumidor, família e desenvolvimento humano, habitação, planejamento de interiores, vestuário e têxteis (UFV, 2018). Não obstante, ressalta-se que, as atividades são geralmente associadas a questões como educação, cuidado, alimentação e maternidade.

A inserção da ED4<sup>72</sup> na graduação se deu inicialmente com o interesse de ser professora de crianças, vendo possibilidade dessa realização na formação desse curso, por haver uma disciplina chamada puericultura (direcionadas ao desenvolvimento, cuidados com as crianças). A mesma afirmou que, dar aula, ser professora de crianças, era a sua melhor brincadeira. Por isso, ela se interessou em fazer o curso técnico em Economia Doméstica e, posteriormente, cursou graduação de quatro anos e meio na UFRPE. Todavia, ressalta-se que, atividades desenvolvidas com crianças não se desdobraram em suas experiências durante a formação técnica e nem durante a graduação, como se observa no quadro acima, mas foi um fator preponderante para sua escolha.

A ED1<sup>73</sup> também ressaltou o interesse e o gostar de trabalhar com crianças, afirmação realizada ao mencionar a experiência de trabalho na orientação sobre alimentação infantil, juntamente com uma economista doméstica e uma nutricionista.

Percebe-se com os dados acima que, o interesse de fazer o curso, para essas duas profissionais, perpassou pelas questões de gênero (TAVARES; PARENTE, 2014), em que valores e normas são diferenciadas para os sexos, a partir do momento que se relaciona às mulheres com as crianças.

Neste sentido, Tavares e Parente (2014), ao discutirem o impacto das relações de gênero na carreira científica em Universidades da Região Norte, perceberam que o gênero influencia nas escolhas e atitudes de mulheres e homens, exercendo impactos nas trajetórias profissionais e nas opções a ambos os sexos; evidenciando que a seleção do curso de graduação já representa uma trajetória marcada pelo gênero.

A esse respeito, Simão (2016, p.183) ao abordar a construção do feminino, aponta que: “características que lhe imprimem as obrigações antes sociais que psíquicas de ser esposa,

---

<sup>72</sup> Entrevista realizada pela pesquisadora, no dia 30 de novembro e 01 de dezembro de 2018, em Palmas – Tocantins

<sup>73</sup> Entrevista realizada pela pesquisadora, no dia 30 de novembro de 2018, em Palmas- Tocantins.

mãe, mantenedora da moral familiar e educadora dos filhos da nação, numa concepção que passa bem ao largo de escolhas pessoais”, com isso influenciando também nas escolhas das profissões, e, conseqüentemente, nas ações cotidianas.

Ainda diante deste quadro, observa-se que, as experiências das duas primeiras profissionais- formadas pela UFV- perpassaram alguns temas em comum, sendo eles: Alimentação, habitação e decoração de interiores, enquanto as outras duas, formadas pela Ufrpe, como pontos em comum, trabalharam com os temas sexualidade e saúde reprodutiva nos projetos de pesquisa e extensão. Entretanto, todas vivenciaram as experiências da extensão rural durante a graduação. Ou seja, pondera-se que as experiências variaram de acordo com o foco e matriz curricular de cada instituição de formação (OLIVEIRA, 2006; AMARAL JÚNIOR, 2013).

Neste sentido, ainda visando investigar os trabalhos desenvolvidos pelas economistas domésticas após sua formação, percebeu-se que as quatro tiveram experiências com a extensão rural, depois de formadas, antes de tomar posse no Ruraltins. O quadro abaixo apresenta as áreas/temas e experiências vivenciadas após graduadas.

Quadro 7- Experiências depois formada em Economia Doméstica

ENTREVISTADAS	<u>Experiências depois de formada em ED</u>
ED1	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Realização de oficinas (geralmente sobre higiene);</li> <li>✓ Trabalhou no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);</li> <li>✓ Atou como extensionista rural na empresa pública de ATER da Bahia;</li> <li>✓ Atuou numa cooperativa na área financeira, a partir do curso técnico em contabilidade.</li> </ul>
ED 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Trabalhou como extensionista rural, contratada pela prefeitura de Minas Gerais, para atuar em parceria com a EMATER do estado, em elaboração de projetos para captação de recursos;</li> <li>✓ Atuou como extensionista rural pela Cooperativa de Trabalho Extensão Rural e Assistência Técnica do Tocantins (realizando Diagnósticos Rurais Participativos, Relatórios, Planos de Desenvolvimento, cursos sobre associativismo, cursos de processamento e beneficiamento de hortaliças);</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Trabalhou com Desenvolvimento de Comunidades (realizando cursos sobre orçamento doméstico; diagnósticos; assessorando políticas públicas, como: o Minha Casa Minha Vida).</li> </ul>
ED 3	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Atuou como coordenadora/Bolsista formada de uma chamada pública<sup>74</sup> em um projeto de Consórcio Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Sua função era de articular, planejar e organizar reuniões, eventos, buscas de informações e dados para escrita de relatórios);</li> <li>✓ Atuou como vice- coordenadora em projeto sobre Gravidez na Adolescência realizando pesquisa e extensão em 19 municípios na região do Agreste de Pernambuco.</li> <li>✓ Trabalhou como extensionista rural pela Cáritas Nordeste 2- (instituição ligada à igreja católica), realizando oficinas sobre segurança alimentar, agroecologia e banco de sementes com assentados e acampados de reforma agrária.</li> </ul>
ED 4	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Coordenou um projeto de pesquisa sobre Consórcio de Segurança Alimentar e Nutricional em 25 municípios de Pernambuco;</li> <li>✓ - Cursou Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local<sup>75</sup>.</li> </ul>

Fonte: Quadro produzido pela autora, a partir das entrevistas realizadas em novembro e dezembro de 2018.

Acrescenta-se que, além da existência da disciplina de extensão rural na grade curricular no decorrer da graduação, as experiências profissionais perpassaram pelos serviços de ATER, notando-se seu envolvimento com temáticas sobre higiene, alimentação, segurança alimentar, diagnósticos, processamento e beneficiamentos de alimentos, agroecologia, dentre outros. Cabe destacar também, a elaboração de relatórios, articulação e organizações de eventos e reuniões. Dados estes que se assemelham com as atividades desempenhadas pela área social da Emater do Rio Grande do Sul, conforme pesquisa apontada por Siliprandi (2002).

Sobre a relação do curso de Economia Doméstica com a extensão rural, segundo uma das entrevistadas, “apesar de o curso ser muito generalista, ele é muito voltado para extensão rural, diferente de outras profissões” (ED2)<sup>76</sup>. Atrela-se a isso, sua historicidade frente à

<sup>74</sup> Processo que objetiva selecionar organizações da sociedade civil, garantindo notadamente os princípios da isonomia, legalidade, igualdade, impessoalidade, divulgação, proibidade administrativa, moralidade, do julgamento objetivo e dos que lhes são correspondentes, conforme lei de nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

<sup>75</sup> Dissertação intitulada como: Desenvolvimento local, agricultura familiar e povos tradicionais: uma análise em torno da assistência técnica e extensão rural no estado do Tocantins.

<sup>76</sup> Entrevista realizada pela pesquisadora, no dia 29 de novembro de 2018, em Palmas- Tocantins

implantação do Curso de Economia Doméstica, a nível superior, vinculada às atividades de assistência técnica e extensão rural, em que os/as Economistas Domésticos/as desenvolviam atividades voltadas à educação rural, permeando discussões e noções de higiene, administração do lar e aplicação de recursos agrícolas (OLIVEIRA, 2006); realizando orientações de alimentação e nutrição, como: classificar, preparar e conservar os alimentos; bem como, outras atividades que atendessem às necessidades básicas das famílias rurais (de modo geral, voltadas à: saúde, higiene, vestuário, habitação, desenvolvimento humano, e outras necessárias) (UFRPE/ECONOMIA DOMÉSTICA, 2018).

Observa-se que, as atividades atribuídas aos/às profissionais de Economia Doméstica ainda perpassam à realização de serviços e cuidados com casa, compreendida como espaço social e culturalmente direcionado às mulheres, podendo esse ser um dos motivos a ter apenas mulheres no curso, conforme lembranças das entrevistadas durante a graduação.

### 3.3.1 O caso em estudo: Atuação das Economistas Domésticas no Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (Ruraltins)

Observando as atividades de ATER, ainda no decorrer da criação dos serviços de assistência técnica e extensão rural, notou-se que, as ações predominantes eram de elaborações de projetos técnicos, ações descontinuadas, intervenção pontual, atividades de caráter técnico e produtivista (SILVA, 2017).

Com a elaboração da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) em 2004<sup>77</sup>, dentre suas principais propostas, algumas eram de: apoiar estratégias de desenvolvimento rural sustentável e da agricultura; criticar os modelos convencionais baseados no difusionismo; destacava o respeito à pluralidade, às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais, resultando na consideração e inclusão de questões de gênero, de geração, de etnia e de raça nas orientações e execução de projetos e programas, bem como, na adoção de abordagens multidisciplinar e interdisciplinar (BRASIL/ PNATER, 2004).

Com a promulgação dessa Lei, normatizações, princípios, beneficiários e instrumentos foram definidos de modo a contribuir com a implantação de estratégias para o Desenvolvimento Rural Sustentável, com o objetivo de constituir uma nova fase da ATER, na tentativa de reduzir a visão difusionista e tecnológica, dando maior ênfase às questões e

---

<sup>77</sup> A lei 12.188 foi construída com a participação das esferas do governo federal, governo das unidades federativas, sociedade civil, lideranças de organizações da agricultura familiar, dentre outras (BRASIL, 2004).

elementos referentes à segurança alimentar, equidade de gênero, construção de cidadania, entre outros.

Vale ressaltar que, a inclusão das mulheres e do enfoque de gênero na PNATER foi efetivada com a reestruturação da ATER em 2003, no governo do Luiz Inácio Lula da Silva, consolidando uma ATER setorial para as mulheres (fruto de vários processos de mobilização e reivindicação da sociedade civil e organizada). Uma dessas mobilizações ocorreu em 2000, durante a primeira Marcha das Margaridas<sup>78</sup>, numa expressiva articulação de mulheres rurais no Brasil, na qual reivindicaram políticas públicas e garantia de direitos sociais para as trabalhadoras rurais já previstos na constituição cidadã de 1988 (TELLES, ARANTES, FREITAS, 2017).

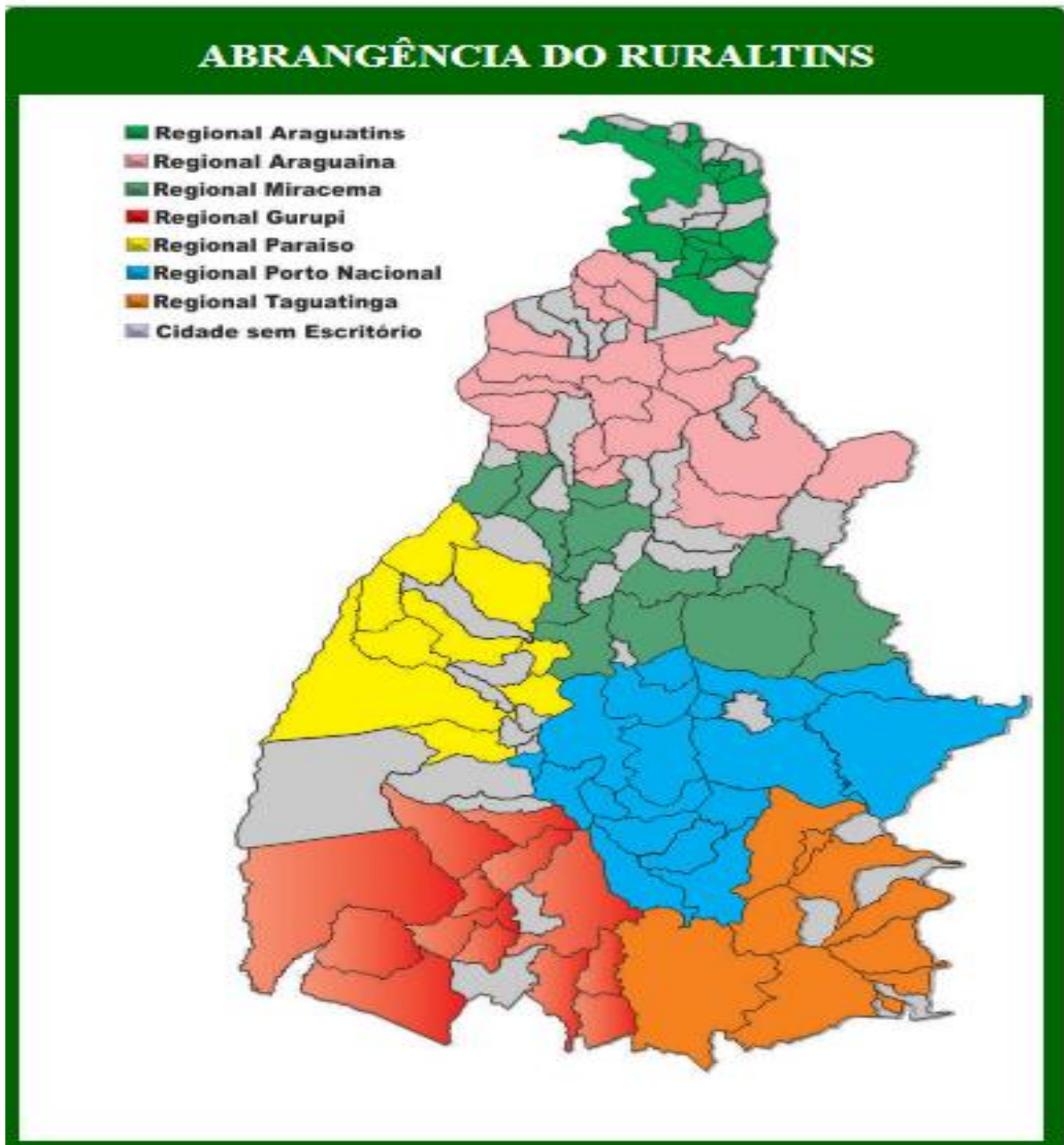
No âmbito relacionado ao desenvolvimento das atividades diárias desenvolvidas pelas economistas domésticas no Ruraltins, cabe salientar que os serviços/atividades variaram conforme a estrutura organizacional da empresa, a citar: Escritório Central (localizada na capital Palmas); Escritórios Regionais (localizadas nas cidades de Araguatins, Araguaína, Miracema do Tocantins, Palmas, Porto Nacional, Paraíso, Gurupi e Taguatinga); e Escritórios municipais, chamados de Unidades Locais de Execução de Serviços (ULES)<sup>79</sup>. Para ilustrar essa organização de acordo com as regionais e seus municípios correspondentes, a imagem a seguir demonstra a abrangência do Ruraltins, conforme apresenta o site oficial do instituto (RURALTINS, 2018).

---

<sup>78</sup> Ação estratégica de mulheres organizadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e outros Movimentos Sindicais e de movimentos de mulheres e feministas de todo país. Nascida em Lagoa Grande (Paraíba), Margarida Maria Alves foi uma líder sindical, defensora dos direitos humanos das trabalhadoras rurais.

<sup>79</sup> Buscando manter o sigilo das entrevistadas dentro da Instituição, não foi mencionado/detalhado o local de atuação de cada uma.

Figura 2 - Abrangência do Ruraltins



Fonte: Site oficial do Ruraltins/ Abrangências Ruraltins. Disponível em: <<http://sistemas.ruraltins.to.gov.br/contatos/>> Acesso em: 10 de novembro de 2018

Os serviços desenvolvidos pelo escritório central são mais direcionados às atividades administrativas, de coordenação e de supervisão, fato explicado na fala da entrevistada a seguir: “No central é um trabalho meramente administrativo. É de acompanhar e fiscalizar convênios, projetos” (ED4)<sup>80</sup>. Os escritórios regionais têm a função de contribuir na descentralização das atividades e de apoio ao escritório central no momento de gerenciar,

<sup>80</sup> Entrevista citada.

supervisionar, coordenar, fiscalizar projetos, convênios e atividades realizadas pelas equipes das Unidades Locais de Execução de Serviços (ULES). As ULES, por sua vez, realizam a efetivação das atividades de demanda junto aos/às produtores/as da agricultura familiar da região.

Antes de discutirmos as atividades desenvolvidas pelas economistas domésticas, salienta-se que não foi encontrado nenhum documento no site da instituição que expusesse as atividades realizadas pelas profissionais ou pela área social como um todo (incluindo outras profissões). Esse fato foi confirmado durante as entrevistas; diferentemente de outras experiências de empresas de ATER já mencionadas nesta pesquisa (WOLTMANN, 2017; SILIPRANDI, 2002).

Desse modo, ao expor as atividades desenvolvidas no instituto através das entrevistas realizadas, elaborou-se o quadro a seguir:

Quadro 8- Experiências depois formada em Economia Doméstica

ENTREVISTADAS	<u>Atividades desenvolvidas no Ruraltins</u>
ED1	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Articular e organizar cursos de doces de frutas e geleias;</li> <li>- Realizar projetos de compras institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (ultimamente tem se dedicado bastante a estas políticas);</li> <li>- Realizar levantamento de informações pessoais e de receitas da propriedade, para elaboração de documentos como: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), comumente chamado de DAP;</li> <li>- Realizar diagnósticos, preencher questionários e realizar visitas a campo, visando selecionar/fiscalizar famílias a participarem/ou que participam das políticas públicas trabalhadas pelo órgão.</li> <li>- Intervenções na área da educação financeira, ao incentivar agricultores/as a ter um controle de gastos.</li> </ul>
ED 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atuou na parte administrativa de um setor (emitindo certificados, autorizando diárias, elaborando documentos, na orientação dos técnicos</li> </ul>

	<p>de como lançar dados/informações nos sistemas, na elaboração de relatórios).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordena o programa de fomento às atividades produtivas, realizando questões mais administrativas;</li> <li>- Ministra curso de Boas Práticas de Fabricação de polpa de frutas e de processamento de frutos do cerrado;</li> <li>- Coordenou e acompanhou um convênio de implantação de hortas e cursos de associativismo (Na elaboração de relatórios, fotos, prestação de contas; às vezes indo a campo acompanhar os cursos de horticultura e processamento de doces e frutas, juntamente com os/as agricultores/as e outros/as profissionais)- (projeto já concluído);</li> <li>- Atua em organização de formações (seja ela para profissionais ou agricultores/as- Público alvo do Ruraltins).</li> </ul>
ED 3	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realiza oficina e cursos de boas práticas de manipulação de alimentos; boas práticas de manipulação de pescado; de preparação de pães para geração de renda e aproveitamento “resto” de alimentos;</li> <li>- Organiza, articula e realiza feiras anuais em comemoração ao Dia Internacional da Mulher;</li> <li>- Divulga, orienta e executa convênios, programas e políticas públicas, a citar: o PAA; Inovação no Campo; Quintal Verde e Fomento às atividades produtivas.;</li> <li>- Orienta e busca estratégias de comercialização de produtos junto aos/às agricultores/as familiares;</li> <li>- Realiza cadastro dos/as produtores/as rurais, realizando levantamento de quem produz e o que produzem, para incluir nos respectivos sistemas para o acesso às políticas públicas (ou seja, realiza a parte burocrática de sistema).</li> <li>- Colabora com divulgação e organização de reuniões, articulações entre instituições e agricultores/as para a execução do PNAE;</li> <li>- Realização de curso de beneficiamento de frutos do cerrado (como por exemplo: mangaba, manga e caju);</li> <li>- Participa do Conselho de Desenvolvimento Rural do município e do</li> </ul>



	Conselho de Desenvolvimento Rural.
ED 4	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prestou serviços de assistência técnica e extensão rural no acompanhamento e orientação a 285 famílias, na área social, em 4 reassentamentos;</li> <li>- Realizou um Plano de Desenvolvimento Rural (PDR) de famílias reassentadas, atingidas pelo Consórcio Estreito Energia- CEST (durante a construção da Usina hidrelétrica Estreito);</li> <li>- Palestras em escolas, universidades, associações rurais sobre Segurança Alimentar e a política pública de ATER;</li> <li>- No momento, atua como responsável no setor de Recursos Humanos (RH).</li> </ul>

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir das entrevistas realizadas.

Diante do quadro acima, observa-se que os trabalhos desenvolvidos por essas profissionais perpassam por atividades administrativas, organização de cursos, oficinas, mas, principalmente, pela difusão e execução de políticas públicas (em níveis federais e estaduais) desempenhadas pelo Ruraltins, como é o caso dos PNAE; PAA, além de chamadas públicas, convênios e outros. Tais atividades podem contribuir na ampliação de informações e acesso sobre às políticas públicas para os/as agricultores/as familiares; na autonomia do sujeito; na auto-organização das famílias atendidas; na visibilidade e organização das redes de apoio por meio da solidariedade e reciprocidade, questões essas que vão além da racionalidade e da lógica de mercado.

Entretanto, os dados acima dialogam com achados da pesquisa realizada por Andrade (2015), sobre as práticas extensionistas dos/as servidores/as do Ruraltins, nas quais se verificou que as profissionais da área social (na pesquisa constituída de Assistentes Sociais e Economistas Domésticas) atendiam, em sua maioria, demandas diárias de produtores/as familiares, seguidas por atendimentos de convênios e chamadas públicas.

Dessa maneira, trabalhar na perspectiva de demandas diárias significa dizer que existe uma maior atuação na assistência técnica, ou seja, resolução de demandas imediatas, sem formações e ações de caráter educativo. Enquanto, o trabalho das chamadas públicas, geralmente com atendimentos mais longos (2 ou 3 anos) permitem uma atuação de construção de conhecimentos, como um processo educativo de comunicação (PEIXOTO, 2008).

Alguns dos temas trabalhados nas informações acima podem ser encontrados na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), como por exemplo: segurança alimentar; associativismo; busca de estratégias para geração de renda; utilização das metodologias participativas<sup>81</sup>, agregação de valor a partir do beneficiamento da produção (BRASIL, 2010).

Para análises desses temas, centra-se não só apenas nas análises da geração de renda, utilização racional e eficiente de recursos, mas também por reconhecer a importância do trabalho reprodutivo e do cuidado nas várias atividades desempenhadas pelas profissionais, embasadas pela economia feminista<sup>82</sup>.

Dessa maneira, é fundamental reconhecer que as mulheres são diferentes e não podem ser categorizadas como um grupo apenas, mas constituídas de idade, etnia, geração, raça, classe diferentes (TEXEIRA, 2018).

Análises sobre as relações de gênero também se fizeram presentes durante suas exposições acerca do cotidiano no ambiente de trabalho e durante a atuação das profissionais. Uma delas explica que: ao chegar na casa das famílias (de agricultores/as familiares), busca reunir a família, e não apenas focar no homem, como alguns servidores fazem:

[...] Eu jamais cheguei ao campo onde estavam a mulher, o marido e os filhos e eu me virar apenas para o homem, fazer perguntas só para ele. Jamais fiz isso. Eu sempre faço perguntas abertas e eles ficam livres para responder. Eu percebi que no início os técnicos (homens- de outras profissões) chegavam direto já procurando “fulano” (homem). [...] Extensão rural para mim começa quando você vai até uma família, mas sem está perguntado isso ou aquilo (com perguntas diretas/objetivas), mas, simplesmente chega e conversa. Eu vejo, por exemplo, a diferença grande da minha extensão rural para extensão rural de meu colega, por que com ele a pessoa chega e ele já vai direto ao ponto. Comigo não. E já chego e vou conversar com família, independente de quem esteja (pai e filhas, mãe e filhas, a família toda) eu converso com todos até chegar ao ponto que você quer. [...] E uma vez um colega meu me falou (só fomos nós dois para o campo): “É, eu andei percebendo que nós temos que conversar muito com a família toda, antes de ir” (ED1)<sup>83</sup>.

Nesta fala, percebe-se que a profissional se coloca em comparação com outro servidor e se apresenta com um olhar de inclusão da família, de dialogar com as mulheres, jovens e

<sup>81</sup> As ações metodológicas participativas requerem ampla discussão e articulação com as comunidades rurais, adesão livre e democrática dos/as participantes, e leva um certo tempo de maturação o que não se viabiliza através de contratos de curto prazo (CAPORAL, 2011).

<sup>82</sup> “[...] a economia feminista se propõe a apresentar uma extensa crítica metodológica sobre o conjunto da disciplina de economia, bem como os desafios específicos em cada escola de pensamento. Os avanços na teoria feminista nestes últimos trinta anos influenciaram significativamente a economia feminista. Para a maior parte das teóricas, o feminismo não é simplesmente uma perspectiva ou um modo de ver, tampouco uma epistemologia, uma forma de conhecer; é também ontologia, ou seja, uma maneira de estar no mundo.” (TEXEIRA, 2018, p.148).

<sup>83</sup> Entrevista citada.

homens, além de pontuar que suas práticas têm interferido na atuação de outros profissionais, conforme sua própria percepção.

Essa característica de atendimento/atenção sem hierarquia para homens, mulheres e jovens foi comum nas narrativas apresentadas pelas economistas domésticas, ao pontuar a importância dada à construção de diálogos com as famílias atendidas pelo órgão. A este fato apontam-se duas questões: as profissionais pontuam a importância e inclusão da família como um todo, sendo este, um dos estereótipos direcionados às mulheres (o cuidar, pensar na família); outro fato é o de priorizar os outros indivíduos para além dos homens, ponto este observado na fala da ED1.

No entanto, quando agricultores/as visitam o escritório pela primeira vez, a ED1 percebe diferença no atendimento, no qual as agricultoras tendem a procurar as profissionais mulheres, enquanto que agricultores tendem a procurar os servidores/homens. No entanto, duas delas (ED1 e ED2) acreditam que este modo de atuar, vem do seu perfil pessoal, e não da formação.

Ao que se chama de perfil pessoal, a ED2 explica que as mulheres são melhores para resolver conflitos e realizar trabalhos com crianças, idosos, mulheres, pessoas orientação sexual homoafetivas, e homens, por se interessar mais pelo humano, por terem maior “sensibilidade”, “jeito”, “jogo de cintura”. A ED1 complementa: “É por isso que eu falo que não é o curso, e sim o perfil da pessoa”. (ED1)<sup>84</sup>. Sobre isso, Parente (2007) infere que o aprendizado dos papéis de gênero leva a uma internalização e conhecimentos de modelos e regras que se considera adequado ou não para homens e mulheres. Deste modo, observa-se que, as características mencionadas pela profissional “sensibilidade”, “jeito”, “jogo de cintura” são algumas das representações aprendidas/construídas culturalmente.

Quanto à inclusão de mulheres no atendimento às famílias, a ED1 que antes expôs considerar esta percepção das mulheres juntamente com a ED2 (como exposto acima), no decorrer da entrevista entra em contradição por considerar que discussões durante o curso ocorriam em disciplina voltada para as mulheres:

[...] falava do nosso papel, de como é visto na maioria das vezes como dona de casa, mas eu acho que reforçava o contrário. Falava sobre a nossa independência. Eu não lembro direito como era do nome da disciplina, mas ela discutia tudo isso, e reforçava o nosso lado profissional. Nós no trabalho, fora de casa, como mulher. Questões de Respeito, igualdade. (ED1)<sup>85</sup>

---

<sup>84</sup> Entrevista citada.

<sup>85</sup> Entrevista citada.

Mediante essas contradições na inclusão das discussões dos comportamentos esperados para homens e mulheres, ao perguntar a ED2 se achava que o curso era direcionado às mulheres, a entrevistada responde:

Nada a ver! [...] independente de sexo, de gênero. Porque a maioria das disciplinas que a gente faz, são com estudantes de outros cursos. Talvez a parte mais de vestuário... Mas não, porque quando chega lá no final da disciplina de vestuário você vai atuar em gestão de lavanderia, como estilista, e isso independem de gênero. A alimentação da mesma forma, inclusive, hoje em dia, tem crescido muito os chefes de cozinha do sexo masculino. Então, eu não vejo isso na grade curricular e na ementa do curso. Não vejo direcionamento para área feminina, eu acho que o que pega é o estereótipo que fazem do curso e pelo nome, porque as disciplinas o curso em si não é nada específico para mulher (ED2)<sup>86</sup>.

Nesta contextualização, percebe-se que a entrevistada, ao refletir sobre o curso de Economia Doméstica ser direcionado ou não às mulheres, ela cria e faz uma relação momentânea das disciplinas de vestuários e alimentação com as áreas ofertadas serem especificamente às mulheres. Porém, entra em contradição ao enfatizar primeiro que, a área poderia fazer referência a uma escolha direcionada apenas às mulheres em relação aos homens. No entanto, desconstrói rapidamente o conceito ao perceber que a existência de profissionais de ambos os sexos atuantes nas mesmas áreas, o que nos leva perceber a divisão sexual do trabalho em suas colocações.

Outra questão que a profissional se refere é a não existência de distinção de gênero na grade curricular e ementa, contudo, ressalta-se o estereótipo criado pelo próprio nome do curso, Economia Doméstica- por se fazer relação como espaço feminino, questões de mulheres. Neste contexto, nota-se que, embora a profissional aponte questões acerca das disciplinas, ementa curricular, trabalho para ambos os sexos, as justificativas ao final da entrevista remetem aos estereótipos socialmente construídos, evidenciando que, as questões de gênero estão numa estrutura social muito mais complexa, para além de ter ou não ter a inclusão/separação de gênero na grade curricular ou ementa.

Ainda sobre a fala acima, a entrevistada apresenta uma questão a destacar: a presença do termo “doméstico”, cuja expressão é desprestigiada e pejorativa desde a trajetória do curso (SIMÃO, 2016). No entanto, se analisada do ponto de vista da economia feminista, ressalta-se para a importância das análises, estudos e contribuições efetivadas nesse espaço, desde as questões dos trabalhos reprodutivos desenvolvidos nessa esfera do cuidar, dos afetos,

---

<sup>86</sup> Entrevista citada.

das relações sociais, visando visibilizar as mulheres no processo de bem-estar social (GRECCO, 2018; TEIXEIRA, 2018).

Nessa diferenciação, apelidos criados para se referir aos/às estudantes durante os cursos na Universidade Federal de Viçosa foram lembrados por duas profissionais, sendo as economistas domésticos/as considerados/as “pica-couve”, enquanto os/as estudantes da Engenharia Florestal eram chamados/as de “pica pau” e os da Engenharia Agrônômica de “pica fumo”. Por mais que essas denominações tenham sido tratadas sem intenção de agredir, ofender, segundo as percepções das duas economistas domésticas (ED1 e ED2), as escolhas dos vocabulários carregam estereótipos de gênero (LOPES, *et al.*, 2017).

Ao relacionar o curso de Economia Doméstica ao termo pica-couve – o alimento, logo remete-se às atividades da “essência feminina”, geralmente feita por mulheres, concebidas e relacionadas ao espaço doméstico; diferentemente das áreas das engenharias, em que se relaciona o “pica pau” e “pica fumo” a uma oposição do espaço privado, é o público que está em jogo nessas denominações, são os valores da virilidade, do proibido.

Dessa forma, salienta-se que não é apenas a escolha das profissões que as relações de gênero permeiam, mas sim, ela acompanha toda a carreira (TAVARES, PARENTE, 2014) e apontam lugares sociais e valores para homens e mulheres, como será possível discutir mais adiante nos comportamentos e atitudes nas relações de trabalho na extensão rural.

Segundo dados da pesquisa, a participante ED4, expôs sua forma de atuação em um diálogo com uma produtora ao perceber uma determinada situação de violência de gênero e ressalta a importância de compartilhar os conhecimentos aprendidos durante a graduação:

Quando você chama uma mulher no canto e você diz assim: “Olhe, não deixe seu esposo falar assim com você não! (Mesmo que ela não compreenda) Não deixe seu esposo falar assim como você! (A agricultora diz:) É porque ele é o chefe da casa. ED4: você também é! Você trabalha mais do que ele. A produtora: Não (ED4), eu não trabalho não! Você trabalha! Você lava, você passa! [...] O que é que teu marido faz? Acorda de manhã toma o café e vai para o roçado. Quem faz o café? Quem se levanta primeiro que ele. Então tudo que a gente aprendeu, e a gente tem o poder hoje de repassar isso. Mesmo que ela não compreenda, mas em algum momento da vida ela vai dizer aquela menina que passou por aqui...(ED4)<sup>87</sup>

Nesta narrativa, observa-se que além de enfatizar os conhecimentos construídos durante a formação, a entrevistada faz críticas direcionadas às questões de gênero, sobre o tema/intervenção da violência e da importância de se considerar as atividades domésticas como trabalho. Desse modo, observa-se a existência de contradições entre o conhecimento

---

<sup>87</sup> Entrevista citada.

crítico a respeito das discussões de gênero, notando-se como as construções de gênero permeiam nossos códigos, sistemas de valores e representações sociais.

Outra percepção acerca do trabalho desempenhado no Ruraltins é narrada pela ED3<sup>88</sup>:

Antes de eu chegar lá no escritório, ele (outro técnico) só atendia por demanda. Se a pessoa viesse, ele atendia, se não viesse não atendia. E também o pessoal (agricultores/as e produtores/as) achava que lá era uma coletoria, porque o menino ele trabalhava só, na época, e ele só trabalhava na questão dos projetos do PRONAF<sup>89</sup>. Então não tinha muito essa questão social, de fazer reunião, de conversar, de explicar as coisas para as pessoas, falar das políticas públicas que eles podiam ter acesso, né? Que eles podiam ter acesso não, que eles têm direito, né? (ED3)

Complementando essa fala, durante a entrevista, a ED3 argumentou que iniciou seu trabalho de realização de oficinas de boas práticas de fabricação, convidando sempre os/as agricultores/as a passarem no escritório para conversarem (destacando que ao dialogarem, surgiam ideias de geração de renda, intervenção sobre políticas públicas). A entrevistada ainda argumenta que seu primeiro curso sobre panificação foi realizado através de parcerias, pois o estado não tinha recursos específicos para esse tipo de atividade.

Após esse primeiro contato com uma rede de mulheres para geração de renda, as pessoas passaram a frequentar o escritório e abordavam assuntos como: conservação de alimentos, segurança alimentar, combinações para preparo de alimentos (com um aumento no valor nutricional), combinações e orientações de práticas que reduzam as diabetes e hipertensão; no qual antes só atendia elaboração de projetos de crédito rurais, como explicado na fala acima.

Percebeu-se também que, antes da chegada dessa economista doméstica, havia apenas um servidor no órgão, que realizava atividades pontuais, no caso, na elaboração de projetos de crédito rural. Ou seja, voltado apenas e unicamente ao crédito de financiamento, na captação de recursos em bancos para investimentos nas propriedades, caso o projeto fosse negativado não haveria outra possibilidade de atenção/apoio. O que corrobora com a ideia propagada ainda no início e implantação dos serviços de ATER no Brasil (ANDRADE, JESUS, 2016).

Conforme se observa na fala, a profissional logo percebeu a necessidade de apresentar e discutir as políticas públicas existentes, realizar reuniões, sanar dúvidas e criar espaços de diálogos com um conjunto de pessoas, possibilitando a descoberta de possíveis soluções

<sup>88</sup> Entrevista realizada pela pesquisadora, no dia 06 de dezembro de 2018, em Palmas- Tocantins.

<sup>89</sup> O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é uma política pública do governo federal que estimula o acesso a financiamento de projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária (BRASIL, SEAD, 2018).

diante da realidade vivenciada, na construção de diálogos e de conhecimentos ao trabalhar em grupos, não reduzindo a sua intervenção apenas a recursos econômicos.

A importância de se compreender a ATER para além da produção de alimentos é uma discussão realizada por Abramovay (1998), ponderando-se ser importante também incluir discussões sobre: cidadania, desenvolvimento sustentável, participação, ampliação do conhecimento, acesso aos mercados institucionais e livre organização, fato este que pode ser percebido na narrativa e atuação da ED3.

Outro fator de destaque na mediação de ações e políticas públicas no âmbito da ATER refere-se a alguns critérios da PNATER, a citar: para a viabilização e alocação de recursos por parte do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Orçamento Geral da União (OGU) são necessárias equipes multidisciplinares<sup>90</sup> nas empresas de ATER. E é diante dessa exigência nos requisitos básicos de credenciamento no Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), bem como, nos critérios de diversidade de profissionais para atuar nas seleções de programas e convênios, que se supõe haver destinado as primeiras oito (08) vagas para Economista Domésticas/os para Ruraltins, na seleção da Secretaria do Estado do Tocantins em 2012. Como analisa as quatro (04) entrevistadas:

Eu vejo hoje assim: nós, do Ruraltins, é visto mais como uma exigência da política pública de ter profissionais da área social, a política nacional de ATER. Então, eu vejo mais como exigência do que como essenciais para o desenvolvimento, posso estar enganada, é uma visão minha. [...] E não estou falando só para a economista doméstica, estou falando das assistentes sociais, acho que tem um pedagogo [...] é dessa forma que eu vejo (ED2)<sup>91</sup>.

Outra argumenta:

“Existe a equipe múltipla só pra você receber uma chamada pública, você é número só pro estado, entendeu? Depois que se consegue a parte social ela só é inclusa no campo quando não existe uma equipe” (ED4)<sup>92</sup>.

Por meio dessas falas, retoma-se a discussão da racionalidade diferenciada para os sexos, como sendo as atividades das mulheres complementares aos dos homens (WOLTMANN, 2017); moldada historicamente e socialmente a partir das práticas

<sup>90</sup> Outros critérios para o recebimento de recursos via Dater/SAF/MDA refere-se participação de seleção e avaliação de projetos, entidades de ATER credenciadas no Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), condições mínimas de infraestrutura, capacitação técnica e garantia de continuidade dos serviços ao grupos e comunidades.

<sup>91</sup> Entrevista citada.

<sup>92</sup> Entrevista citada.

desenvolvidas dentro de cada esfera (HIRATA, KERGOAT, 2007) gerando forte divisão sexual do trabalho.

Neste caso, a reprodução de trabalhos diferenciados para homens e mulheres desde a institucionalização dos serviços de ATER possuem espaços, valores e representações diferenciadas. Os estudos de Bourdieu (2012) corroboram para explicar que, os espaços atribuídos às mulheres tendem a ter “menor valor”, serem atividades penosas e de baixo prestígio social, excluindo-as das tarefas consideradas nobres. Neste sentido, percebeu-se que as relações de gênero são construídas em todas as ações do nosso cotidiano, seja na construção das ciências, das profissões e do trabalho, nos sentimentos de valorização ou não das atividades desempenhadas.

Dessa forma, todas as economistas domésticas participantes da pesquisa, além de pontuarem a desvalorização da área social, também acreditam que essa profissão só exista no órgão devido às exigências da PNATER.

Ainda no decorrer da entrevista com a ED4, a mesma expõe outra questão que refere-se à redução das chamadas públicas, voltadas para a área social após 2015, e para não ficar ociosa, a mesma assumiu a responsabilidade do setor de recursos humanos. Todavia, a economista doméstica contou que, ao chegar algum/a produtor/a (público alvo do Ruraltins), procura conversar e orientar sobre o que sabe, como é o caso de um produtor que vem sendo acompanhado por outros/as profissionais da instituição, mas que toda terça-feira faz questão de passar na sala dessa profissional. Assim, ela traz em sua memória as palavras desse produtor: “Eu gosto dessa sala, eu gosto de falar contigo (ED4- fala seu nome), você tem uma sabedoria que eu compartilho. Isso é tão bom, a gente sai mais leve”. Dessa forma, a mesma considera: “Isso é um trabalho social. Eu não preciso estar no campo [...] Hoje estou nesse RH não é uma coisa que me incomoda estar lá, mas é uma coisa que me completaria era estar no campo (ED4)<sup>93</sup>”.

A esse respeito, ressalta-se que a economista doméstica se sentiria realizada ao trabalhar no campo, o que retoma o que já foi comentado anteriormente, que a atuação profissional irá variar de acordo com o escritório de atuação (podendo ser eles: Escritório Central, Escritórios Regionais ou Escritórios Locais), além da política e condições de trabalho do Instituto (a discutir no próximo item).

Ainda sobre essa questão, outra profissional analisa:

---

<sup>93</sup> Entrevista citada.



Embora eu esteja no trabalho mais administrativo, mas eu entendo que a extensão rural é muito mais uma profissão de campo, do que uma profissão de coordenação e supervisão, né? Na parte de coordenação, supervisão eu acho que é mais pra dar diretrizes de como tem que ser a nossa atuação na área rural, eu tô falando como extensionista como um todo, sem distinção de áreas (ED2)<sup>94</sup>.

A entrevistada realiza uma crítica à forma de como são executados os serviços de ATER, por ponderar que os serviços da extensão rural são muito mais de campo/atuação na área rural do que atividades desenvolvidas no escritório. Além disso, nota-se que, durante as narrativas, elas expõem e analisam suas atuações, percepções sobre o trabalho, temas, ações, por vezes, realizando comparações com outros profissionais. Entretanto, vale ressaltar a importância e a necessidade dos serviços administrativos essenciais para o funcionamento do órgão.

Deste modo, o próximo tópico dará continuidade às discussões e percepções das economistas domésticas sobre as delimitações das áreas propostas pelo Ruraltins, principalmente no que se refere à área social (já que essa profissão se “enquadra” nesta área dentro das divisões da ATER); assim como, discutirá as interpretações das profissionais sobre os desafios apontados no cotidiano de seus trabalhos.

### **3.4 A área social e os desafios no Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins: as percepções das economistas domésticas**

Nas literaturas sobre ATER, é comum notar delimitações nas empresas de ATER, principalmente como econômica e social (WOLTMANN, 2017; PINHEIRO, 2009; SILIPRANDI, 2002). No Ruraltins, considerando a Lei 2.806, de 12 de dezembro de 2013 que dispõe sobre o Plano de Cargo e Carreiras e Remuneração do quadro de profissionais do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins), a ATER é compreendida pelas áreas: Social, Ambiental e Econômica, sendo uma das profissões da área social representada pela profissão da Economia Doméstica.

Vimos anteriormente os temas que se fizeram presentes nos trabalhos realizados pelas Economistas Domésticas, no qual elas se colocam, por vezes, realizando comparações e análises de seus trabalhos frente às outras áreas e profissionais. Alguns dos temas trabalhados por elas foram: segurança alimentar, higiene, direitos, violência de gênero, cidadania, direitos humanos, boas práticas de fabricação e manipulação de alimentos, geração de renda, difusão e execução de políticas públicas, dentre outros.

---

<sup>94</sup> Entrevista citada.

Corroborando com os dados acima apresentados, a pesquisa realizada por Andrade (2015) com oito (8) profissionais da área social (contemplada por Assistentes Sociais e Economistas Domésticos/as do Ruraltins), identificou os programas governamentais que mais trabalham, sendo eles: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE); bem como, identificou atividades e realização de cursos, como: boas práticas de manipulação e fabricação de alimentos; cultivo de plantas medicinais; agroecologia; acompanhamento de agricultores/as nas resoluções de problemas relacionados ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) do governo Federal; elaboração de projetos voltados para agricultores/as familiares; certificação e comercialização da produção do campo; sexualidade e saúde reprodutiva; associativismo e cooperativismo; segurança alimentar e nutricional; agregação de valores aos produtos da agricultura familiar.

Diante disto, percebe-se que, os temas e atividades desenvolvidas pelas/os profissionais considerados da “área social”, geralmente estão associado à execução de políticas públicas direcionadas à alimentação; cultivo, cuidados e preparos de alimentos; agregação de valores de produtos; organização social, ou seja, mesmo que as mulheres estejam no espaço público, há uma realização de atividades atrelada socialmente ao espaço doméstico e resolução de conflitos como representações criadas para o feminino. Essas questões tendem a influenciar um significado nas estruturas sociais como locais e temas de atribuição de mulheres, realizando uma divisão sexual do trabalho.

Essa divisão sexual do trabalho tende a acentuar uma diferença biológica entre os sexos, colocando no plano da cultura tarefas femininas e masculinas, no qual tende a desqualificar ou inferiorizar o trabalho realizado pelas mulheres (HIRATA, KERGOAT, 2007). Sobretudo, o que se faz necessário ressaltar é o esforço da desnaturalização da noção da diferença sexual que, analisada no âmbito da cultura, torna-se flexível e mutável.

Como a história, o tempo, as pessoas não são fixas, os serviços realizados pelas economistas domésticas também não são. De acordo com as falas das entrevistadas, as profissionais participam de conselhos, conferências e realizam palestras em outras instituições, ou seja, para além do espaço físico da instituição. Também realizam: diagnósticos participativos, planejamentos, elaboração de relatórios, realização de parcerias entre entidades na realização de eventos, busca de inclusão social e fortalecimento da agricultura familiar.

Todavia, conforme mencionado no item anterior, embora entrassem em contradição em trabalhar numa perspectiva feminista e por hora pontuarem visões arraigadas devido às construções e estruturas sociais distintas aos gêneros, as economistas domésticas também

apresentaram olhares críticos frente à importância da participação das mulheres no acesso às políticas públicas; às questões de violência de gênero; elaboração de estratégias para a geração de renda voltada para as mulheres. Sendo assim, possibilidades propositivas também foram discutidas e mencionadas pelas entrevistadas e são foco de suas atuações profissionais.

Dessa forma, ressalta-se que, certamente os temas sociais abrangem os aspectos físicos, financeiros, sociais, além de buscar compreender como se dão os processos de organização social, as relações de poder que estruturam as ações dos indivíduos (SILIPRANDI, 2002).

Ao questionar quem executava os serviços considerados “da área social”, antes do concurso de 2012, duas economistas domésticas explicam existir técnicas em operação de suporte e desenvolvimento, com ensino de nível médio, em sua maioria mulheres, que atendiam funções consideradas “sociais”. Na memória de uma delas:

Desde quando eu entrei no órgão, embora houvesse técnicas da área social, que era essa técnica de desenvolvimento e suporte operacional que exigia somente nível médio, a área social no Ruraltins não era valorizada. E não é porque o forte deles é elaboração de Pronaf, e o que dá dinheiro para eles... O social é só por conta da exigência da extensão (atividades de campo), mas eles (gestores) não veem como importante (ED2)<sup>95</sup>.

A fala acima aponta que, antes da ocorrência do concurso de 2012, o “social” na extensão rural era trabalhado por mulheres, não sendo necessário curso superior, o que retoma a discussão do social ser visto e pensado de modo a relacionar ao espaço e atividades voltadas para as mulheres. O que relembra a historicidade da introdução da ATER no Brasil, desenvolvida a partir de uma forte divisão sexual do trabalho econômico e social, destacando-se uma fictícia separação entre eles, o que ainda se mantém presente nos dias atuais no Ruraltins. A essa dicotomização, facilita a desvalorização das áreas direcionadas aos cuidados, produção doméstica e o trabalho das mulheres de modo geral (ZELIZER, 2009), como já mencionado anteriormente.

Outra entrevistada recorda:

[...] logo quando eu cheguei, eles achavam que a gente devia fazer só coisa doméstica e coisas de documentação. A área social fazia coisa de documentação para eles. Por exemplo: fazer ofício, participar de reunião de conselho, participar de reunião de associação, fazer memorando, fazer tudo serviço interno que é preciso fazer para o órgão funcionar. Então eles (outros profissionais)... muitos da área produtiva e da área econômica, achava que a nossa função só era essa, e muitas vezes, não ver a riqueza de detalhe e a contribuição que a gente pode dar as pessoas no campo, por exemplo: meu colega quando começou, ele tinha essa esse preconceito, e hoje ele vê que eu trabalho tanto com essa documentação, com o

---

<sup>95</sup> Entrevista citada.

serviço de campo- a partir da necessidade do agricultor.[...] E ainda hoje tem colegas de outros setores que sempre solta uma piadinha para gente nesse sentido de achar que a gente é mais dessa área de deixar o órgão funcionando por dentro para eles trabalhar fora (ED3)<sup>96</sup>.

Nota-se na fala acima que a profissional expõe tanto o executar as atividades documentais dentro do órgão, como também nos espaços públicos. Ao mesmo tempo em que reforça determinadas atividades administrativas a serem realizadas por ela, ressalta-se que também a importância de sua atuação nos espaços públicos direcionados aos/as agricultores/as, não sem resistências.

Sobre isso, Tedeschi (2014) infere que, embora as mulheres estejam no espaço público e no mercado de trabalho, representações de gênero ainda permeiam as ações/atividades de homens e mulheres, bem como, os lugares sociais de cada um/a, remetendo-as ao espaço interno, fechado, vigiado do órgão, como na execução de atividades administrativas, enquanto os homens tendem a participar e representar os espaços externos e abertos, de visibilidade.

Esta construção social, diferenciada para os sexos, termina por excluir as mulheres dos espaços de decisões e da possibilidade de elaborar códigos, normas, ações, como se perceber na fala de uma das entrevistadas, ao organizar uma formação, na qual ela e outra profissional foram convidadas apenas para participar dos tramites organizacionais (questões práticas) e administrativas, mas não durante seu planejamento (enquanto sua idealização, temas, palestras e palestrantes, por exemplo):

Nós (o setor) só fomos envolvidos na parte organizacional, o que eu achei um desmerecimento, porque sentou um economista que era o diretor na época (que é formado em contabilidade), sentou [...] um agrônomo [...] falou o curso todinho. [...] nós somos chamados só para organizar e fazer acontecer, mas metodologicamente nós não somos envolvidos, teve essa observação. Eu critiquei muito, achei errado a forma foi feito, dividido em blocos, a da área econômica vai aprender isso, da área social aquilo, a área ambiental aquilo, mas enfim... (ED2)<sup>97</sup>.

Sua reflexão traz aspectos relevantes para se analisar a percepção de desvalorização profissional e setorial (já que esse setor era constituído por mulheres atuantes na área social), em que as excluíram do planejamento intelectual, cabendo os homens pensarem e articularem o evento, enquanto que as mulheres caberiam organizar e “fazer acontecer”, deixando de lado a possibilidade de apresentar ações, ideias, competência, habilidades, ou seja, de mostrar que são sujeitos de direitos, e não meros objetos passivos. Estes processos desvirtuam o conteúdo dos direitos sociais ignorando que “as mulheres possuem direitos”, ou melhor, são sujeitos de

---

<sup>96</sup>Entrevista citada.

<sup>97</sup>Entrevista citada.

direitos, possuem competências, inteligência e capacidades para propor ações (LISBOA, 2016).

Além disso, a narrativa expõe resistências, a partir do momento que a ela realiza as referidas análises, mostrando que as profissionais precisam estar atentas às discriminações e estereótipos criados sobre o trabalho desenvolvido por mulheres (como de organização, ajuda), bem como revela uma crítica à permanência da forte divisão de áreas (social, econômico e ambiental) no órgão.

Concernente a essa forte divisão de áreas, todas as entrevistadas consideraram não concordarem com essa separação dentro da instituição. Na fala de uma delas:

Quando eu falo social é por conta que eles (gestores do órgão) dividem em área social e econômica. Eu acho que não deveria ter essa divisão, “área disso e área daquilo”. Principalmente na Extensão. Se quiserem dividir em outro setor, tudo bem, mas na Extensão eu acho estranha essa divisão. E como essa divisão já é feita, você fica meio que programado a falar em área social e área econômica. Mas não deveria ter essa divisão, ali somos todos extensionistas, cada um tem sua formação diferente, tudo bem, mas acho que não deveria ter essa divisão na extensão (ED1)<sup>98</sup>.

As falas descritas acima apontam para uma estrutura e funcionamento de uma instituição do estado, no caso o Ruraltins, que produz e reproduz injustiças, hierarquização e desigualdade de gênero. Sobre essa divisão sexual do trabalho, Hirata e Kergoat (2007) explicam que nessa construção social na qual homens pensam e mulheres executam, constata-se desigualdades sistemáticas e terminam por hierarquizar as atividades (sejam elas no mercado de trabalho, no trabalho doméstico, nas profissões e nos ofícios).

Desse modo, observou-se que, as condições de trabalho das entrevistadas apontam para uma participação de forma “complementar” ao universo masculino (WOLTMANN, 2017; HIRATA, KERGOAT, 2007). Entretanto, constata-se resistências e críticas, como se observou nas narrativas expostas acima.

A esta divisão rígida das tarefas e diante da não importância, valorização das atividades realizadas pelas profissionais consideradas da “área social”, esses se assemelham a um diagnóstico realizado na EMATER do Rio Grande do Sul no período de 2000 e 2001, e mesmo diante dos anos que as distanciam e suas localizações, infere-se que, a constatação das desigualdades de gênero são reproduzidas nas relações pessoais e no espaço de trabalho, como se pode perceber nos relatos acima (HIRATA, KERGOAT, 2007), estruturando uma legitimação de relações sociais desiguais.

---

<sup>98</sup> Entrevista citada.

A respeito dessa relação bem delimitada do que é econômico e do que não é, entre economia numa perspectiva formal e substantiva, mercado e não mercado, eficiente e sentimental, Zelizer (2009) demonstra como essas teorias definem fronteiras políticas, morais e sociais, injustas e desiguais, envolvendo as questões de gênero, desvalorizando mais facilmente a atenção dada aos cuidados, à produção doméstica e ao trabalho das mulheres de modo geral.

A essa suposta divisão dual entre mundo do sentimento e da racionalidade; do mercado e da esfera doméstica; do masculino e do feminino fomenta um trabalho de poder e de exclusão que não acrescenta nada à análise dos processos econômicos (ZELIZER, 2009). Ou seja, normas sociais e o ambiente/interação social irão influenciar no comportamento econômico, pois nenhuma relação de mercado ocorre sem uma infraestrutura de instituições ou sem a presença dessas compreensões compartilhadas. As pessoas estão constantemente criando circuitos diferentes de transações econômicas, formas de pagamento e relações sociais, conectando circuitos de práticas, símbolos, códigos morais e ideologias (ZELIZER, 2009).

Desse modo, as narrativas das entrevistadas apontaram a existência de desigualdades de gênero vivenciada enquanto: economistas domésticas, mulheres, atreladas à área social, de baixo ou nenhum valor monetário atrelado a suas atividades, sendo referendada por uma estrutura complexa que as identificam com a arena do privado, das relações pessoais, perpetuando-se através das relações de poder.

Neste sentido, os estudos de Parente (2012) infere a existência de uma estrutura social que tende a relacionar as mulheres ao privado e às relações pessoais, enquanto os homens geralmente tendem a ser relacionados à arena pública, do comércio, da produção, da política. Sobre esse assunto, Simão (2016, p.257, grifo do autor) pontua:

Práticas socialmente consagradas como femininas ou masculinas são antes *práticas* e só depois *femininas* ou *masculinas*. Além disso, os fazeres são mais ou menos valorizados conforme circunstâncias e sentidos social e historicamente localizados, de modo que não se tratam de sexos cuja natureza inferior ou superior se adequem a uma ou a outra atividade, mas de práticas assumidas por pessoas não relativizáveis pelos corpos sexuados ou pelo gênero pelo qual se apresentam socialmente (SIMÃO, 2016, p. 257).

Dessa maneira, esta pesquisa retomou à atuação profissional das economistas domésticas numa empresa pública estadual de assistência técnica e extensão rural, na qual essas lógicas de representações, demandas e resistências originadas desses padrões são tradicionalmente reproduzidas.

Ao perguntar para entrevistada ED1 sobre se essas divisões de áreas, a mesma afirmou considerar que daria argumentos a certa hierarquia e ainda ressaltou que a instituição visa mais os profissionais de agronomia, veterinária e zootecnia, ponderando haver mais investimentos nessas áreas.

Porque até hoje quando se fala em extensão rural só se lembra em técnico agropecuário, agrônomo e de veterinário. É muito difícil lembrar dos outros profissionais. Eu considero quase cultural, porque começou assim, e aos poucos que estão entrando outras áreas na Extensão (ED1)<sup>99</sup>.

Neste aspecto, as questões de gênero também se fazem presentes pelo fato dessas áreas serem ocupadas geralmente por homens, fato este vivenciado pelos processos de socialização diferenciada para os sexos. Nesse processo, são idealizadas e construídas representações de masculinidade e feminilidade resultando numa vivência desigual na vida cotidiana entre os gêneros.

Desse modo, conforme pesquisa realizada por Tavares e Parente (2014), no período de 2008 a 2012, nas Universidades Federais da Região Norte, identificou-se que homens tendem a ocupar mais os cursos nas áreas das engenharias e ciências exatas e da terra, enquanto as mulheres tendem a se concentrar nas áreas de letras, linguísticas, artes, ciências humanas e biológicas. Esses resultados também se assemelham quando analisados em todas as Universidades Federais do Brasil.

Durante a entrevista com a ED4, além de ela pontuar já ter se aproximado da extensão rural desde a seu curso técnico, possuir numa vasta experiência sobre o tema, ter feito pós-graduação na área da extensão rural, todavia, as delimitações de áreas e do gênero têm levado as economistas domésticas a sentirem desmotivadas, desvalorizadas e se considerarem apenas números para o órgão/estado:

Por mais que a gente se doe, se permita vivenciar aquele momento, sem você querer taxada de melhor profissional da área. (...) Pra eles não importam o mestrado, não importa experiência, não importa nada. Nada, nada, nada! Dentro do estado você é um número! Você muitas vezes é anulada! Você só é um bom profissional quando você bate metas e essas metas são ilusórias (ED4)<sup>100</sup>.

A fala acima também remete à discussão sobre as metas institucionais, nas quais as economistas domésticas pontuam dificuldades de registrar atendimentos realizados, devido à subjetividade de temas trabalhados, bem como na cobrança de mensuração de dados e

---

<sup>99</sup> Entrevista citada.

<sup>100</sup> Entrevista citada.

quantias financeiras do trabalho realizado, fato este cobrado pelos/as gestores/as do Ruraltins e por um sistema de registro de atendimentos. Essa limitação ocorre devido à incorporação da teoria econômica considerada *mainstream*<sup>101</sup> na gestão, no qual não reconhece a existência das relações humanas, de poder e sociais desempenhadas pelas profissionais, bem como na invisibilidade do trabalho de cuidados (TEIXEIRA, 2018).

Além disso, as economistas domésticas entrevistadas percebem e argumentam sobre a sensação de redução das orientações e intervenções às famílias a uma assinatura, de modo a comprovar atendimento, estando alguns servidores/as preocupados/as apenas em contabilizar atendimentos apenas.

Desse modo, observa-se que, as mesmas fazem comparações com outros/as profissionais, nos quais, apontam questões ligadas a metas, não realizando trabalhos de qualidade, bem como, na falta de condições necessárias e suficientes para a concretização do trabalho a ser desempenhado (seja a disponibilização de carros, gasolina, diárias, entre outros).

Essa frustração até vem a partir do produtor que diz: Você só vem olhar e pegar uma assinatura? É aí que o trabalho do extensionista é diminuído quando a gente escuta isso. E é muito complicado a gente parar para explicar tudo isso (sobre metas) ao produtor (ED4)<sup>102</sup>.

Essa mesma profissional relembra sua vivência e sua conversa com outra colega de trabalho ao chegar às casas das famílias para coletar assinaturas, durante as primeiras idas a campo (área rural),

Eu dizia: por que o pessoal trabalha desse jeito?  
Ela dizia: porque é isso.  
Eu: Huuummm!  
Ela: Tem a ver com as metas.  
Eu: E por que você só fez isso?  
Ela: Não, a gente só fez a visita e pegou as assinaturas, já bateu a nossa meta. Muitas vezes não exercia o papel. (...) Então, era um trabalho muito vazio. Um trabalho muito quantitativo. Você se resume a assinatura de uma pessoa. Você não deixar nada seu lá. Você não tirar nada das pessoas, né? E você, ah! E fulana tá boa? Tá fulana! Tá com esse problema, tá assim... Só existia essa conversa assim. Mas não existia aquela coisa de fazer aquela ligação com agente de saúde. Fazer uma ligação de procurar um apoio. De alguém que faça parte da realidade deles. Uma coisa muito de só de assinatura. Por isso que eu digo que assistência técnica existe, mas a extensão rural só em algumas fases/trabalhos (convênios, chamadas públicas) (ED4)<sup>103</sup>

<sup>101</sup> São concepções econômicas dominantes e predominantes, mais vigentes, mais estudadas e aplicadas pelos governos e que está em concordância com as ideologias capitalistas (GRECCO, 2018).

<sup>102</sup> Entrevista citada.

<sup>103</sup> Entrevista citada.



Notou-se que a expressão de “metas ilusórias” ocorre mediante a realização de visitas sem a sua função social de fato, sendo efetivada apenas para cumprir metas. Outra questão apontada diz respeito à dificuldade ou impossibilidade de mensurar em números o trabalho realizado pelo trabalho “social” em alguns aspectos. Neste sentido, ela explica: “O trabalho social não é uma coisa que não é mensurável como uma visita a tantos quilos de quiabo da produção agropecuária, tantos litros de leite né? A gente não vai medir quantitativamente (ED4)”.

Outra economista doméstica argumenta sobre seu trabalho:

É um olhar voltado a questão dos direitos das pessoas da zona rural, das políticas públicas voltadas, às vezes eles nem tem o conhecimento da mesma, só que são coisas que não dependem da sua competência profissional depende do órgão ver que é importante que dá condição de trabalho para gente fazer esse trabalho, pois ideias são muitas, e eu tenho certeza que vocês que estão na ponta depende mais ainda, só esbarram em um monte de dificuldade, inclusive de indisposição de colegas de trabalho como críticas de que “queremos mostrar serviço demais” “está querendo é cargo” “se aparecer” eu já passei por isso até aqui [...]. Se você quiser trabalhar mais, se dedicar mais ainda fala que “você tá querendo cargo” [...] falam que está querendo aparecer, fazer média para o chefe (ED1)<sup>104</sup>.

A fala acima apresenta várias questões: uma crítica a pouca ou nenhuma execução da extensão rural, ocorrendo, majoritariamente, a assistência técnica, ou seja, questões mais localizadas, específicas; a existências de muitas ideias que se esbarram nos desafios da falta ou poucas condições de trabalho; nas relações pessoais e sentimento de competição com os/as colegas de serviço (que permeia questões de gênero, geração, regionalidade, tempo de empresa).

Em pesquisa realizada por Silva (2017), corrobora com os dados encontrados neste estudo, sobre a atuação profissional de assistentes sociais nas ações de assistência técnica e extensão rural, na qual indicou a existência de vários elementos que influenciam na atuação profissional no meio rural, em suas palavras:

As instituições têm suas metas, missões, resultados esperados, normatizações, condições de trabalho e pode, portanto, normatizar atribuições e competências para seus funcionários. Neste âmbito a relativa autonomia se coloca como mediação de relevo para atuação profissional, pois, tudo isto incide no conteúdo e resultado do trabalho do assistente social. Aliado a isto, as demandas dos usuários, sua realidade de vida e como a instituição interpreta suas necessidades são fatores que também interferem no resultado do exercício profissional (SILVA, 2017, p.13).

---

<sup>104</sup> Entrevista citada.

De todo modo, faz-se necessário pontuar que algumas narrativas apresentaram negociações de práticas, resistências e buscas por espaços sociais (como escolas, universidades, associações de produtores rurais) que estão em constante movimento. Como por exemplo, as experiências da ED4<sup>105</sup>, que mesmo desempenhando atividades de recursos humanos, recebe agricultores, orienta sobre temáticas de direitos humanos. Ela mesma expôs a importância e a necessidade de participar com frequência de eventos na cidade de modo a “demonstrar” à sociedade que existem profissionais que atuam nestas perspectivas para além do crédito rural.

Ao serem questionadas sobre possíveis contribuições para o desenvolvimento do município, as economistas domésticas pontuaram que seus trabalhos, de forma direta e indireta, contribuem positivamente para tal, não só atrelando às questões econômicas, mas também na tentativa de estimular autoestima dos indivíduos, através de conversas, orientação, promoção de divulgação, acesso a informações e políticas públicas. Na fala de uma delas:

Por exemplo, no Compra Direta as famílias vendem parte da produção e podem, com o dinheiro, melhorar a qualidade de vida da família, fazer algum investimento na estrutura da casa, em cultura, tentar comprar algum meio de transporte. E para o Estado é dinheiro que entra no comércio, e um bom dinheiro. Ano passado nós compramos R\$ 600.000,00 aqui no município (ED1)<sup>106</sup>.

Outra argumenta que o desenvolvimento ocorre através de:

Conhecimento para os agricultores, na verdade eu acho que é o seguinte: desenvolve a vida das famílias, que contribui para o desenvolvimento do município, entendeu? A partir das informações, a partir do acesso a política pública (ED3)<sup>107</sup>.

Diante das questões aqui explicitadas, percebe-se que algumas narrativas têm se aproximado do que é o “social” apontado por Siliprandi (2002):

O "social" de que tratamos aqui certamente abrange a dimensão produtiva e econômica, não só na preocupação com os resultados físicos ou financeiros, ou no entendimento do porquê se adota ou não uma certa tecnologia; mas na forma como se organiza essa produção, nas relações de poder que estruturam a ação das pessoas, nas implicações que os processos de organização social trazem para as mudanças concretas na vida de todos (SILIPRANDI, 2002, p. 39).

O social aqui, sem sombras de dúvidas, remete à discussão do econômico ao discutir possibilidades de desenvolvimento, de execução de políticas públicas, assessorias, diálogos

---

<sup>105</sup> Entrevista citada.

<sup>106</sup> Entrevista citada.

<sup>107</sup> Entrevista citada.

sobre violências, produção, educação, saúde, direitos, entre outros, como já dito anteriormente.

Para aprofundar essa discussão entre o social e o econômico na extensão rural, ressalta-se que esse problema está associado a uma questão muito mais complexa, considerada por Zelizer (2009) de dualidades perigosas. Essa dualidade vem da teoria das esferas separadas e dos mundos hostis, na qual a primeira tende operar de maneira distinta entre racional x emocional, social x econômico; já a compreensão dos mundos hostis diz que, quando tais esferas entram em contato, uma contamina a outra, corrompendo ambas esferas.

Esse pensamento econômico dual, datado desde o século XIX, tem ainda se perpetuado no capitalismo industrial. Assim, a autora destaca a importância de compreender como funcionam tais esferas e como elas se interligam, ao invés de tratar como esferas separadas (ZELIZER, 2009). Desse modo, pode-se ponderar que houve um esforço por parte de algumas profissionais em enfatizar questões econômicas e sociais interligadas na execução de suas atividades.

Além do exposto acima, as experiências, serviços e dificuldades aqui mencionadas pelas profissionais, permearam a economia no sentido substantivo posto por Polanyi (2012), não pensado apenas na relação lógica mercado/ meios e fins, e sim, considerar um trabalho de construção de mercados, espaços sociais, relações pessoais e de poder; dificuldades enfrentadas, envolvendo questões de geração, raça, étnica, valorização da produção, para além do capital.

Ainda concernente aos desafios percebidos pelas entrevistadas, percebeu-se que todas pontuaram dificuldades próximas umas das outras, sendo elas: realização de trabalhos localizados, específicos, resultando na prestação de assistência técnica e não da extensão rural; poucas condições de trabalho para executar suas ideias, temas/ideias de interesse e com base nas demandas das famílias agricultoras; sentimentos de competição entre os/as colegas de trabalho ao executarem seus serviços; na não valorização e reconhecimento das suas formas de atuação; e planejamento e realização de atividades exclusivas de cada um/a, como somam das atividades, e além da falta de integração do trabalho das equipes; desafios esses que terminam por desmotivar a maioria delas.

Frente às dificuldades expostas pelas economistas domésticas, uma delas ressalta que o instituto é um ambiente muito machista. Em sua análise:

E eu tenho dificuldade com isso (ambiente machista) [...] isso é o que me dói mais ainda. Eu me sinto repreendida quando estou lendo um livro sobre feminismo [...]. E aí eles acham que eu sou braba porque sou feminista. Feminismo ligada a

sexualidade, de simples fato de não gostar.... Eu sempre fui muito bem resolvida e deixei isso muito bem claro lá no Ruraltins! Não por necessidade, mas muitas vezes eu tento desmistificar. O pessoal diz assim: Ah, mulher-homem é feminista. Não tem nada a ver. Ah. Porque é nordestina e as nordestinas as mulheres são brabas, não tem nada a ver. Isso vai muito da nossa formação e ideologia do que se permitiu compreender, aprender e desenvolver no dia-a-dia, né? Na nossa concepção. Deixo isso bem claro, apesar de existir pontos de brincadeirinhas, ainda pelo fato da mulher estar no ambiente público. Nunca deixei e nunca vou deixar, me permitir que alguém tire alguma gracinha comigo! Por ser nordestina, por ser mulher, no espaço masculino. Por ser uma mulher extensionista e por estar compartilhando o mesmo ambiente que homens e mulheres e ser diminuída enquanto mulher. Isso tudo já aconteceu, né? Mas aí não me permito. E posso ser tachada de grossa, de “arengueira”, porque eu não me permito. E o fato de eu não me permitir não estou fazendo isso só por mim, faço por todas as outras colegas -que são a minoria lá- de mulheres. Lá quando pego uma briguinha com alguma coisa eu estou fazendo isso não só por mim e gostaria muito que a maioria das mulheres entendessem isso, né? Uma coisa que não vivencio isso na minha casa, com meu companheiro. Podia até vivenciar isso com meu pai pelo momento dele de criação... histórico... tudo ser totalmente diferente dos meus dias de hoje. Eu não me permito! Seria um retrocesso muito grande pra mim! (ED4)<sup>108</sup>.

Na fala acima, a entrevistada se percebe e se analisa em um ambiente machista, devido ao espaço público ainda ser concebido como locais para os homens; ser percebida com estranheza por gostar de realizar leituras sobre feminismos, notando a interpretação dos/as colegas como: “braba”, duvidando de sua opção sexual e por perceber representações negativas construídas no senso comum em torno do que é ser feminista. Esses jargões estereotipados para as mulheres feministas geralmente giram em torno da sexualidade: mulher macho, mal amada, sapatona, sem reconhecer a luta por uma sociedade mais equitativa (LISBOA, 2016).

Ainda sobre a exposição da ED4, ela apontou perceber preconceito por parte de outras colegas de trabalho, de modo que se possa ressaltar o que Lagarde pontua (1996): que as relações de gênero, ou seja, as relações de poder podem ocorrer tanto entre homens como entre mulheres, o que a autora denomina de relações intragenéricas. Nas palavras de Lisboa (2016, p.10): (...) *em cada categoria há hierarquias que enfrentam, antagonizam e localizam o domínio de mulheres sobre outras mulheres e de homens sobre outros homens.*

A questão geracional também é percebida na fala da profissional (que pode ser incorporada como uma categoria apontada por Lisboa (2016)), ao pontuar que poderia até aceitar certos posicionamentos do pai quanto às desigualdades de gênero, todavia, considera não vivenciar em casa, e por isso, não aceitaria “calada” as desigualdades de gênero no espaço de trabalho. Assim, conotações do ser mulher, ser feminista, são criadas e esperadas, no

---

<sup>108</sup> Entrevista citada.

entanto, a mesma pondera que questões de formação acadêmica e ideológica para explicar sua tomada de posição.

Ao discutir o preconceito vivido numa perspectiva entre as regiões do Brasil, a ED3 menciona ter sofrido preconceito, no momento da chegada dela no escritório junto com outra técnica vinda da região Sul, por fazer brincadeiras com seu modo de falar, de suas gírias regionais, por se “achar superior”, chegando até a delegar atividades para a mesma executar.

Neste sentido, nota-se que as desigualdades de gênero estão baseadas nas relações de poder, não só baseadas nas diferenças entre os sexos, mas também entre homens e entre mulheres (SCOTT, 1995); no entanto, outros elementos reforçam as desigualdades entre mulheres e entre homens e mulheres, como: raça, geração, etnia, classe social (MIRANDA, BARROSO, 2015). Ou seja, não basta ser mulher, feminista, nordestina, vários outros elementos tais como: nacionalidade, o curso de formação, orientação sexual, contribuem para aumento ou redução das desigualdades.

Ainda sobre algumas dificuldades apontadas, no que se refere à compreensão da extensão rural e condições de trabalho, uma das entrevistadas explica:

[...] Então, não tem como reclamarmos de “A” ou “B”, isso depende da visão deles (Governo) da importância que tem a Extensão (rural), da importância que tem o agricultor para o país... Então, tem que partir deles! Para eles darem importância ao agricultor, devem dar importância a quem trabalhar com o agricultor. Quem dá o suporte ao agricultor, todas as informações que o agricultor precisa? – São os técnicos. Para desenvolver todas essas políticas públicas precisa dos técnicos. Eu acho que nós (técnicos) não temos esse suporte (ED1)<sup>109</sup>.

Mais uma vez a narrativa ressalta para um sentimento de desvalorização do/a profissional, da falta de compreensão da extensão rural do ponto de vista de visão holística, considerando a complexidade do campo, do rural, de suas políticas públicas e da sua importância para o estado.

Desse modo, nota-se então, uma indissociável relação entre política, economia e o papel do estado para a discussão do desenvolvimento e crescimento econômico (não sinônimos), perpassando por discussões como instituições, classes, atores sociais, perspectivas de gênero.

Observa-se, a partir deste estudo, que não há políticas em relação à democracia de gênero no Ruraltins, bem como não há ações e políticas orientadas para desenvolvimento humano e sustentável. Nas palavras de Pereira e Rambla (2010):

---

<sup>109</sup> Entrevista citada.

[...] De um lado é necessário avançar na transformação das relações de gênero mediante políticas de equidade. Este tipo de ação tem uma ampla gama de possibilidades – desde políticas educativas até muitas opções de transformação cultural, políticas de identidade e construção de gênero. Por outro, são necessárias mudanças estruturais e de caráter progressista capazes de promover modelos de desenvolvimento nos quais possam ser incorporadas as dimensões de gênero. Estes dois tipos de mudanças não são mutuamente excludentes e estão inter-relacionadas (PEREIRA, RAMBLA, 2010, p.55)

A perspectiva de gênero deveria buscar satisfazer uma análise das relações entre comunidades e instituições, de modo a questionar o modelo de desenvolvimento dominante, com gestão democrática, aliado à busca de igualdade entre os gêneros e combate ao sexismo e racismo (MIRANDA, BARROSO, 2015).

Diante do exposto, percebeu-se a importância da análise da perspectiva de gênero no estudo sobre atuação profissional das economistas domésticas na execução dos serviços de assistência técnica e extensão rural, numa empresa pública de ATER, na qual as vivências e dificuldades permearam questões como, divisões bem delimitadas das áreas consideradas social, econômica e ambiental; construções e representações dos locais direcionados às mulheres, resultando em atividades de “menor valor”; reprodução social a partir dos processos de socialização que cada um dos sexos possui durante a vida.

Esta pesquisa apontou que, mesmo nos dias atuais, vários desafios colocam as profissionais de Economia Doméstica em patamares desiguais em relação aos homens devido aos comportamentos/estruturas sociais esperados para ambos os sexos no referido espaço de trabalho, mostrando que as estruturas sociais e a reprodução social são muito mais complexas e arraigadas e permeiam todo cotidiano. No entanto, algumas atividades, situações não ocorrem sem que haja resistências e conflitos.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar as ações/atividades desempenhadas por economistas domésticos/as nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), verificando se há ou não um reforço das relações de gênero nas atividades desenvolvidas, segundo suas percepções e analisadas numa perspectiva de gênero. Desse modo, verificou-se a existência de apenas cinco mulheres no cargo de extensionista rural, formadas em Economia Doméstica, no Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (Ruraltins), órgão público estadual de execução de serviços de ATER. Com exceção da pesquisadora, quatro economistas domésticas participaram da pesquisa.

Este estudo apontou que o curso de Economia Doméstica foi uma profissão estereotipada como feminina, pensada como uma extensão da reprodução do cuidar da casa e da família no espaço público, fruto de um sistema patriarcal e capitalista. No entanto, com o passar dos anos, este fato não foi alterado exponencialmente devido a fortes e arraigadas representações sociais de gêneros que reforçam a divisão sexual do trabalho, no caso deste estudo, na execução de serviços de ATER no Ruraltins. Assim, os processos de socialização continuam a perpetuar nos diferentes espaços e estereótipos destinadas aos gêneros, a partir de sua “natureza” biológica para homens e mulheres, apontando para uma desigualdade de gênero. Porém, ao considerar a perspectiva de gênero proposta por Lagarde (1996), a reprodução desses estereótipos para homens e mulheres pode ser alterada de acordo com a cultura e historicamente, e reconhecer essa perspectiva política, científica e analítica criada desde o feminismo.

Também foi possível verificar que, o processo de inserção dos serviços de ATER no Brasil teve suas origens embasadas nas ideias propagadas pelos Estados Unidos, constituído por instituições públicas e privadas, a partir de um contexto histórico e político que influenciou determinadas ações. Essas ações, como, a difusão tecnológica e implementações agrícolas, levou a uma série de críticas acerca da visão dessa forma de desenvolvimento, bem como incorporou processos de educação diferenciada para os sexos quando pensada para a extensão rural, além de tomar como um processo de transferência de conhecimentos de técnicos para agricultores/as.

Críticas a esse modelo de extensão rural acarretou a construção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), em 2003. Esta política teve como objetivo, retomar um viés participativo, de democratização e de construção de conhecimentos dialéticos, além de enfatizar a participação de equipes multidisciplinar e interdisciplinar. E foi

a partir desse critério de inserção de equipes multidisciplinares, que houve o primeiro concurso público da Secretária da Administração do Tocantins a incluir os/as profissionais de Economia Doméstica no Ruraltins.

A metodologia da história oral permitiu revisitar as memórias de profissionais formadas em Economia Doméstica, trazendo para o estudo sentimentos e percepções referentes a sua atuação profissional e das relações pessoais no ambiente de trabalho, assim como, vivências da graduação e experiências (acadêmicas ou não), dados esses não apresentados em documentos oficiais.

As atividades das economistas domésticas variaram de acordo com a estrutura organizacional do órgão, metas e condições de trabalho; mas também conforme a quantidade de servidores/as atuantes nos escritórios; a depender do local de atuação, sendo eles: central, regionais e locais.

As profissionais atuantes nos escritórios central e regionais expuseram executar atividades de coordenação, supervisão, fiscalização e de orientação aos/às diversos/as servidores/as, enquanto as atividades realizadas pelas profissionais no âmbito municipal, tenderam a executar políticas públicas destinadas à agricultura familiar e atender a demandas junto aos/às agricultores/as familiares da região.

Algumas dessas demandas e temáticas trabalhadas foram: organização social (seja através de associações, cooperativas ou grupos informais); orientação, divulgação e execução de projetos, programas e políticas públicas direcionadas às famílias agricultoras; cultivo, cuidados e preparos de alimentos; agregação de valores de produtos; segurança alimentar; higiene; violência de gênero; cidadania; direitos humanos; boas práticas de fabricação e manipulação de alimentos; geração de renda, dentre outros.

Neste sentido, mesmo que mulheres estejam no espaço público, com formação de ensino superior, há uma realização de práticas socialmente atreladas ao espaço doméstico e de representações femininas, ao trabalhar com os temas da alimentação, saúde, resolução de conflitos. Essas questões tendem a influenciar um significado nas estruturas sociais como locais, temas e elementos simbólicos das atribuições de mulheres, a partir de uma divisão sexual do trabalho. Todavia, ressalta-se que contradições eram mencionadas pelas entrevistadas, de modo que, em determinados momentos, as profissionais apresentavam negociações, resistências e busca por espaços sociais, resultando num constante movimento de avanços, permanências e regressões no que se refere às suas atuações profissionais.

Durante as narrativas, as economistas domésticas colocaram em pauta situações e desafios que permearam questões de gênero, durante o curso, nas suas experiências



profissionais, bem como, nas atuações profissionais nas práticas de seus serviços de ATER e em relação a outros servidores/as.

Desafios foram apontados pelas entrevistadas, sendo eles: condições de trabalho, situações de não reconhecimento e desvalorização por parte da equipe de trabalho e do próprio estado em relação ao trabalho executado; realização de assistência técnica (algo específico) e não de extensão rural (educação continuada, troca e construção de saberes), bem como, um sentimento unânime de ser apenas um critério da PNATER para a empresa (possuir uma equipe multidisciplinar).

Desse modo, fatores preponderantes para o exercício de suas atividades foram: o local de trabalho em que se encontram (escritório central, regional ou Unidades Locais de Execução), a quantidade de profissionais com as quais compartilham suas atribuições, e, principalmente, a estrutura e condições de trabalho.

O estudo também apontou que, mesmo que as profissionais tivessem apresentado distintas experiências, durante e depois da graduação em Economia Doméstica, quando todas narraram sobre suas atividades no Ruraltins, a política e a estrutura organizacional da instituição, são preponderantes para o exercício ou não de suas funções e práticas.

Dessa maneira, a formação, as experiências vivenciadas, durante e após a graduação, realização de pós-graduação, não são suficientes para diferenciá-las e/ou realizar atividades de interesses ou necessidades, já que o funcionamento da instituição molda e limita o trabalho a ser desempenhado.

Neste sentido, nota-se que a formação acadêmica e a atuação profissional são elementos dentro de uma estrutura maior e mais complexa, que impactam a vida dessas mulheres, com códigos morais, sistemas de valores e relações de poder construídas e marcadas fortemente pelas relações de gênero, classe, raça, etnia, geração e regionalidades, no qual esta pesquisa pôde se aprofundar na perspectiva de gênero.

De modo geral, através das pesquisas documentais verificou-se que a extinção dos cursos de Economia Doméstica ocorreu devido a vários fatores: críticas oriundas dos movimentos feministas; ausência de uma estrutura curricular mais crítica e politizada sobre as mulheres, família, trabalho doméstico, mercado de trabalho, direitos; mudança na composição familiar; novas possibilidades de acesso à entrada das mulheres nas Universidades e no mercado de trabalho. Além disso, no âmbito dos serviços da extensão rural, os trabalhos desenvolvidos pelos/as profissionais da área social têm recebido menos investimentos quando comparado à área econômica, indicando uma desvalorização pelo social.

Vale destacar que a extinção dos cursos de Economia Doméstica ocorre com a plena ascensão da economia *mainstream* no Brasil, resultando, exclusivamente, nesta forma de analisar, ou seja, de forma racional, numa lógica de mercado; dificultando e reduzindo estudos e pesquisas referentes ao Estado, espaço doméstico, das relações familiares, das relações de gênero, geração, raça, etnia, dentre outras categorias necessárias para a compreensão da economia.

Nota-se com isso, a necessidade e a importância de compreender as dualidades entre: o público e o privado; trabalho doméstico e mercado de trabalho; econômico e social; do cuidado; das famílias, de modo a compreender o funcionamento dessas esferas de modo vinculado e não dissociado.

Apesar de a pesquisa pretender analisar, se há ou não reforço das relações de gênero nas atividades desenvolvidas por economistas domésticas, em sua atuação profissional, percebeu-se que embora as entrevistadas executassem atividades socialmente construídas para mulheres, e, por vezes, enfatizar como serem melhores para executá-las (como resoluções de conflitos), duas das entrevistadas relacionaram esse olhar com a formação. E outras duas explicitaram ao fato de serem mulheres e terem essa “sensibilidade”, reforçando os estereótipos criados para as mulheres.

Entretanto, economistas domésticas também realizaram críticas, durante sua atuação, referentes a: situações de violência de gênero, democracia e desigualdades de gênero, ao abordarem certos temas com as famílias/pessoas atendidas, assim como com seus/suas colegas de trabalho, de modo a perceber que as entrevistadas também compõem lugares e representações de tensões, conflitos e resistências.

Dessa maneira, para compreender o universo de uma profissão inicialmente pensada de mulheres para mulheres, deve-se considerar as construções sociais mutáveis; questionar as polaridades entre o universo feminino e o masculino; refletir sobre a constituição das esferas separadas: do doméstico como sendo do feminino e do público- como masculino.

Assim, os temas aqui discutidos como desigualdades de gênero, divisão sexual do trabalho, hierarquia dos valores associados ao trabalho, categorias como: classe, raça, geração, regionalidades são enfoques fundamentais para uma compreensão e aprofundamento no que se refere à discussão de desenvolvimento regional numa perspectiva de gênero.

A perspectiva de gênero, neste estudo, visibilizou uma profissão geralmente exercida por mulheres, apontou questões, ações e desafios que elas vivenciaram em sua atuação profissional, concernentes às normas, símbolos, crenças e valores quanto aos gêneros;

apresentaram também resistências e proposições de lutas, críticas e questionamentos da ordem cotidiana das relações com os/as colegas de trabalho.

Nota-se, então, a necessidade de visibilizar, valorizar e reconhecer os trabalhos realizados pelas profissionais, já que as necessidades do público atendido, bem como para o funcionamento do Instituto não se reduzem a bens e serviços, apenas, mas também às questões administrativas, de bem estar, cuidados, afetos, relações sociais, acesso a informações e políticas públicas, contribuição no processo de auto-organização dos grupos/associações, incentivo como sujeitos políticos, fortalecimento da autonomia dos sujeitos, dentre outros aspectos nem sempre possíveis quantificar.

Estabelecer redes de comunicação entre as profissionais, para que elas possam criar propostas, a partir dos mecanismos sociais disponíveis, no órgão, sistematizar, escrever e difundir artigos de suas experiências, visando criar um espaço de força, criatividade, filosófica e política, podem ser estratégias para resistir a esse complexo sistema opressor e desigual.

Longe de esgotar o tema, inquietações surgem a partir desta pesquisa: como “novas” relações podem ser construídas numa possível igualdade de relações entre e intra os gêneros nas instituições públicas? As formas e olhares durante a intervenção das profissionais promovem indivíduos conservadores ou promotores de autonomia e emancipação social, política e econômica das famílias atendidas? É possível ocorrer desenvolvimento (seja ele econômico, social, rural, humano) sem considerar a perspectiva de gênero? Quais as relações entre desenvolvimento e a perspectiva de gênero?

## FONTES ORAIS

- ED1- Entrevista realizada no dia 30 de novembro de 2018;
- ED2- Entrevista realizada em 29 de novembro de 2018;
- ED3- Entrevista realizada em 06 de dezembro de 2018;
- ED4- Entrevista realizada em 30 de novembro e 01 de dezembro de 2018.

## FONTES ESCRITAS (OFICIAIS)

BRASIL, **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC**. Brasília, 2017. Disponível em: < <http://emec.mec.gov.br/> > Acesso em: 20 nov. 2019.  
BRASIL, Lei 8.042 de 13 de junho de 1990.

**Cria os Conselhos Federal e Regionais de Economistas Domésticos, regula seu funcionamento, e dá outras providências**. Brasília, DF, 13 de jun. 1990. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1989\\_1994/L8042.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1989_1994/L8042.htm) > Acesso em: 15 nov. 2018.

BRASIL, **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Ministério do desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, maio de 2004. Disponível em: < [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/Pnater.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Pnater.pdf) > Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. Edital nº 001/quadro-geral/2012, de 04 de maio de 2012. **Concurso público para provimento de cargos do quadro-geral de servidores do poder executivo**. Brasília, 04 de mai. 2012. Disponível em: <[http://sistemas2.secad.to.gov.br/gcs/export/sites/default/portal\\_secad/Concursos/Quadro\\_Geral\\_2012/Edital\\_de\\_Abertura\\_Quadro\\_Geral.pdf](http://sistemas2.secad.to.gov.br/gcs/export/sites/default/portal_secad/Concursos/Quadro_Geral_2012/Edital_de_Abertura_Quadro_Geral.pdf)> Acesso em: 03 mar. 2018.

BRASIL. Lei de nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER**. Brasília, DF, 21 de jan. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm)> Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 2.806, de 12 de dezembro de 2013. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração - PCCR do Quadro de Profissionais de Extensão Rural do Estado do Tocantins e adota outras providências. **Publicada no Diário Oficial nº 4.024**. Tocantins, Brasil. Brasília, 12 de dez. 2013. Disponível em: <

[http://sistemas2.secad.to.gov.br/gcs/export/sites/default/portal\\_secad/pccr/suacarreira/lei\\_2806-2013\\_ruraltins.pdf](http://sistemas2.secad.to.gov.br/gcs/export/sites/default/portal_secad/pccr/suacarreira/lei_2806-2013_ruraltins.pdf)> Acesso em: 12 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 7.387 de 21 de outubro de 1985. **Dispõe sobre o exercício da profissão de Economista Doméstico e dá outras providências.** Brasília, DF, out. 1985. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7387.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7387.htm)> Acesso em: 10 nov. 2018.

BRASIL. Universidade Federal de Viçosa. **Curso de Graduação em Economia Doméstica/ Histórico.** Disponível em: <[http://www.ecd.ufv.br/?page\\_id=5](http://www.ecd.ufv.br/?page_id=5)> Acesso em: 13 dez. 2018.

CFED. **Conselho Federal de Economistas Domésticos.** Disponível em: <<http://www.cfed.org.br/>> Acesso em: 20 nov. 2018.

UFC – UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Resolução nº35/ CONSUNI, 13 de julho de 2015.** Aprova a extinção do Curso de Graduação em Economia Doméstica, bacharelado, na modalidade presencial, da Universidade Federal do Ceará. Disponível em: <[http://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/consuni/resolucao\\_consuni\\_2015/resolucao35\\_consuni\\_2015.pdf](http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/consuni/resolucao_consuni_2015/resolucao35_consuni_2015.pdf)> Acesso em: 15 dez. 2018.

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Economia Doméstica.** Disponível em: <<http://www.ufrpe.br/br/content/economia-domestica>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

UFRRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. **Deliberação nº 45, de 13 de maio de 2013.** Rio de Janeiro, 13 de mai. 2013. Disponível em: <[http://www.ufrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/cepe/Deliberacoes\\_2013/Delib045CEPE2013.pdf](http://www.ufrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/cepe/Deliberacoes_2013/Delib045CEPE2013.pdf)> Acesso em 10 dez. 2018.

UFV – UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Pós-Graduação Stricto Sensu em Economia Doméstica/Linhas de Pesquisa.** Disponível em: <[http://www.ppged.ufv.br/?page\\_id=734](http://www.ppged.ufv.br/?page_id=734)> Acesso em: 10 nov. 2018.

UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Curso de Graduação em Serviço Social/ Histórico.** Disponível em: <[http://www.ses.ufv.br/?page\\_id=5](http://www.ses.ufv.br/?page_id=5)> Acesso em: 12 dez. 2018.

UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Curso de Graduação em Serviço Social/ Histórico.** Disponível em: <[http://www.ses.ufv.br/?page\\_id=5](http://www.ses.ufv.br/?page_id=5)> Acesso em: 12 dez. 2018.

UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Economia Doméstica.** Viçosa, MG, julho 2012. Disponível em: <<http://www.ded.ufv.br/antigo/docs/ProjetoPoliticoPedagogico-ded.pdf>> Acesso em: 15 dez. 2018.

UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Economia Doméstica**. Viçosa, MG, julho 2012. Disponível em: <<http://www.ded.ufv.br/antigo/docs/ProjetoPoliticoPedagogico-ded.pdf>> Acesso em: 15 dez. 2018.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de ciências & Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 01, p. 137-157, 1998. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8932/5051>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

AMARAL JUNIOR, José Carlos. Novas questões sobre o curso superior de Economia Doméstica no Brasil: história, extinção e memória. **Revista Espaço Acadêmico**, Paraná, v. 17, n. 194, p. 51-59, jul. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/33653/19740>> Acesso em: 10 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Economia Doméstica: Adaptação, Transformação ou extinção?** 2º Edição- revisada e comentada, São Paulo: Editora Perse, 2016. 83p.

\_\_\_\_\_. Educação para mulheres: análise histórica dos ensinamentos de Economia Doméstica no Brasil. **Revista HISTEDBR On line**, Campinas, v. 13, n. 52, p. 275-285, set. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640242>> Acesso em: 8 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Questões contemporâneas sobre o ensino de Economia Doméstica no Brasil: 61 anos depois. **Revista Espaço Acadêmico**, Paraná, v. 13, n. 155, p. 81-86, abr. 2014.

AMARAL JUNIOR, José Carlos; ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas. A cientificação do doméstico e a influência do capital: Estado, ideologia e a economia doméstica no Brasil. XII Colóquio nacional e V colóquio Internacional do Museu pedagógico. **Artigo**. 26 a 29 de setembro de 2017. Disponível em: <[http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/6950/pdf\\_642](http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/6950/pdf_642)> Acesso em: 20 nov. 2019.

ANDRADE, Silvana Luna. **Desenvolvimento local, agricultura familiar e povos tradicionais: uma análise em torno da assistência técnica e extensão rural no estado de Tocantins**. 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/5521>> Acesso em: 11 dez. 2018.

ANDRADE, Silvana Luna; JESUS, Paulo. Desenvolvimento local, agricultura familiar e povos tradicionais: uma análise em torno da assistência técnica e extensão rural no Estado do Tocantins. **OIKOS: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, v. 27, n. 02, 2016.

Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/ojs/oikos/article/view/3737/1996>> Acesso em: 20 mar. 2018.

ANDRADE, Thiago Oliveira; GANIMI, Rosangela Nasser. Revolução verde e a apropriação capitalista. **Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Minas Gerais**, v. 21, p.43-56, 2007. Disponível em: <[https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao\\_verde.pdf](https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf)> Acesso em: 01 mar. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11º ed. Tradução de Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012. p. 160.

\_\_\_\_\_. Capital simbólico e classes sociais. Tradução de Fernando Pinheiro  
Introdução e notas de Loïc Wacquant, **Revista: Scielo**. Novos estudos. – CEBRAP, São Paulo, n. 96, p. 105-115, 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002013000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000200008)> Acesso em: 14 abr. 2018.

BRASIL, **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>> Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to.html?>> Acesso em: 01 mar. 2019.

BRASIL, Lei 8.042 de 13 de junho de 1990.  
**Cria os Conselhos Federal e Regionais de Economistas Domésticos, regula seu funcionamento, e dá outras providências**. Brasília, DF, 13 de jun. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1989\\_1994/L8042.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1989_1994/L8042.htm)> Acesso em: 15 nov. 2018.

BRASIL, Lei de nº 13.019, de 31 de julho de 2014. **Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999**. Brasília, 21 de jul. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019compilado.htm)> Acesso em: 29 dez. 2019.

BRASIL, Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a Formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos**



**Familiares Rurais.** Brasília, DF, 24 de jun. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)> Acesso em: 18 fev. 2019.

**BRASIL, Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Ministério do desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, maio de 2004. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/Pnater.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Pnater.pdf)> Acesso em: 10 ago. 2018.

**BRASIL, Resolução N°466, de 12 de dezembro de 2012.** Ministério da Saúde: Conselho Nacional de Saúde. Brasília, 12 de dez. 2012 Disponível em: <[http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html)> Acesso em: 15 dez. 2019.

**BRASIL.** Edital n° 001/quadro-geral/2012, de 04 de maio de 2012. **Concurso público para provimento de cargos do quadro-geral de servidores do poder executivo.** Brasília, 04 de mai. 2012. Disponível em: <[http://sistemas2.secad.to.gov.br/gcs/export/sites/default/portal\\_secad/Concursos/Quadro\\_Geral\\_2012/Edital\\_de\\_Abertura\\_Quadro\\_Geral.pdf](http://sistemas2.secad.to.gov.br/gcs/export/sites/default/portal_secad/Concursos/Quadro_Geral_2012/Edital_de_Abertura_Quadro_Geral.pdf)> Acesso em: 03 mar. 2018.

**BRASIL.** Lei de n° 12.188 de 11 de janeiro de 2010. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER.** Brasília, DF, 21 de jan. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm)> Acesso em: 20 abr. 2018.

**BRASIL.** Lei n° 2.806, de 12 de dezembro de 2013. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração - PCCR do Quadro de Profissionais de Extensão Rural do Estado do Tocantins e adota outras providências. **Publicada no Diário Oficial n° 4.024.** Tocantins, Brasil. Brasília, 12 de dez. 2013. Disponível em: <[http://sistemas2.secad.to.gov.br/gcs/export/sites/default/portal\\_secad/pccr/suacarreira/lei\\_2806-2013\\_ruraltins.pdf](http://sistemas2.secad.to.gov.br/gcs/export/sites/default/portal_secad/pccr/suacarreira/lei_2806-2013_ruraltins.pdf)> Acesso em: 12 nov. 2018.

**BRASIL.** Lei n° 7.387 de 21 de outubro de 1985. **Dispõe sobre o exercício da profissão de Economista Doméstico e dá outras providências.** Brasília, DF, out. 1985. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7387.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7387.htm)> Acesso em: 10 nov. 2018.

**BRASIL.** Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Saiba como obter a declaração de aptidão ao PRONAF (DAP).** Brasília, 31 de jul. 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/saiba-como-obter-declara%C3%A7%C3%A3o-de-aptid%C3%A3o-ao-pronaf-dap>> Acesso em: 26 dez. 2018.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **SAF/Sobre o programa**. Brasília, DF, 15 de out. 2014. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>> Acesso em: 26 dez. 2018.

BRASIL. Universidade Federal de Viçosa. **Curso de Graduação em Economia Doméstica/Histórico**. Disponível em: <[http://www.ecd.ufv.br/?page\\_id=5](http://www.ecd.ufv.br/?page_id=5)> Acesso em: 13 dez. 2018.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalhadoras brasileiras dos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas. **Revista: mulher e trabalho**, São Paulo, Porto Alegre: FEE, v. 2, p. 95-106, 2002. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2681/3003> > Acesso em: 13 dez. 2018.

BURGINSKI, Vanda Micheli. Educação e gênero: uma leitura sobre as pedagogias feministas no Brasil (1970-1990). **Revista de Ciências da Educação Unisal - Americana/ SP**. Ano XIII- N 24, 2011. P. 569-593.

CAPORAL. Francisco Roberto. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. Dissertação de Mestrado. Santa Maria, RS. 1991.

\_\_\_\_\_. **Lei de ATER: Exclusão da agroecologia e outras armadilhas**. Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Fortaleza/CE – 12 a 16/12/2011.

CFED. **Conselho Federal de Economistas Domésticos**. Disponível em: <<http://www.cfed.org.br/>> Acesso em: 20 nov. 2018.

DAVID. Priscila. História Oral: metodologia do Diálogo. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, UNESP, v. 9, n. 1, p. 157-170, 2013. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/viewFile/313/601> > Acesso em: 15 mar. 2018.

DIAS, Maria Odila Leite Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Org.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p.39-53.

DINIZ, Raphael Fernando; HESPANHOL, Antônio Nivaldo. Da ABCAR à ANATER: trajetória e desafios da extensão rural para o Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014, Vitória, **Anais**. Vitória, 2014 ISBN: 978-85-

98539-04-1. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nivaldo/Publica%e7%f5es-nivaldo/2014/ARTIGO%20ENG-2014-ATER.pdf>

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos avançados**, São Paulo, vol.17, n.49, p. 151-172, dez., 2013. ISSN 0103-4014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25 jan. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300010>.

ENGLAND, Paula; FOLBRE, Nancy. Gender and Economic Sociology. In: SMELSER, J. NEIL; SWEDBERG, Richard (org.). **The handbook of economic sociology**. New York: Editora Second, 2005. 627-649

ESTADO DO TOCANTINS. **Abrangência do RURALTINS**. Disponível em: <<http://sistemas.ruraltins.to.gov.br/contatos/>> Acesso em 10 nov. 2018.

ESTADO DO TOCANTINS. **Conheça o RURALTINS- Histórico**. Disponível em: <<https://ruraltins.to.gov.br/institucional/conheca-o-ruraltins/>> Acesso em 15 mar. 2018.

FERNANDES, Raquel Aragão Uchôa; BOTELHO, Maria Izabel Vieira. A reestruturação da Extensão Rural: da tecnologia à valorização dos vínculos. In: NORA, Beatriz Presno Amadeo; HÉCTOR Alimonda (Org.). **Ruralidades: capacitação e desenvolvimento**. Viçosa-MG: Editora UFV, 2006. v. 1, p. 1-14.

FERREIRA, Nilce Vieira Campos. Ensino profissionalizante: economia rural doméstica em Uberaba In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação, Circuitos e Fronteiras, 2013, Cuiabá. **Artigo**. Cuiabá: 2013. p. 1-15. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/ENSINO%20PROFISSIONALIZANTE-ECONOMIA%20RURAL.pdf>> Acesso em: 14 dez. 2018.

FREITAS, Sônia Maria. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. 2ª Ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. p.142. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=h2BdKh7y170C&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>> Acesso em: 12 jul. 2018.

GRECCO, Fabiana Sanches. O viés androcêntrico da ciência econômica e as críticas feministas ao *homo economicus*. **Revista Temática**, Paraíba, v. 26, n. 52, p.105-134, ago/dez, 2018. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/3354>> Acesso em: 20 mar. 2019.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, Maranhão, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez, 2007.

HIRSCH, P.; MICHAELS, Stuart.; FRIEDMAN, Ray. “Mãos sujas” versus “modelos limpos: estará a sociologia em risco de ser seduzida pela economia? In: MARQUES, Rafael; PEIXOTO, João (Org.). **A nova sociologia econômica**. Oeiras: Celta Editora, 2003. p.103-124.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tocantins**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=to>> Acesso em: 10 jul. 2017.

LAGARDE, Marcela. **La perspectiva de género, en genero y feminismo**. Desarrollo humano y democracia. 1996., p. 13-38.

LANG, Alice Beatriz da Silva. História oral: procedimentos e possibilidades. In: LANG, Alice Beatriz da Silva (ORG). **Desafios da pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Ceru. Textos 8- Série 2, 2001.

LEITE, Elaine da Silveira. Entre a economia e a crítica feminista da “racionalidade”: um esboço dos cursos de economia doméstica no Brasil. **Política & Sociedade**, v. 15, n. 33, p. 254-281, 2016. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15n33p254/32896>> Acesso em: 15 dez. 2017.

LIMA, Antônio Luiz. O papel da UREMG no desenvolvimento da extensão. In: SOUSA, Diogo Tourino; MORENO, Andrea; NEVES, Clóvis Andrade; VIEIRA, Luciano Baião (Org.) **Práticas e reflexões na extensão universitária: a experiência da Universidade Federal de Viçosa**. Viçosa: Editora UFV, 2017. p. 89-106. ISBN: 978-85-7269-580-0.

LISBOA, Teresa Kleba. Democracia de gênero: é possível um pacto entre as mulheres? **Revista Feminismos**, Bahia, Volume 4, nº1, 2016. Disponível em: < <http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/viewFile/200/193>> Acesso em: 20 jan. 2016.

LOPES, Maria de Fátima; SILVA, Patrícia Fernanda Gouveia da; SOUSA, Natenielli Teixeira de. Economia Doméstica e prática extensionista: Imagens e Memórias de campo disciplinar. In: SOUSA, Diogo Tourino; MORENO, Andrea; NEVES, Clóvis Andrade; VIEIRA, Luciano Baião (Org.). **Práticas e reflexões na extensão universitária: a experiência da Universidade Federal de Viçosa**. Viçosa: Editora UFV, 2017. p. 107- 129. ISBN: 978-85-7269-580-0.

LOPES, Maria Fátima. A história de um campo acadêmico feminino no Brasil. In: **IX CONGRESSO IBEROAMERICANO DE CIENCIA, TECNOLOGÍA Y GÉNERO, Sevilla**. 2012. Disponível em: <  
<https://www.bing.com/search?q=A+hist%C3%B3ria+de+um+campo+acad%C3%AAmico+feminino+no+Brasil.+&q&form=QBRE&sp=-1&pq=&sc=0-0&sk=&cvid=FA63C25A9BBC43F89F6855675FFF09A5>> Acesso em: 06 fev. 2018.

MAGALHÃES, Consuelo Salvaterra; GUEDES, Renato Celestino. Perfil histórico do curso de economia doméstica implementado na década de 1960 na UFRURAL-RJ. **XX Encontro Brasileiro de Economia Doméstica, VIII Encontro Latino Americano de Economia Doméstica, I Encontro Intercontinental de Economia Doméstica. Fortaleza- CE**. 2009. Disponível em: < [http://www.xxced.ufc.br/arqs/gt4/gt4\\_20.pdf](http://www.xxced.ufc.br/arqs/gt4/gt4_20.pdf)> Acesso em: 14 out. 2018.

MENDONÇA, Sonia Regina. Ensino agrícola e influência norte-americana no Brasil (1945-1961). **Tempo**, v. 15, n. 29, 2010. Disponível em: <  
<http://www.scielo.br/pdf/tem/v15n29/06.pdf>> Acesso em: 13 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. O papel dos técnicos extensionistas como intelectuais orgânicos. **XIV Encontro Regional da ANPUH- Rio. Associação Nacional de História**. Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010. Disponível em: <  
[http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276031685\\_ARQUIVO\\_trabalhoNTEGRALSONIA\\_versaofinal\\_.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276031685_ARQUIVO_trabalhoNTEGRALSONIA_versaofinal_.pdf)> Acesso em: 12 dez. 2018. ISBN: 978-85-60979-08-0

MIRANDA, Cynthia Mara; BARROSO, Milena Fernandes. Desenvolvimento Regional na perspectiva de gênero na região Norte Brasileira: Limites e possibilidades. In: Miranda, Cynthia Mara; *et al.* (Org.). **Gênero, Desenvolvimento e Território: novas semânticas e antigas práticas**. Manaus: Editora Valer, UEA edições, 2015. p.71-84. ISBN: 978-85-7512-798-8.

NÓBREGA, Terezinha Petrucia. Corpo, percepção e conhecimento em Merleau- Ponty. **Estudos de Psicologia**, Rio Grande do Norte, v.13, n.2, p. 141-148, ago. 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v13n2/06.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2019.

OIKOS: **Família e Sociedade em Debate**. Disponível em: < <https://periodicos.ufv.br/oikos> > Acesso em: 11 dez. 2018.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n.2, p. 305- 332, set. 2008. Disponível em: <  
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000200002/8618>> Acesso em: 12 mar. 2018.

OLIVEIRA, Ana Carla Menezes. Economia doméstica: origem, desenvolvimento e campo de atuação profissional. **Vértices**, Fluminense, v. 8, n. 1/3, p. 77-88, jan./dez. 2006. Disponível em: < <http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20060006>> Acesso em: 03 abr. 2018.

OLIVEIRA, Anna Paula Garcia. CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Violência doméstica na perspectiva de gênero e políticas públicas. **Revista Brasileira de Crescimento Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 39-51, out. 2007. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v17n1/04.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2018.

OLIVEIRA, Rozilene Coutinho; MELO, Maria de Fátima Massena. Associação Brasileira de Economistas Domésticos- ABED: Quatro décadas, múltiplos desafios. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 22, n. 1, p. 257-266, jun. 2011. Disponível em: < <https://periodicos.ufv.br/ojs/oikos/article/view/3603/1879>> Acesso em: 15 jan. 2019.

PARENTE, Temis Gomes. Desenvolvimento regional na perspectiva de gênero. **Revista Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. São Paulo, n. 45, p. 269- 284, dez. 2012. ISSN: 2176-2767. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/15015/11209>> Acesso em: 20 mar. 2018.

PARENTE, Temis Gomes. Gênero e Memória de mulheres desterritorializadas. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 99-111, jan.-jun. 2007. Disponível em: < <http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF14/Temis%20Gomes.pdf> > Acesso em: 10 jan. 2018.

PARPET, Marie. France Garcia. A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-em-sologne. **Estudos Sociedade e Agricultura**, abr. 2003, p. 5-44. Disponível em: < [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2920606/mod\\_resource/content/1/2003\\_Garcia-Parpet\\_A%20construcao%20social%20de%20um%20mercado%20perfeito.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2920606/mod_resource/content/1/2003_Garcia-Parpet_A%20construcao%20social%20de%20um%20mercado%20perfeito.pdf)> Acesso em: 12 mai. 2018.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História (São Paulo)**, v. 24, n. 1, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2018.

PEIXOTO. Marcus. Consultoria Legislativa do Senado Federal. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Brasília, DF, 2008. INSS: 1983- 0645. Disponível de:< <http://www.assema-ematerce.com.br/pdf/abordagem.pdf> > Acesso em: 15 jan. 2018.

PEREIRA, Rosângela Saldanha; RAMBLA, Frances Xavier. Pensamento econômico feminista sobre desenvolvimento: breve viagem através do tempo. **Revista Políticas Públicas**. São Luís, v.14, n.1, p. 47-57, jan./jun., 2010. Disponível em: <

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/351/769> > Acesso em: 01 fev. 2019.

PINHEIRO, Camila Fernandes. A economia doméstica como forma de controle sobre a mulher do campo: extensão rural e trabalho feminino no Brasil (1948-1974). In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13<sup>th</sup> Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), 2017. **Artigo**. Florianópolis: 2017. p. 01- 12. ISSN: 2179-510X.

\_\_\_\_\_. **Estado, Extensão Rural e Economia Doméstica no Brasil (1948-1974)**. 2016a. 183 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Fluminense. Niterói, RJ, 2016a. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/2038.pdf>> Acesso em: 20 de jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Gênero e Extensão Rural: a Universidade Rural de Minas Gerais e o saber voltado para mulheres (1952- 1969). Entre o local e global, 2016b. Rio de Janeiro. **Artigo**. Rio de Janeiro: Anais do XVII Encontro de História da Anpuh. ISBN: 978-85-65957-05-2. p. 01-09. Disponível em: <[http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465603784\\_ARQUIVO\\_AnpuhRJ2016\\_CamilaPinheiro.pdf](http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465603784_ARQUIVO_AnpuhRJ2016_CamilaPinheiro.pdf)> Acesso em: 10 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Mulheres e extensão rural no Brasil (1948-1970). In: Lugares dos historiadores velhos e novos desafios. 27 a 31 de julho de 2015, Florianópolis. **Artigo**. Florianópolis: XXVIII Simpósio Nacional de História. p. 01-11.

PINTO, Célia Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, v.18, n. 36, p.15-23, junho- 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2019.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 337p.

\_\_\_\_\_. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. 384p. ISBN: 978-85-7866-076-5.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2018.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996. Disponível em:

<[https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819739/mod\\_resource/content/1/PORTELLI,%20Alessandro%20%E2,%80%93%20A%20Filosofia%20e%20os%20fatos.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819739/mod_resource/content/1/PORTELLI,%20Alessandro%20%E2,%80%93%20A%20Filosofia%20e%20os%20fatos.pdf)> Acesso em: 10 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. História Oral como gênero. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro. **Projeto História. Revista do programa de estudos pós- graduados de história**, São Paulo, v. 22, p. 09- 36, jun., 2001. INSS: 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/10728>> Acesso em: 20 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente. **Projeto História. Revista do programa de estudos pós- graduados de história**, São Paulo, v. 14, p. 25- 39, fev. 1997a, Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro e Revisão técnica: Dea Ribeiro Fenelon. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233/8240> > Acesso em: 12 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre ética na História Oral. **Projeto História. Revista do programa de estudos pós- graduados de história**, São Paulo, v. 15, p. 13-49, 1997b. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11215/8223>> Acesso em: 10 mar. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p. 2º edição.

RURALTINS. **Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (Ruraltins)**. Disponível em: <<https://ruraltins.to.gov.br/institucional/>>. Acesso em 12 fev. 2018.

SALVATICI, Silvia. Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. In. **Revista da Associação Brasileira de História oral**. v. 8, n.1, São Paulo, jan./jun. 2005.

SARDENBERG, Cecília M. B.; MACEDO, Márcia S. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. p. 33- 48. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; et al. (Org.). **Ensino e Gênero: Perspectivas Transversais**. Salvador: NEIM/UFBA, 2008. p.247 ISBN: 978-85-60667-90-1. Disponível em: <[http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/ENSINOeGENERO\\_miolo\\_FINAL.pdf](http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/ENSINOeGENERO_miolo_FINAL.pdf)> Acesso em: 10 jan. 2018.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, julho/dez, 1995. Disponível em: <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>> Acesso em: 21 set. 2017.

\_\_\_\_\_. O enigma da Igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30. jan.abr/2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000100002/7778> > Acesso em: 21 set. 2017.



\_\_\_\_\_. Os usos e abusos do gênero. Traduzido por: Ana Carolina E. C. Soares. **Projeto História. Revista do programa de estudos pós- graduados de história**, São Paulo, v. 45, p. 327 -351, dez., 2012.

SILIPRANDI, Emma. Desafios para a extensão rural: o “social” na transição agroecológica. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 3, n. 3, jul/set., 2002. Disponível em: <[http://www.pvnocampo.com/agroecologia/desafios\\_para\\_a\\_extensao\\_rural.pdf](http://www.pvnocampo.com/agroecologia/desafios_para_a_extensao_rural.pdf)> Acesso em: 23 jan. 2018.

SILVA, Eliana Andrade. Atuação do assistente social nas ações de assistência técnica e extensão rural: elementos para reflexão. In: Sobre o trabalho da/do assistente social: trabalho e formação profissional do/a assistente social no Brasil e no mundo: desafios contemporâneos, 2017, Maceió. **Artigo**. Maceió: I Colóquio Internacional, IV Colóquio Nacional sobre o trabalho do/da assistente social, 2017. n.p.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. Avaliação de Políticas e Programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: **Avaliação de Políticas e Programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras Editora, 2001.

SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. **Ser mulher “uma missão”**: a escola superior de ciências domésticas, domesticidade, discurso e representações de gênero. 2016. 267 f. Tese. (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e de Letras. Universidade Federal Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2016/02/FABIO-LUIZ-RIGUEIRA-SIMAO.-Doutorado.-Ser-mulher.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2019.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 8, n. 16, jul/dez. 2006. p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>> Acesso em: 10 fev. 2018.

TAVARES, Ariane Serpeloni; PARENTE, Temis Gomes. A sub-representação das mulheres na ciência da Região Norte: uma questão de gênero. In: Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, 2014, Londrina. **Artigo**. Londrina. p.1-10 ISSN 2177-8248. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/52526144-A-sub-representacao-das-mulheres-na-ciencia-da-regiao-norte-uma-questao-de-genero.html>> Acesso em: 20 mai. 2018.

TEDESCHI, Losandro Antônio. **Alguns apontamentos sobre História Oral, gênero e história das mulheres**. Dourado: UFGD, 2014, p. 63. ISBN: 978-85-8147-089-4. Disponível em: <<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EDITORIA/catalogo/alguns-apontamentos->

sobre-historia-oral-genero-e-historia-das-mulheres-losandro-antonio-teseschi.pdf> Acesso em: 10 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Os lugares da história Oral e da memória nos estudos de gênero. **Revista Opus**, v.15, n.2, 2015. Disponível em: < <https://www.revistas.ufg.br/Opis/article/view/33931/20055>> Acesso em: 20 mar. 2018.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. A economia feminista e a crítica ao paradigma econômico predominante. **Revista Temática**, Campinas, n. 52, p. 135-166, ago./dez. 2018. ISSN: 1413-2486. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/3310>> Acesso em: 15 mar. 2019.

TELLES, Liliam; ARANTES, Anajá de Oliveira; FREITAS, Alair Ferreira. Mulheres, agroecologia e trajetória da ATER no Brasil. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13<sup>th</sup> Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), 2017, Florianópolis, SC. Disponível em: < [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498487354\\_ARQUIVO\\_Artigo\\_Ater\\_Mulheres\\_Fazendo\\_Genero\\_Final\\_Enviado.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498487354_ARQUIVO_Artigo_Ater_Mulheres_Fazendo_Genero_Final_Enviado.pdf)> Acesso em: 12 dez. 2018.

THOMPSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 15, 1997. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/11216/8224>> Acesso em: 15 dez. 2019.

UFC – UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Resolução nº35/ CONSUNI, 13 de julho de 2015**. Aprova a extinção do Curso de Graduação em Economia Doméstica, bacharelado, na modalidade presencial, da Universidade Federal do Ceará. Disponível em: < [http://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/consuni/resolucao\\_consuni\\_2015/resolucao35\\_consuni\\_2015.pdf](http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/consuni/resolucao_consuni_2015/resolucao35_consuni_2015.pdf)> Acesso em: 15 dez. 2018.

UFPE – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO. **Universidade Federal Rural de Pernambuco/Economia Doméstica**. Disponível em: < <http://www.ufrpe.br/br/content/economia-dom%C3%A9stica> > Acesso em: 10 dez. 2018.

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Economia Doméstica**. Disponível em: <<http://www.ufrpe.br/br/content/economia-doméstica>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

UFRRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. **Deliberação nº 45, de 13 de maio de 2013**. Rio de Janeiro, 13 de mai. 2013. Disponível em: <

[http://www.ufrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/cepe/Deliberacoes\\_2013/Delib045CEPE2013.pdf](http://www.ufrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/cepe/Deliberacoes_2013/Delib045CEPE2013.pdf)  
> Acesso em 10 dez. 2018.

UFRRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. **Graduação em Serviço Social Bacharelado/ Apresentação**. Disponível em: <  
<http://cursos.ufrj.br/grad/servicosocial/apresentacao/>> Acesso em: 10 dez. 2018.

UFV – UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Pós-Graduação Stricto Sensu em Economia Doméstica/Linhas de Pesquisa**. Disponível em:  
<[http://www.ppged.ufv.br/?page\\_id=734](http://www.ppged.ufv.br/?page_id=734)> Acesso em: 10 nov. 2018.

UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Curso de Graduação em Serviço Social/ Histórico**. Disponível em: <[http://www.ses.ufv.br/?page\\_id=5](http://www.ses.ufv.br/?page_id=5)> Acesso em: 12 dez. 2018.

UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Economia Doméstica**. Viçosa, MG, julho 2012. Disponível em: <  
<http://www.ded.ufv.br/antigo/docs/ProjetoPoliticoPedagogico-ded.pdf>> Acesso em: 15 dez. 2018.

VOLGEL, Jadyr. **Informação ocupacional- Economia Doméstica**. Rio de Janeiro: Arquivo brasileiro de psicologia aplicada. 1974. p. 112-121. Disponível em: <  
<https://docplayer.com.br/18612246-Informacao-ocupacional-economia-domestica.html> >  
Acesso em: 20 out. de 2018.

WEBER, Florence. Lares de Cuidado e linhas de sucessão: algumas indicações etnográficas na França, hoje. **Mana**, v. 12, n°2, 2006, p. 479-502.

WOLTMANN, Lucas. Desenvolvimento, extensão rural e gênero: O “social” e suas metamorfoses na ASCAR. **Revista Contraponto**. V.4, n°2, 2017.

ZELIZER. Viviana A Dualidades Perigosas. **Mana**, n. 15 (1) p. 237-256. 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/mana/v15n1/09.pdf>> Acesso em: 20 de jan 2018.

\_\_\_\_\_. A economia do care. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**. Porto Alegre. v. 10, n. 3. p. 376-391, 2010. Disponível em: <  
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/8337/5967> > Acesso em: 12 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. O significado social do dinheiro: dinheiros especiais. In MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (Org.). **A nova sociologia econômica**. Celta Editora: Oeiras, 2003.

**APÊNDICES- ELEMENTOS PRÉ- TEXTUAIS**

## APÊNDICE 1

Elaboração: Carina Géssika Irineu do Monte

Acadêmica Pesquisadora

### ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ECONOMISTAS DOMÉSTICAS TEMÁTICA AMPLA

Graduação, especialização, atividades durante a graduação e atividades após a conclusão da graduação; Cotidiano e as relações de gênero.

- ✚ Fala um pouco sobre a sua trajetória profissional
- ✚ O que te levou a fazer o curso de Economia Doméstica?
- ✚ Você se lembra das dificuldades enfrentadas no período da graduação?
- ✚ Você se lembra se tinha homens na sua turma?
- ✚ Você sentia preconceito dos estudantes dos outros cursos?
- ✚ E da família?
- ✚ Você se envolveu com atividades durante a graduação? Se sim, elas contribuirão para sua atuação profissional?
- ✚ Você acha que sua formação interferiu nas relações com sua família? Como?
- ✚ Como é o seu cotidiano na sua casa com sua família?

#### ❖ **ATIVIDADES EXTENSÃO RURAL (Ruraltins)**

- ✚ Como se deu a sua vinda para cá? Como foi o processo de decisão de fazer o concurso aqui no Tocantins?
- ✚ E como foi a adaptação?
- ✚ Você olhando pra trás, qual a sua expectativa de atuação profissional, e como você analisa o hoje?
- ✚ As pessoas conheciam sua forma formação? Como tem sido seu trabalho?
- ✚ Me fala do seu dia dia no Ruraltins.
- ✚ Para você o que é ser extensionista rural?
- ✚ Você poderia me falar mais dessas dificuldades para o exercício de sua profissão?

- ✚ Você acha que essas dificuldades ocorrem com os outros profissionais?
- ✚ Como você percebe sua relação com os outros profissionais?
- ✚ Para você, seu trabalho interfere no desenvolvimento do município? De que forma?
- ✚ Como você percebe essa divisão de áreas do social, econômico e ambiental no órgão.

## APÊNDICE II

Elaboração: Carina Géssika Irineu do Monte

Acadêmica Pesquisadora

### QUESTIONÁRIO PERFIL DOS/AS ECONOMISTAS DOMÉSTICOS/AS CONCURSADOS no Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (Ruraltins)

**As perguntas que você vai responder contribuirão com a elaboração de pesquisas acerca da atuação profissional do/a economista doméstico/a na Extensão Rural. Se surgir qualquer dúvida, estou disponível para respondê-las.**

#### **1. Identificação:**

**1.1 Nome:**

1.2. Idade:

1.3. Sexo:

( ) Masculino

( ) Feminino

( ) Outro

1.4. Cidade em que mora: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

1.5. Cidade em que nasceu: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

1.6 Qual a sua raça/etnia:

( ) Branca

( ) Negra

( ) Parda

( ) Indígena

( ) Outra opção. Qual \_\_\_\_\_

( ) Não sei responder

#### **2. Perfil Profissional**

2.1. Sua graduação foi em que universidade: \_\_\_\_\_

2.2. Qual ano você entrou para cursar Economia Doméstica? \_\_\_\_\_

2.3 Quando saiu? \_\_\_\_\_

2.4. Quantas pessoas tinham na sua turma? \_\_\_\_\_

2.4.1 Quantos homens e quantas mulheres? \_\_\_\_\_

Não lembro ( )

2.4.2 Quantos se formaram? \_\_\_\_\_

Não lembro ( )

2.5. Você possui pós- graduação? Sim ( ) Não ( ) Se sim, em que?

\_\_\_\_\_

### 3. Experiência Profissional:

3.1 Durante a graduação teve experiência em Economia Doméstica?

Sim ( )

Não ( )

Onde?

3.2. Depois de formado/a você teve alguma experiência no mercado de trabalho como economista doméstico/a?

Sim ( )

Não ( )

Se sim, em que área da Economia Doméstica?

3.4 Você tomou posse no município de origem do concurso?

Sim ( )

Não ( )

Se não, por quê? \_\_\_\_\_

3.5. Você continua no mesmo município de onde tomou posse?

Sim ( )

Não ( )

Se não, porquê ocorreu a transferência?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3.6. Você continua no quadro do Ruraltins?

Sim ( )

Não ( )

Se não por quê?

3.7. Atualmente você exerce a mesma função original do concurso?

### 3.6. Outros comentários que achar pertinente.



## APÊNDICE III

Elaboração: Carina Géssika Irineu do Monte

Acadêmica Pesquisadora

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT  
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa **Economia Doméstica: Atuação Profissional em Assistência Técnica e Extensão Rural na perspectiva de gênero**, sob a responsabilidade da pesquisadora **Carina Géssika Irineu do Monte**, e orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Temis Gomes Parente, a qual visa **analisar as práticas desenvolvidas por profissionais de Economia Doméstica em uma empresa pública de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado do Tocantins, na perspectiva de gênero**. Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista presencial, o qual será gravada por um *smartphone*, em um ambiente que seja de sua preferência, sendo resguardada a sua privacidade e o sigilo. As perguntas perpassarão por questões referentes a escolha do Curso de Economia Doméstica; atividades acadêmicas e profissionais; escolha do concurso público da Secretaria da Administração do Estado do Tocantins (SECAD) em 2012; sobre sua atuação na Assistência Técnica e Extensão Rural; e os desafios vivenciados na execução de seu trabalho. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo, ou responder todas as perguntas, se não se sentir à vontade. A aceitação da sua participação, estará contribuindo para o registro de nossa atuação profissional, bem como análise das práticas e políticas públicas direcionadas a extensão rural. Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são: sentir algum tipo de constrangimento ao expor sua atuação profissional; sentir-se ofendido(a) ou envergonhado(a) ao compartilhar informações pessoais ou confidenciais, nas quais possa sentir incômodo em falar. Se depois de consentir sua participação, o/a Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão

analisados e publicados, **mas sua identidade não será divulgada**. Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os seus dados, esclarecimentos, ou críticas, em qualquer fase do estudo, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora no endereço Av. NS 15, ALCNO 14, 109 Norte, Prédio do Mestrado em Desenvolvimento Regional – Palmas – TO, ou pelo telefone (63) (98410- 6743). Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo sr. (a), ficando uma via com cada um de nós. Eu, \_\_\_\_\_, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto.

Palmas, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

---

Assinatura do participante

---

Assinatura da pesquisadora responsável

## APÊNDICE IV

Elaboração: Carina Gêssika Irineu do Monte  
Acadêmica Pesquisadora

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT  
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DA ENTREVISTA  
(ASSINADA PELO SUJEITO DA PESQUISA)**

**Pesquisa:** Economia Doméstica: Atuação Profissional em Assistência Técnica e Extensão Rural na Perspectiva de Gênero

**Objetivo:** Analisar as práticas desenvolvidas por profissionais de Economia Doméstica em uma empresa pública de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado do Tocantins, na perspectiva de gênero.

**Responsável:** Carina Gêssika Irineu do Monte

**Orientadora:** Dr<sup>a</sup> Temis Gomes Parente

Eu, \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade \_\_\_\_\_, declaro por meio deste termo que autorizo:

- ( ) na íntegra, o uso das informações por mim oferecidas por meio da entrevista concedida;  
( ) com ressalvas, de partes do uso das informações por mim concedidas por meio da entrevista.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/a sujeito da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora

## APÊNDICE V

Elaboração: Carina Gêssika Irineu do Monte  
Acadêmica Pesquisadora

**LEVANTAMENTO: CONTATOS E E MAILS DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ATER**

**Realizado em 18 de novembro de 2018**

REGIÃO	EMPRESA	E MAIL
	Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão - AGERP - MA	<p><b>Endereço:</b> Rua Sete de Setembro, no. 43 - Centro - São Luís/MA - CEP 65.010-120</p> <p><b>Site:</b> <a href="http://www.agerp.ma.gov.br">www.agerp.ma.gov.br</a></p> <p><b>Email:</b> <a href="mailto:agerp@agerp.ma.gov.br">agerp@agerp.ma.gov.br</a></p>
	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí - EMATER - PI	<p><b>Telefone:</b> (86)3216-3858</p> <p><b>Site:</b> <a href="http://www.emater.pi.gov.br">www.emater.pi.gov.br</a></p> <p><b>Email:</b> <a href="mailto:emater@emater.pi.gov.br">emater@emater.pi.gov.br</a></p>
	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE	<p><b>Endereço:</b> Av. Bezerra de Menezes, 1900 - Bairro São Gerardo - Fortaleza/CE - Cep: 60.325-000</p> <p><b>Horário de Expediente:</b> 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00</p>

<b>NORDESTE</b>		<p><b>Site:</b> <a href="http://www.ematerce.ce.gov.br">www.ematerce.ce.gov.br</a></p> <p><b>Email:</b> <a href="mailto:amorim.rodriques@ematerce.ce.gov.br">amorim.rodriques@ematerce.ce.gov.br</a></p>
	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Norte - EMATER - RN	<p><b>Endereço:</b> BR 101- KM 0 -Centro Administrativo do Estado Bloco 5 - Bairro Lagoa Nova - Natal/RN - CEP:59.064-901</p> <p><b>Horário de Expediente:</b> 8:00 às 13:00 (Diretoria permanece no horário vespertino – 15:00 às 18:00)</p> <p><b>Telefone:</b> (84) 32322235</p> <p><b>Site:</b> <a href="http://www.emater.rn.gov.br">www.emater.rn.gov.br</a></p> <p><b>Email:</b> <a href="mailto:emater@rn.gov.br">emater@rn.gov.br</a></p>
	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado da Paraíba - EMATER - PB	<p><b>Endereço:</b> BR-230- KM 13,3 - Bairro Estrada De Cabedelo - Cabedelo/PB CEP:58310-000</p> <p><b>Horário de Expediente:</b> 07:30 às 13:30</p> <p><b>PABX:</b> (83) 3218-8100 / (83) 3218-8101</p> <p><b>Site:</b> <a href="http://www.emater.pb.gov.br/">www.emater.pb.gov.br/</a></p> <p><b>Email:</b> <a href="mailto:presi@emater.pb.gov.br">presi@emater.pb.gov.br</a></p>
	Instituto Agrônômico de Pernambuco - IPA	<p><b>Endereço:</b> Avenida General San Martim, 1371 - Bairro Bonji - Recife - PE - CEP:50761-000</p>

		<p><b>Horário de Expediente:</b> 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:30</p> <p><b>PABX:</b> (81) 3184-7200</p> <p><b>Site:</b> <a href="http://www.ipa.br">www.ipa.br</a></p> <p><b>Email:</b> <a href="mailto:ipa@ipa.br">ipa@ipa.br</a></p>
Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas - EMATER - AL	<p><b>Endereço:</b> Rua Sá e Albuquerque, N° 502 - Jaraguá CEP: 57.022-180, Maceió/AL</p> <p><b>Horário de Expediente:</b> 08:00 às 14:00</p> <p>(82) 3315-7077</p> <p><b>Site:</b> <a href="http://www.emater.al.gov.br">www.emater.al.gov.br</a></p> <p><b>Email:</b> <a href="mailto:emateral@hotmail.com">emateral@hotmail.com</a></p>	
Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe - EMDAGRO - SE	<p><b>Endereço:</b> Centro Administrativo Governador Augusto Franco BR 235- 0 KM 4 - Aracajú/SE</p> <p><b>Horário de Expediente:</b> 07:00h às 13:00h / 15:00h às 17:00h</p> <p>(79) 3234-7788</p> <p><b>Site:</b> <a href="http://www.emdagro.se.gov.br">www.emdagro.se.gov.br</a></p> <p><b>Email:</b> <a href="mailto:gapre@emdagro.se.gov.br">gapre@emdagro.se.gov.br</a></p>	
Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural - BAHATER	<p><b>Endereço:</b> Avenida Dorival Caymmi, 15.649 - Itapuã - Salvador/BA - CEP: 41.635-150</p>	

		<p><b>Site:</b> <a href="http://www.sdr.ba.gov.br/">www.sdr.ba.gov.br/</a></p> <p><b>Telefone:</b> (71) 3116 – 9903</p> <p><b>BLOG:</b> danielthame@gmail.com</p>
NORTE	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - Ruraltins - TO	<p><b>Endereço:</b> Av. NS 02- 302 Norte - Lotes 01/02 - Palmas/TO - CEP: 77006-340</p> <p><b>Horário de Expediente:</b> 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00</p> <p><b>PABX:</b> (63) 3218-3100</p> <p><b>Site:</b> <a href="http://www.ruraltins.to.gov.br">www.ruraltins.to.gov.br</a></p> <p><b>Email:</b> presidencia@ruraltins.to.gov.br</p>
	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará - EMATER - PA	<p><b>Endereço:</b> Rodovia BR-316- KM 12 - Marituba/PA - CEP: 67105-97</p> <p><b>Horário de Expediente:</b> 08:00 às 14:00 (Diretoria permanece no horário vespertino)</p> <p><b>PABX:</b> (91) 3299-3400</p> <p><b>Site:</b> <a href="http://www.emater.pa.gov.br">www.emater.pa.gov.br</a></p> <p><b>Email:</b> presidencia@emater.pa.gov.br</p>

	<p>Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP</p>	<p><b>Endereço:</b> Rodovia BR-156, KM 02 Bairro São Lázaro Macapá/AP - CEP: 68.900-130</p> <p><b>Telefone:</b> (96) 3212 9527</p> <p><b>Site:</b> <a href="http://www.rurap.ap.gov.br/">http://www.rurap.ap.gov.br/</a></p> <p><b>Email:</b> <a href="mailto:dipre@rurpa.ap.gov.br">dipre@rurpa.ap.gov.br</a> (ERRO AO ENVIAR) e <a href="mailto:comunicacao@rurap.ap.gov.br">comunicacao@rurap.ap.gov.br</a></p>
	<p>Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - Dater-RR</p>	<p><b>Endereço:</b> Rua General Penha Brasil, 1123 - Bairro São Francisco - Boa Vista/RR - CEP: 69305-130</p> <p><b>Horário de Expediente:</b> 08:00h às 13:30/14:00 às 18:00h - (01 hora a menos horário Brasília)</p> <p><b>PABX:</b> (95) 3623-1511</p> <p><b>Site:</b> <a href="http://www.seapa.rr.gov.br/index.php/site-map/dater">www.seapa.rr.gov.br/index.php/site-map/dater</a></p> <p><b>Email:</b> <a href="mailto:dater@seapa.rr.gov.br">dater@seapa.rr.gov.br</a></p>



<b>NORTE</b>	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM	<p><b>Endereço:</b> Avenida Carlos Drummond de Andrade, n.º 1.460 – Bloco G – 2º Andar - Conjunto Atílio Andreazza – Bairro: Japiim – CEP: 69.077-730 – Manaus/AM</p> <p><b>Horário de Expediente:</b> 08:00 às 13:00/14:00 às 17:00 (01 hora a menos com o horário de Brasília)</p> <p><b>Telefone:</b> (92) 3614-8194</p> <p><b>Site:</b> www.idam.am.gov.br</p> <p><b>Email:</b> presidencia@idam.am.gov.br</p>
	Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER - RO	<p><b>Endereço:</b> Av. Farquhar, n.º. 2986 - Bairro: Pedrinhas - Palácio Rio Madeira, 1º Andar - Edifício Rio Jamari, CEP: 76.801-470 - Porto Velho/RO</p> <p><b>Horário de Expediente:</b> 8:00 às 12:00/14:00 às 18:00 (de segunda a quinta-feira) - 7:30 às 13:30 (às sextas-feiras) - (01 hora a menos com o horário de Brasília)</p> <p><b>Telefone:</b> (69) 3211-3773</p> <p><b>Site:</b> www.emater-ro.com.br <b>Email:</b> ematersec@emater-ro.com.br</p>
	Empresa de Assistência Técnica Extrativista Rural do Acre - EMATER - AC	<p><b>Endereço:</b> Avenida Nações Unidas, 2.604 - Estação Experimental - CEP: 69.912-620 - Rio Branco/AC</p> <p><b>Horário de Expediente:</b> 07:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 (02 horas a menos em relação o horário de Brasília)</p>

		<b>Telefones:</b> (68) 3226-2801 / 3227-1993 <b>Email:</b> gabinete.emater@ac.gov.br
<b>CENTRO-OESTE</b>	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - EMATER - DF	<b>Endereço:</b> Parque Estação Biológica - Ed. Sede EMATER-DF - CEP: 70.770.915 - Brasília/DF <b>Horário de Expediente:</b> 8h às 12h e das 13h às 17h <b>Site:</b> www.emater.df.gov.br <b>Email:</b> presid@emater.df.gov.br
	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - Agraer - MS	<b>Endereço:</b> Rua Desembargador José Nunes da Cunha, Bloco 12, Jardim Veraneio - Cep 79031-902 - Campo Grande/MS <b>Horário de Expediente:</b> Das 7h30 às 17h30 (uma hora a menos em relação ao horário de Brasília) <b>Site:</b> www.agraer.ms.gov.br <b>Email:</b> apoiopresidencia@agraer.ms.gov.br
	Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural - EMPAER - MT	<b>Endereço:</b> Rua Cinquenta e Cinco, Nº454 - Bairro Boa Esperança - Cuiabá/MT - CEP: 78.068-720 <b>Horário de Expediente:</b> 13:00 horas até as 19:00 hs de segunda à sexta-feira (1 hora a menos do horário de Brasília) <b>Telefone:</b> (65) 3613-1722 <b>Site:</b> www.empaer.mt.gov.br

		<b>Email:</b> pres@empaer.mt.gov.br
	Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária - EMATER - Go	<b>Endereço:</b> Rua 227 A, Nº 331 - Setor Leste Universitário - Goiânia/GO - CEP: 74610-060  <b>Horário do Expediente:</b> 08:00 às 12:00/14:00 às 18:00 <b>Site:</b> www.emater.go.gov.br <b>Email:</b> <a href="mailto:ematerpresidencia@gmail.com">ematerpresidencia@gmail.com</a> <b>Mídias Sociais:</b> facebook.com/emater.goias
	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI - SP	<b>Endereço:</b> Av. Brasil Nº2340 - Bairro Jardim Guanabara - Campinas/SP - CEP:13070-178  <b>Horário de Expediente:</b> 8:00 às 17:00 <b>PABX:</b> (19) 3743-3700 <b>Site:</b> www.cati.sp.gov.br <b>Email:</b> coordenadoria@cati.sp.gov.br
<b>SUDESTE</b>	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER - RIO	<b>Endereço:</b> Alameda São Boaventura, Nº 770 - Bairro Fonseca - Niterói/RJ - CEP: 24120-191  <b>Horário do Expediente:</b> 8:30 às 12:00 e das 14:00 às 17:30

		<p><b>Telefone:</b> (21) 3601-5459</p> <p><b>Site:</b> www.emater.rj.gov.br</p> <p><b>Email:</b> presiemater@gmail.com</p>
	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER	<p><b>Endereço:</b> Rua Afonso Sarlo, 160 - Bairro Bento Ferreira - Vitória/ES - CEP:29052-01</p> <p><b>Horário de Expediente:</b> 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30</p> <p><b>Site:</b> www.incaper.es.gov.br <b>Email:</b> diretoria@incaper.es.gov.br</p>
	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER - MG	<p><b>Endereço:</b> Av. Raja Gabaglia, nº 1.626 – Bairro Gutierrez – Belo Horizonte/MG - CEP: 30441-194</p> <p><b>Horário de Expediente:</b> das 8h às 12h e das 13h às 17h</p> <p><b>PABX:</b> (31) 3349-8000</p> <p><b>Site:</b> www.emater.mg.gov.br</p> <p><b>Email:</b> presidencia@emater.mg.gov.br</p>
	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER - PR	<p><b>Endereço:</b> Rua da Bandeira, 500 - Bairro Cabral - Curitiba/PR Cep:80035-270</p>

		<p><b>Horário de Expediente:</b> 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00</p> <p><b>PABX:</b> (41) 3250-2100</p> <p><b>Site:</b> www.emater.pr.gov.br</p> <p><b>Email:</b> emater@pr.gov.br</p>
SUL	<p>Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI</p>	<p><b>Endereço:</b> Rodovia Admar Gonzaga, 1347 - Bairro Itacorubi - Florianópolis/SC - CEP: 88034-901</p> <p><b>Horário de Expediente:</b> 08:00 às 12:00 / 13:30 às 17:30</p> <p><b>PABX:</b> (48) 3665-5000</p> <p><b>Site:</b> www.epagri.sc.gov.br</p> <p><b>Email:</b> epagri@epagri.sc.gov.br</p>
	<p>Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER - RS</p>	<p><b>Endereço:</b> Rua Botafogo, 1051 – Bairro Menino de Deus - Porto Alegre/RS - CEP: 90150-053</p> <p><b>Horário de Expediente:</b> 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 18:00</p> <p><b>PABX:</b> (51) 2125-3144</p> <p><b>Site:</b> www.emater.tche.br</p> <p><b>Email:</b> gabinete@emater.tche.br</p>

## APÊNDICE VI

Elaboração: Carina Géssika Irineu do Monte

Acadêmica Pesquisadora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### **PESQUISA DIRECIONADAS AS EMPRESAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PÚBLICAS DO BRASIL**

#### **APRESENTAÇÃO**

Prezado/a Senhor/a, Bom Dia!

Me Chamo Carina Géssika Irineu do Monte<sup>110</sup>, sou formada em Economia Doméstica pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), trabalho há cinco anos como extensionista rural no Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins, e, atualmente estou elaborando uma dissertação de Mestrado, intitulada como: **Economia Doméstica: Atuação Profissional em Assistência Técnica e Extensão Rural na perspectiva de gênero**, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Temis Gomes Parente<sup>111</sup>, no Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

De modo geral, objetivamos registrar/historicizar a formação da Economia Doméstica e suas áreas de atuações. Neste sentido, se possível, gostaria de contar com algumas breves informações dos Recursos Humanos dessa Empresa.

Esperamos que esta Instituição de Assistência Técnica e Extensão Rural possa contribuir e participar desta pesquisa, de modo a concretizá-la, bem como, salienta-se que, os dados não trarão nenhum prejuízo a esta instituição.

---

<sup>110</sup> Endereço do Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4441531U5>

<sup>111</sup>Endereço do Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4792802Z5>

**PESQUISA DIRECIONADAS AS EMPRESAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E  
EXTENSÃO RURAL PÚBLICAS DO BRASIL**

ESCLARECIMENTOS: As perguntas desse breve questionário, só serão respondidas por completo, se nesta instituição houver profissionais formados/as em Economia Doméstica atuantes na Extensão Rural.

1- Identificação/ Nome da Instituição:

2- Já houve em sua empresa profissionais formados em Economia Doméstica? Se sim, em que ano se deu a entrada? Como se deu a forma de seleção?

3- Atualmente, existem profissionais formados/as em Economia Doméstica atuando como Extensionista Rural nesta Instituição?

**SE NÃO, Já pode encerrar a entrevista neste item.**

**SE SIM, por favor, continue respondendo:**

3 – Quantos atualmente trabalham nesta empresa?

4 - Quantos homens e quantas mulheres?

5- Qual a forma de seleção para a atuação de Economistas Domésticos na Assistência Técnica e Extensão Rural?

6- Qual o vínculo empregatício?

a.  Concurso Público

b.  Contrato temporário

c.  Consolidação das Leis de Trabalho (CLT)

d.  Outros:

7- Quantas vagas foram disponibilizadas para os/as profissionais formados/as em Economia Doméstica? Quantos têm atualmente na empresa?

8- Vocês possuem alguma informação que achem relevante destacar sobre os/as profissionais de Economia Doméstica?

## APÊNDICE VII

Elaboração: Carina Géssika Irineu do Monte

Acadêmica Pesquisadora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
**PESQUISA AOS CONSELHOS REGIONAIS E FEDERAL DE ECONOMIA  
DOMÉSTICA**

### APRESENTAÇÃO

Prezados/as Senhores/as!

Me chamo Carina Géssika Irineu do Monte, sou formada em Economia Doméstica pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), trabalho há cinco anos como extensionista rural no Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins, atualmente estou elaborando uma dissertação de Mestrado, intitulada como: **Economia Doméstica: Atuação Profissional em Assistência Técnica e Extensão Rural na perspectiva de gênero**, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Temis Gomes Parente<sup>112</sup>, no Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

De modo geral, objetivamos registrar/historicizar a formação da Economia Doméstica e suas áreas de atuações. Neste sentido, se possível, gostaria de contar com o apoio da equipe dessa instituição para fornecer algumas informações.

A participação da Vossa Senhoria será de grande importância para a concretização dessa pesquisa.

---

<sup>112</sup>Endereço do Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4792802Z5>



**PESQUISA AOS CONSELHOS REGIONAIS E FEDERAL DE ECONOMIA**  
**DOMÉSTICA**

- 1- Os/as senhores/as possuem informações das Universidades que tiveram o curso de Economia Doméstica? Se sim, quais? Em quais modalidades (técnico, bacharel ou licenciatura)?
  
- 2- Os/as senhores/as possuem levantamentos de quando o curso foi implementado, adaptado e/ou extinto em cada universidade? Se sim, quais foram? E como estão essas transformações nos dias atuais em cada uma delas?
  
- 3- Poderia nos informar quantos/as profissionais registrados em cada no respectivo conselho Regional (CRED I, CRED II, CRED III), de modo a calcular o total dos/as filiados/as atualmente no Conselho Federal de Economia Doméstica (CFED)? Quantos homens e quantas mulheres?
  
- 4- É possível identificar as áreas de atuação dos/as profissionais filiados/as aos Conselhos Regionais (direcionada ao respectivo CRED I, CRED II ou CRED III)?
  
- 5- Os/as senhores/as tem conhecimento de qual entidade (Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Creches, Hospitais) disponibilizou o primeiro concurso público com a vaga específica para o/a economista doméstico? Se sim, qual? Onde? Em que ano? Quantas vagas foram disponibilizadas?
  
- 6- Teria algo a mais que você quisesse comentar sobre o Curso de Economia Doméstica?